

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA, EXCETO TIC
[TAMBÉM APLICÁVEL PARA CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA]
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

(Processo Administrativo nº 23108.002193/2025-05)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 43-2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação [contratada especializada para prestação de serviços de manutenção predial e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais de consumo para o Campus Cuiabá da Universidade Federal de Mato Grosso](#), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Planilha de estimativa abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (12 MESES)
1	Trabalhador da manutenção de edificações - 40 HORAS	1627	Posto	10	R\$ 93.447,20 (valor mensal para 10 postos)	R\$ 1.121.366,44 (valor anual para 10 postos)
2	Auxiliar de manutenção predial - 40 HORAS	1627	Posto	10	R\$ 70.687,25 (valor mensal para 10 postos)	R\$ 848.247,00 (valor anual para 10 postos)
3	Eletricista de instalações - 40 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 19.586,66 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 235.038,58 (valor anual para 2 postos)
4	Eletricista de instalações - 44 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 21.177,49 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 254.129,85 (valor anual para 2 postos)

1/159

5	Ajudante de eletricista - 40 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 13.074,14 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 156.889,63 (valor anual para 2 postos)
6	Ajudante de eletricista - 44 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 14.050,83 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 168.609,94 (valor anual para 2 postos)
7	Bobinador eletricista - 40 HORAS	1627	Posto	1	R\$ 9.371,46 (valor mensal para 1 postos)	R\$ 112.457,52 (valor anual para 1 postos)
8	Encanador - 40 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 15.146,49 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 181.757,91 (valor anual para 2 postos)
9	Encanador - 44 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 16.360,27 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 196.323,21 (valor anual para 2 postos)
10	Mecânico de manutenç ão e instalação de aparelhos de climatizaç ão e refrigeraç ão - 40 HORAS	1627	Posto	10	R\$ 68.877,21 (valor mensal para 10 postos)	R\$ 826.526,52 (valor anual para 10 postos)
11	Auxiliar mecânico de refrigeração - 40 HORAS	1627	Posto	7	R\$ 36.497,03 (valor mensal para 7 postos)	R\$ 437.964,37 (valor anual para 7 postos)
12	Oficial de manutenção predial -40 HORAS	1627	Posto	2	R\$ 28.602,76 (valor mensal para 2 postos)	R\$ 343.2333,11 (valor anual para 2 postos)
13	Oficial de Serviços Gerais (conservação) - 40 HORAS	1627	Posto	1	R\$ 14.301,61 (valor mensal para 1 postos)	R\$ 171.619,34 (valor anual para 1 postos)
14	Jardineiro- 40 HORAS	1627	Posto	14	R\$ 72.913,87 (valor mensal para 14 postos)	R\$ 874.966,50 (valor anual para 14 postos)

2/159

15	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas -40 HORAS	1627	Posto	8	R\$ 39.380,69 (valor mensal para 8 postos)	R\$ 472.568,30 (valor anual para 8 postos)
16	Operador de Retroescavadeira - 40 HORAS	1627	Posto	1	R\$ 8.022,86 (valor mensal para 1 postos)	R\$ 96.274,28 (valor anual para 1 postos)
17	Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares - 40 HORAS	1627	Posto	1	R\$ 8.022,86 (valor mensal para 1 postos)	R\$ 96.274,28 (valor anual para 1 postos)
18	Lavador de veículos - 40 HORAS	1627	Unidade	1	R\$ 5.194,23 (valor mensal para 1 postos)	R\$ 62.330,81 (valor anual para 1 postos)
19	Fornecimento de materiais de Consumo (Manutenção)	1627	Unidade	12	R\$ 71.504,67 (valor mensal para material de consumo (manutenção) sob demanda)	R\$ 858.056,09 (valor anual)
20	Fornecimento de materiais de Consumo (Conservação)	1627	Unidade	12	R\$ 11.759,46 (valor mensal para material de consumo (conservação) sob demanda)	R\$ 141.113,56 (valor anual)
21	Fornecimento de materiais de Consumo (Automotivo)	1627	Unidade	12	R\$ 7.298,41 (valor mensal para material de consumo (automotivo) sob demanda)	R\$ 87.580,90 (valor anual)
22	Diárias	1627	Unidade	72	R\$ 2.523,48 (valor de mensal sob demanda (correspondente a 6 diária no mês))	R\$ 30.281,72 (valor anual para 72 diárias mensal sob demanda)
23	Horas extras (oficial de serviços gerais)	1627	Unidade	50	R\$ 382,64 (valor por hora extra mensal sob demanda)	R\$ 4.591,70 (valor por hora extra anual sob demanda)

- 1.3. Não haverá o parcelamento do objeto, portanto a planilha de estimativa de custos é lote único.
- 1.4. Os valores referente a fornecimento de materiais de consumo (Manutenção), Fornecimento de materiais de consumo (conservação), fornecimento de materiais de consumo (Automotivo) diárias e Horas extras (oficial de serviços gerais) do item 20 até o item 24, são indissociáveis, ou seja, não poderão ser alterados.
- 1.5. Os valores referente a fornecimento de materiais de consumo (Manutenção), Fornecimento de materiais de consumo (conservação), fornecimento de materiais de consumo (Automotivo) diárias e Horas extras (oficial de serviços gerais) do item 20 até o item 23 serão pagos sob demanda.
- 1.6. Para os valores referente a diária (item 22) pagos mensalmente se refere no máximo de 6 diárias a quantidade mensal, gerando o valor máximo mensal de R\$ 2.523,48 (dois mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos).
- 1.7. Para os valores referente a Hora extras (item 23) pagos mensalmente se refere no máximo de 4,17 h a quantidade mensal, gerando o valor máximo mensal de R\$ 382,64 (Trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).
- 1.8. Os valores apresentados na planilha de estimativa de custo do item 1.2 será o máximo aceitável.

Justificativa para não parcelamento

- 1.9. A solução que melhor atende aos interesses da Administração prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços em todas as instalações.
- 1.10. É imprescindível salientar que os serviços a serem contratados guardam interdependência entre si (muitas vezes a execução de um dependendo da execução de outro), e que a contratação em separado gera perda de sinergia, em razão da necessidade de dimensionamento de estruturas redundantes (administração central, deslocamento, profissionais), resultando em perda de economicidade. Além disso, a contratação unificada permite a potencialização de ganhos de escala e a resolução mais ágil de problemas, já que demanda a mobilização de apenas uma equipe e não mais a mobilização de várias equipes, cada qual atrelada a um contrato diverso. A contratação de diversos serviços de manutenção predial e externa, a serem prestados por uma única empresa, traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos.
- 1.11. Ainda, a imputação de responsabilidade por danos causados às instalações das unidades na contratação unificada se torna mais simples, uma vez que há apenas um contratado (considerando a usual dificuldade de identificação do responsável ou dos responsáveis pelos danos, quando estes são identificados).
- 1.12. Ademais, esse formato de contratação reduz a necessidade de realização de diversos materiais de manutenção, via sistema de registro de preço. É notória a dificuldade da Administração em prever os tipos e quantidades de materiais para manutenção predial, principalmente no que tange à manutenção corretiva. Isso gera listas extremamente extensas de materiais a terem seu preço registrado e, muitas vezes, tais materiais nem chegam a ser utilizados. Ainda, na maioria dos casos, os serviços de manutenção predial dependem do emprego de diversos materiais diferentes. Nesse sentido, na licitação por registro de preço, caso um dos materiais listados tenha sua licitação fracassada, inviabilizaria a execução de todo o serviço.
- 1.13. A jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão nº 929/2017-Plenário, admite a contratação de serviços de conservação e manutenção de infraestrutura predial, com a inclusão de serviços variados: "...compreendendo todas as atividades de apoio administrativo; conservação e limpeza; manutenção de instalações civis, elétricas, hidráulicas, instalações de combate a incêndio, cabeamento estruturado, sistemas de climatização e ventilação, e equipamentos de transporte vertical; incluindo todos os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, com o objetivo de garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de forma integrada e conjunta..."

1.14. A análise técnica, operacional, econômica e mercadológica realizada demonstra que o parcelamento do objeto não é recomendável nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula nº 247 do TCU, pois prejudicaria a padronização, a coerência funcional da solução e a eficiência da execução. Os serviços apresentam elevada interdependência entre mão de obra e materiais/equipamentos, cuja adequada prestação depende de fornecimento integrado para garantir compatibilidade técnica, continuidade operacional e qualidade dos resultados. A separação dos objetos geraria riscos de inconsistência entre insumos e métodos de execução, aumento de custos transacionais, maior complexidade de gestão e perda de economia de escala, além de fragmentar responsabilidades e ampliar potenciais conflitos entre fornecedores distintos.

1.15. A contratação conjunta de mão de obra e materiais, conforme item 3.8 do Anexo III da IN SEGES/MP nº 05/2017, revela-se técnica e economicamente viável e corresponde ao modelo predominante de oferta no mercado, onde as empresas atuam de forma integrada. Esse agrupamento favorece a ampla participação de licitantes, assegura maior competitividade, aumenta a eficiência logística, simplifica a fiscalização e potencializa a economicidade global da contratação. Assim, o não parcelamento e o agrupamento do objeto constituem a solução mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a melhor relação entre custo, qualidade, eficiência operacional e segurança na execução, em plena conformidade com a legislação e a jurisprudência aplicáveis.

1.16. Por isso, opta-se pelo não parcelamento da solução.

Justificativa para não utilização de IRP

1.17. Não será permitida a realização de IRP para outros órgão(s) e entidade(s) participante(s), por ser esta entidade como única contratante em função das especificidades deste órgão e das necessidades para a realização desta contratação, conforme art. 86, § 1º da lei 14.133/2021.

1.18. Além disso, este órgão adotou critérios de ACT específico para a região onde ocorrerá a atuação do contrato o que inviabiliza a realização de IRP.

1.19. Justifica-se a não previsão de adesões por órgãos ou entidades não participantes (IRP) pois a UFMT possui demandas que variam conforme o calendário acadêmico, a execução orçamentária anual e a dinâmica de seus múltiplos campi distribuídos no Estado, o que exige planejamento rigoroso e dimensionamento preciso das quantidades a serem contratadas. A abertura para adesões de órgãos externos poderia: **Comprometer o equilíbrio da estimativa de consumo**, inicialmente calculada exclusivamente com base nas necessidades institucionais da UFMT; **Gerar riscos de desabastecimento ou inviabilidade de fornecimento**, caso outros órgãos superem a capacidade operacional dos fornecedores registrados; **Impactar negativamente a execução contratual**, uma vez que o fluxo de entregas e o controle logístico foram estruturados para atendimento restrito aos campi da UFMT; **Dificultar o monitoramento e a fiscalização contratual**, considerando que a gestão compartilhada com outros entes poderia extrapolar os mecanismos internos de controle já estabelecidos.

1.20. Além disso, justifica-se também a não liberação do IRP pois registra-se, ainda, que em procedimento anterior houve a autorização para adesões por outros órgãos, o que resultou em **dificuldades significativas na gestão e fiscalização das execuções decorrentes dessas adesões**. A multiplicidade de demandas externas comprometeu o acompanhamento adequado dos fornecimentos, gerando sobrecarga administrativa, inconsistências nas informações prestadas pelos órgãos aderentes e dificuldade no controle do equilíbrio de quantitativo inicialmente previsto para a contratação.

1.21. Diante dessa experiência prática, justifica-se também a não liberação do IRP, pois se conclui que a abertura para adesões externas tende a **descaracterizar o planejamento original**, impactando negativamente a execução contratual sob responsabilidade da UFMT. Assim, com o objetivo de preservar a eficiência, economicidade e segurança na gestão da Ata de Registro de Preços, recomenda-se que a presente

contratação seja restrita ao atendimento exclusivo das unidades da UFMT, sem a previsão de adesões por órgãos não participantes.

1.22. Os serviços de manutenção visam preservar ou recuperar as condições ambientais adequadas ao uso previsto. A manutenção inclui todos os serviços realizados para prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos componentes das edificações e atualizações nas necessidades dos seus usuários.

1.23. Os serviços poderão ser executados tanto em áreas internas (compreendem todos os pavimentos das edificações, varanda salas, saguão, auditório, guarita, garagens e coberturas) quanto em áreas externas (compreendem as áreas não edificadas, mas integrantes do imóvel, como passeios, rampas, muros, estacionamento, circulação de veículos, jardim e acessos).

1.24. Serão de responsabilidade da contratada todos os tributos, emolumentos, alvarás e demais encargos necessários à execução dos serviços.

1.25. Os serviços podem ser executados em ambientes que envolvam trabalho em altura, sendo obrigação da contratada atender aos requisitos e as medidas de proteção de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com as atividades. A contratada deverá, ainda, fornecer e comprovar a realização de cursos e treinamentos adequados para os funcionários envolvidos, os quais deverão seguir as normas regulamentadoras vigentes, incluindo a previsão de reciclagem periódica dos treinamentos, conforme estabelecido nas referidas normas.

1.26. Os serviços deverão ser executados em consonância com o que dispõe o Manual de Obras Públicas-Edificações-Práticas da SEAP -MANUTENÇÃO.

1.27. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se referem a contratação de mão e obra especializada para a realização de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva são uma necessidade permanente da Administração, essencial para o funcionamento das unidades do Campus Cuiabá da Universidade Federal de Mato Grosso, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.28. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.29. A contratação envolve a execução de serviços de:

1.29.1 manutenção corretiva: caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata, a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos, ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários;

1.29.2 manutenção preventiva: caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando a manutenção preventiva: caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando a gravidade e urgência;

1.30. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, ferramentas, instrumentos de medição, máquinas e equipamentos necessários para a plena e perfeita execução dos serviços contratados.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.31. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.32. Justifica-se essa contratação pois se tratam de contratação de mão de obra para realização de serviços de conservação e manutenção em geral de forma a conservar o patrimônio mobilizado e imobilizado (prédios e veículos) além da área verde.

1.33. Além disso, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.34. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista [que se trata de Contratação de contratada especializada para prestação de serviços comuns de manutenção e conservação patrimonial preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais de consumo para o Campus Cuiabá da Universidade Federal de Mato Grosso](#), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.35. O prazo de vigência da contratação é de [12 \(doze\) meses](#), contados da [data da assinatura do contrato](#), na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.36. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.37. Na prorrogação contratual, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual, a existência de créditos no início da contratação e de cada exercício orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

1.38. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025](#), conforme [documento DFD Digital - Contratação n.º 70/2025 \(7805318\) - 23108.025656.2025-07 e Declaração DE ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO \(8464605\)](#).

Justificativa da necessidade da contratação

2.3. A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá, conta com imóveis em uma área total aproximada de 73,41 hectares e área edificada de, aproximadamente, 195.000 m², distribuída em mais de 130 edificações, as quais acomodam as instalações físicas necessárias para servidores e terceirizados realizarem as atividades administrativas e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para cumprimento da missão institucional.

2.4. Nesse contexto, é imprescindível que as edificações e suas instalações prediais funcionem de forma ininterrupta e em adequadas condições de eficiência e segurança. Para isso, é essencial a contratação de mão de obra contínua, com fornecimento de material de consumo, para a manutenção preventiva e corretiva de todas as edificações do Campus Cuiabá. Os serviços envolvem manutenção diversos elementos da edificação como sistemas estruturais, sistemas de vedação, cobertura, divisórias, cercamentos, revestimentos de piso, parede e teto, pintura, esquadrias, instalações elétricas, sistemas hidráulicos, sanitários e de águas pluviais, impermeabilização, manutenção, instalação e limpeza de aparelhos de ar-condicionado, manutenção

de fechaduras, paisagismo e mudança de mobiliários, manutenção e limpeza automotiva; além da aquisição dos materiais para a execução dos serviços.

2.5. Os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva visam preservar e/ou recuperar as condições ambientais adequadas ao uso previsto para a edificação. As manutenções, quando realizadas com periodicidade adequada, evitam que o desempenho esperado da edificação chegue a níveis inferiores ao mínimo recomendável para um uso saudável, higiênico ou seguro, sendo, portanto, imprescindível para o regular funcionamento.

2.6. As edificações, de forma geral, são construídas para atender seus usuários durante muitos anos e ao longo deste tempo devem apresentar condições adequadas ao uso a que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais. A contratação que se pretende irá prever a execução de serviços para prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos componentes da edificação, ou de atualizações nas necessidades dos seus usuários. Nesse sentido, a ABNT NBR 5674 - Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção dispõe:

“A manutenção de edificações é um tema cuja importância supera, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso. As edificações são suporte físico para a realização direta ou indireta de todas as atividades produtivas e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender a seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso a que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais. É inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as , passíveis da simples substituição por novas construções quando os edificações como produtos descartáveis requisitos de desempenho atingem níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15575 (Partes 1 a 6). Isto exige que a manutenção das edificações seja levada em conta tão logo elas sejam colocadas em uso. A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (VUP), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecusto intensivo dos serviços de recuperação ou construção de novas edificações. Significando custo relevante na fase de uso da edificação, a manutenção não pode ser feita de modo . Ela deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável improvisado, esporádico ou casual e como um investimento na preservação do valor patrimonial. A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.” (sublinhei)”

2.7. Existe ainda a necessidade de realização de demandas eventuais relacionados aos diversos sistemas da edificação que não se tratam de serviços de manutenção propriamente ditos, mas adequações de layout, pequenas instalações de energia elétrica, pintura, hidráulica, entre outros. São trabalhos de natureza semelhante, mas com grande diversidade, e que não seriam viáveis de se contratar de forma individualizada, por não possuírem previsão para sua realização e ocorrerem conforme a necessidade. Podem ou não ser realizados, gerando influência nos sistemas descritos, visto que, normalmente são adequações destinadas ao melhor desempenho das instalações. Dessa forma, a sua execução será melhor realizada pela mão de obra contratada e responsável pela manutenção predial, o que evita problemas de interferência nos trabalhos já cobertos pela manutenção, possibilitando o gerenciamento dos pequenos serviços por uma menor quantidade de servidores e tornando-se economicamente mais viável.

2.8. Os serviços necessários são realizados tanto em áreas internas (compreendem todos os andares, varandas, salas, saguão, auditório, guarita, garagens e coberturas), quanto em áreas externas (compreendem as áreas não edificadas, mas integrantes do imóvel, como passeios, rampas, muros, estacionamento, circulação de veículos, jardim e acessos).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. São serviços comum de natureza continuada (com mão de obra) pelo fato de serem serviços necessários, visto que sua interrupção poderá causar prejuízo às atividades acadêmicas e administrativas realizada.

3.3. Será celebrado Contrato com a contratada vencedora da licitação; este terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. A prorrogação de que trata no item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, conforme observância do art. 3º do Decreto 10.193/19

3.5. Os serviços de manutenção predial devem ser executados de forma contínua e são essenciais para a adequada conservação de toda a infraestrutura das unidades. Neste formato de contratação, verifica-se que cabe à contratada disponibilizar um grande número de ferramentas, equipamentos, EPI, exigindo investimentos iniciais consideráveis. Uma contratação já com período de vigência maior auxilia na diluição desses custos, fazendo com que a Administração possa obter uma proposta mais vantajosa. Ademais, a desnecessidade de realização de diversas prorrogações contratuais reduz o trabalho administrativo das unidades, já deficitárias em relação a recursos humanos na área de licitações e contratos. Cabe destacar ainda que, de acordo com o item III do art. 106 da Lei 14.133/2021, a Administração pode extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3.6. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua pela sua essencialidade e já que visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, já que a sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público. Dada a caracterização contínua e ininterrupta da demanda pelos serviços de manutenção, o prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. A contratada deverá providenciar a contratação de mão de obra adequada para a execução dos serviços.

3.8. A contratada a ser contratada deverá possuir material, capacidade técnica, financeira e recursos humanos, capaz de atender às seguintes necessidades da Administração:

3.8.1 manutenção corretiva: caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata, a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos, ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários;

3.8.2 manutenção preventiva: caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência.

3.9. É esperado que o profissional/pessoa jurídica contratado tenha habilidade e competência, ferramentas, máquinas, instrumentos de medição, uniforme e equipamentos de proteção individual e coletivo para a plena e perfeita execução dos serviços de manutenção.

3.10. Na contratação de contratada especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, sob demanda, a contratada será responsável por:

3.10.1 Executar serviços de manutenção predial e conservação com dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho;

3.10.2 Fornecer os materiais de consumo para manutenção predial, sob demanda, por maior desconto sobre a tabela SINAPI MT -DESONERADO;

3.11. Sobre o preço dos insumos listado no SINAPI incidirá linearmente o desconto ofertado pela Contratada na licitação. Ao valor de cada material será aplicado o percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de no máximo 15,28% conforme anexo.

3.12. A contratação de contratada especializada no serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais de consumo é a melhor opção para a realidade do Campus Cuiabá, por se tratar de uma solução completa que possibilitará atender as demandas rotineiras e urgentes de forma tempestiva.

3.13. Dessa forma, com a escolha para solução, é possível realizar a execução dos serviços rotineiros e urgentes pelos colaboradores com dedicação exclusiva e possibilitará o planejamento de demais atividades de acordo com a disponibilidade orçamentária e de serviços que requerem equipamentos e/ou pessoal especializado para a realização.

3.14. O objeto da contratação será: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva com mão de obra de dedicação exclusiva e fornecimento de materiais, sob demanda.

3.15. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.16. A contratação dos serviços de manutenção predial deverá considerar a dificuldade em se determinar com exatidão as demandas necessárias, principalmente para as manutenções corretiva.

3.17. A contratada deverá considerar, no planejamento de suas atividades, que durante o período em que estiver executando os serviços de manutenção predial, as edificações e demais espaços do campus estarão em uso por alunos, servidores e terceirizados. Deste modo, deve sempre prezar pela segurança destes usuários, sinalizando e protegendo os locais onde serão realizados os serviços, bem como procurar diminuir os transtornos e impactos que as atividades possam causar à comunidade acadêmica.

3.18. A contratada garantirá a realização dos treinamentos necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

3.19. A contratada para os serviços deverá manter seus empregados nos horários previamente determinados pela Universidade Federal de Mato Grosso, devidamente uniformizados.

3.20. Para execução dos serviços, a contratada deverá observar:

3.20.1 Lei 13.589/2018 - Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

3.20.2 Resolução-RE no 9, de 16 de janeiro de 2016 - ANVISA;

3.20.3 Portaria no 2.296 de 23 de julho de 1997 - Estabelecer as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, devidamente atualizadas, constantes do Anexo a esta Portaria, como exigências mínimas de aceitabilidade na construção, manutenção e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

- 3.20.4 Portaria No 3.523, DE 28 DE AGOSTO DE 1998;
- 3.20.5 Instrução Normativa no 1/2010 do Ministério da Economia;
- 3.20.6 Normas das concessionárias locais de serviços; Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso;
- 3.20.7 Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, que tratam da segurança e saúde do trabalhador, em especial, a NR-35, NR-10, NR-18, NR-12 e NR-33;
- 3.20.8 Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, aplicáveis ao objeto, em especial:
 - 3.20.8.1. Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, aplicáveis ao objeto, em especial:
 - 3.20.8.2. ABNT NBR 5674 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de manutenção; ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
 - 3.20.8.3. ABNT NBR 14039 - Instalações elétricas de média tensão 1,0 kV a 36,2 kV; ABNT NBR 16401 - Instalações de Ar Condicionado;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Na execução dos serviços, deverão ser considerados os padrões de acessibilidade constantes da Lei 10.098/2000, Decreto 5.296/2004 e NBR 9050/ABNT.

4.2. A execução dos serviços, principalmente de manutenção corretiva, deve ser realizada visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

4.2.1 que reduzam o impacto ambiental, tais como:

4.2.1.1. uso de lâmpadas LED e de luminárias eficientes;

4.2.1.2. utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

4.2.1.3. comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução do serviço;

4.2.1.4. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

4.2.1.5. observar a Resolução CONAMA no 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.2.1.6. ligar o veículo apenas quando iniciar a viagem (aquecer o motor apenas contribui para desperdiçar combustível e poluir o ambiente);

4.2.2 Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.2.3 Devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO - e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental.

4.2.4 A Contratada deverá adotar ainda os seguintes critérios de sustentabilidade na execução dos serviços:

4.2.4.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, adotando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

4.2.4.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.2.4.3. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.2.4.4. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procelde Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova eficiência energética;

4.2.4.5. Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.2.4.6. Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, refrigeração, dentre outros;

4.2.4.7. Fazer uso racional de impressões e cópias reprográficas;

4.2.4.8. Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos empregados, quando necessário, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

4.2.4.9. nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

4.2.4.10. Diminuir o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão entidade, substituindo-os por garrafinhas (squeeze) para os empregados;

4.2.4.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços;

4.2.4.12. Os materiais empregados deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

4.2.5 Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.3. **Observância Normativa e Justificativas**

4.3.1 **A contratada deverá manter atualizados os comprovantes de conformidade ambiental e técnica dos produtos e serviços fornecidos;**

- 4.3.2 A não adoção de determinada prática deverá ser formalmente justificada com base em critérios técnicos, econômicos ou legais, nos termos do
- 4.3.3 Parecer CNS/CGU 01/2021.
- 4.3.4 Requisitos Legais e Normativos Aplicáveis
- 4.4. A contratação observará as normas e dispositivos a seguir:
 - 4.4.1 Lei nº 14.133/2021, art. 11, IV- Sustentabilidade nas contratações públicas;
 - 4.4.2 Lei nº 12.305/2010- Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - 4.4.3 Decretos nº 10.936/2022, nº 11.043/2022, nº 11.792/2023;
 - 4.4.4 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª ed./2024)- CGU;
 - 4.4.5 Decreto nº 7.746/2012- Diretrizes para compras sustentáveis;
 - 4.4.6 Normas da ABNT (ex.: NBR 9050, NBR 10004, NBR 16149, entre outras);
 - 4.4.7 Resoluções CONAMA e Portarias da ANVISA e INMETRO aplicáveis.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.5. Na presente contratação não necessário a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:
 - 4.5.1 Os insumos a serem fornecidos serão de acordo ou equivalentes ao estipulado em tabela SINAPI.
 - 4.5.2 Os materiais a serem fornecidos pela Contratada na forma deste Termo de Referência e empregados nas instalações e equipamentos da Contratante, deverão ser obrigatoriamente novos, e quando for o caso, dentro do prazo de validade ou garantia estabelecido pelo fabricante.
 - 4.5.3 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante. Não será admitido em hipótese alguma a entrega de materiais/peças de reposição reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) item (s), sem qualquer ônus para a Contratante.
 - 4.5.4 Os bens fornecidos deverão ser produzidos por contratada legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela análise da embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica.
 - 4.5.5 Os materiais deverão atender às Normas Brasileiras (NBR's) aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
 - 4.5.6 Sempre que aplicável, os materiais utilizados devem possuir aprovação do INMETRO.
 - 4.5.7 Os materiais somente poderão ser fornecidos com a aprovação da fiscalização.
 - 4.5.8 Caso algum material seja fornecido sem o conhecimento desta, o mesmo não será considerado para efeito de pagamento.
 - 4.5.9 A entrega dos materiais deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e no recebimento dos mesmos será observado pela fiscalização se estão de acordo com as especificações.
 - 4.5.10 Juntamente com os materiais e peças entregues deverão constar as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **05% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.7.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.14. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.18.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.19.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.19.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.20.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.20.2 Também poderá haver liberação da garantia se a contratada comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.20.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.24. É vedado fixar quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, tais como o quantitativo de vale transporte a ser fornecido pela eventual contratada aos seus trabalhadores, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art.63 da INSeges5/2017.

Vistoria

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **11:00** horas (**horário local**). Para tanto, a contratada deverá entrar em contato pelo número telefônico 3313-7333 ou e-mail cmpr.sic@ufmt.br para agendamento da vistoria.

4.25.1 **O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.**

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da contratada ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela contratada comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação **conforme (ANEXO D).**

4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.29. **A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

Instalações no local da contratação

4.30. **A empresa contratada deverá arcar com todos os custos, manutenção, impostos, seguros, abastecimento e instalação dos equipamentos/materiais necessários para o desenvolvimento das atividades.**

4.31. **A contratada deverá fornecer e instalar relógio de ponto biométrico novo, em perfeitas condições de uso, com as seguintes especificações mínimas: Relógio ponto, material ABS injetado/aço, mostrador digital, tipo eletrônico e leitor de código de barras, com funcionamento conectado à rede de informática, tipo biométrico**

(impressão digital), alimentação 110 ou 220v, tipo impressora térmica, com previsão de bobina térmica para o relógio de ponto biométrico, considerando aproximadamente 50 metros de bobina por trabalhador por ano, que serão instalados nos locais designados pela fiscalização.

Instalação de escritório

4.32. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Cuiabá-MT, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.33. A Contratada deverá instalar escritório no local onde prestará os serviços, devendo sua comprovação ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do início da vigência do contrato.

4.34. O escritório destina-se para:

4.34.1 Estoque físico de equipamentos/utensílios e materiais de consumo;

4.34.2 Instalação do Relógio de Ponto Biométrico;

4.34.3 Escritório fixo, para o preposto realizar reuniões com os líderes e para os líderes atuarem corretamente no local.

4.35. A utilização do escritório é estritamente ligada à operacionalização do objeto deste Termo de Referência, não devendo o mesmo ser utilizado por outros prestadores de serviços, mesmo que alocados no campus mediante outro contrato já celebrado entre a Contratante e a contratada, sob pena de aplicação de sanção caso seja utilizado para outros fins.

4.36. Justifica-se a instalação do escritório para o atendimento imediato ou presencial em campus(s) da UFMT espalhados geograficamente, com necessidade de coordenação diária, supervisão in loco, acesso a instalações físicas da universidade, ou interação constante com diferentes unidades acadêmicas que não pode ser adequadamente feita remotamente. O escritório local permite a presença de equipe permanente, facilita a mobilização rápida de recursos, e reduz atrasos ou custos de deslocamento que onerariam sobremaneira o contrato, à vista da natureza/volume/distância do serviço. Além de contribuir para a governança, fiscalização e interface com a UFMT – por exemplo, reuniões periódicas, acompanhamento direto de resultados. Em vista do exposto, conclui-se que a exigência de instalação de escritório é imprescindível para a adequada execução do objeto contratado, em atendimento aos preceitos de isonomia, competitividade, economicidade e eficiência.

4.37. A contratante cederá o ESPAÇO FÍSICO para a instalação do escritório.

4.38. A contratante cederá ainda a utilização da REDE ELÉTRICA para o efetivo funcionamento do escritório, sendo que a Contratada ficará responsável pela instalação de todo equipamento/dispositivo necessário para o seu efetivo funcionamento, desde o quadro elétrico (ou dispositivo equivalente).

4.39. Qualquer alteração no espaço físico e/ou nas instalações elétricas da Contratada, somente deverá ocorrer após o encaminhamento da solicitação, do projeto, se necessário, ou qualquer outro documento necessário para realização da análise e emissão de parecer por parte da Contratante.

4.40. Caso haja solicitação pela Contratante, as alterações aprovadas deverão ser desfeitas ao final do contrato, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação, podendo a Contratante dispensar a operação caso julgue as alterações mais adequadas ao atendimento da Administração e a finalidade do espaço.

4.41. Caberá ao fiscal do contrato, informar ao oficial de manutenção predial (líder) da contratada onde se encontra o quadro elétrico (ou dispositivo equivalente), bem como acompanhar o procedimento de instalação dos equipamentos/dispositivos.

4.42. A Contratada deverá utilizar-se da energia elétrica com consciência, primando pela economicidade e sustentabilidade.

4.43. Quando da constatação do uso irregular de energia elétrica, mediante processo administrativo que ofereça ampla defesa e contraditório, a CONTRATADA estará passível de aplicação de sanção administrativa.

4.44. A contratada é responsável por qualquer dano causado às instalações (físicas, elétricas, hidráulicas ou lógicas) da Contratante durante a fase de instalação.

4.45. A instalação completa e o início do funcionamento do escritório deverá ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data de início da vigência do contrato, sob pena de aplicação de sanção administrativa.

4.46. A contratante não cederá a utilização de rede lógica (LAN e acesso à internet) para o efetivo funcionamento do escritório, sendo que a Contratada ficará responsável pela instalação de todo equipamento/dispositivo necessário para o seu efetivo funcionamento, assim como não fornecerá instalações especiais de água encanada e esgoto, devendo utilizar as instalações sanitárias já existentes na Contratante.

Margem de Preferência

4.47. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de 10 %, prevista no Art. 26 da Lei 14133 de abril de 2021, Decreto 11.890/2024 e conforme disposto na Resolução n.º SEGES-CICS/MGI Nº 4 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável- CICS.

Enquadramento dos postos a serem contratados

4.48. Os postos a serem contratados são enquadrados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme detalhamentos realizados a seguir, assim como têm a sua faixa salarial de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho (CCT), entre o Sindicato dos Empregados de contratadas Terceirizadas, De Asseio, Conservação e Locação de Mão-de-obra de Mato Grosso (CNPJ 26.562.918/0001-18) e o Sindicato das contratadas de Asseio e Conservação do Estado de Mato Grosso (CNPJ 26.566.471/0001-55), registrado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o num. MT000110/2025.

4.48.1 Cargo: Trabalhador da manutenção de edificações

4.48.1.1. Salário de Referência: 10ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC

4.48.1.2. Família Ocupacional da CBO: 5143-25

4.48.1.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo.

4.48.1.4. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência.

4.48.2 Cargo: Auxiliar de manutenção predial

4.48.2.1. Salário de Referência: Faixa Especial VI da CCT SEEAC/SEAC

4.48.2.2. Família Ocupacional da CBO: 5143-10

4.48.2.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.2.4. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência

4.48.3 Cargo: Eletricista de instalações

4.48.3.1. Salário de Referência: Faixa Especial IV da CCT SEEAC/SEAC (com periculosidade de 30%)

4.48.3.2. Família Ocupacional da CBO: 7156-15

4.48.3.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo + Curso profissionalizante, com carga horária mínima de 200 horas-aula (eletricista de instalações)

4.48.3.4. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência

4.48.4 Cargo: Ajudante de Eletricista

4.48.4.1. Salário de Referência: 3ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC (com periculosidade de 30%)

4.48.4.2. Família Ocupacional da CBO: 7156-15

4.48.4.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.5 Cargo: Bobinador eletricista

4.48.5.1. Salário de Referência: Faixa Especial IV da CCT SEEAC/SEAC (com periculosidade de 30%)

4.48.5.2. Família Ocupacional da CBO: 7311-65

4.48.5.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo + Curso profissionalizante, com carga horária mínima de 200 horas-aula (eletricista de instalações)

4.48.5.4. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência

4.48.6 Cargo: Encanador

4.48.6.1. Salário de Referência: Faixa Especial IV da CCT SEEAC/SEAC

4.48.6.2. Família Ocupacional da CBO: 7241-10

4.48.6.3. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência

4.48.7 Cargo: Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração

4.48.7.1. Salário de Referência: Faixa Especial VIII da CCT SEEAC/SEAC

4.48.7.2. Família Ocupacional da CBO: 9112-05

4.48.7.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo + Curso profissionalizante, com carga horária mínima de 160 horas-aula (mecânico de refrigeração)

4.48.7.4. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência

4.48.8 Cargo: Auxiliar Mecânico de refrigeração

4.48.8.1. Salário de Referência: 3ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC

4.48.8.2. Família Ocupacional da CBO: 9112-05

4.48.8.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.8.4. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência

4.48.9 Cargo: Oficial de manutenção predial

4.48.9.1. Salário de Referência: 10ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC

4.48.9.2. Família Ocupacional da CBO: 5143-25

4.48.9.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.9.4. Além das atividades descritas no CBO, os Oficiais de Serviços Gerais serão os responsáveis diretos pela coordenação das atividades da equipe, identificando os profissionais necessários a execução dos serviços, planejando o tempo de resolução e estimando os materiais necessários, sendo de sua atribuição direta: A retirada de materiais no depósito/almoxarifado; Visita in loco no local de execução da Ordem de Serviço; Preenchimento e devolução das ordens de serviços assinadas no setor competente.

4.48.9.5. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência no comando de equipes de manutenção;

4.48.9.6. Exigência adicional: possuir carteira de habilitação B.

4.48.10 Cargo: Oficial de Serviços Gerais (Conservação)

4.48.10.1. Salário de Referência: 10ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC

4.48.10.2. Família Ocupacional da CBO: 5143-25

4.48.10.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.10.4. Além das atividades descritas no CBO, os Oficiais de Serviços Gerais serão os responsáveis diretos pela coordenação das atividades da equipe, identificando os profissionais necessários a execução dos serviços, planejando o tempo de resolução e estimando os materiais necessários, sendo de sua atribuição direta: A retirada de materiais no depósito/almoxarifado; Visita in loco no local de execução da Ordem de Serviço; Preenchimento e devolução das ordens de serviços assinadas no setor competente.

4.48.10.5. Prática profissional mínima exigida: 06 meses de experiência no comando de equipes de manutenção;

4.48.10.6. Exigência adicional: possuir carteira de habilitação B.

4.48.11 Cargo: Jardineiro

4.48.11.1. Salário de Referência: 3ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC

4.48.11.2. Família Ocupacional da CBO: 6220-10

4.48.11.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.11.4. Prática profissional mínima exigida: 03 meses de experiência

4.48.12 Cargo: Trabalhador de serviço de limpeza e conservação de áreas públicas

4.48.12.1. Salário de Referência: 1ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC

4.48.12.2. Família Ocupacional da CBO: 5142-25

4.48.12.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo

4.48.12.4. Prática profissional mínima exigida: 03 meses de experiência

4.48.13 Cargo: Operador de Retroescavadeira

4.48.13.1. Salário de Referência: Faixa Especial IV da CCT SEEAC/SEAC

4.48.13.2. Família Ocupacional da CBO: 7151-15

- 4.48.13.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo
- 4.48.13.4. Prática profissional mínima exigida: 03 meses de experiência

4.48.14 Cargo: Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos

- 4.48.14.1. Salário de Referência: 11ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC
- 4.48.14.2. Família Ocupacional da CBO: 9144-05
- 4.48.14.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo
- 4.48.14.4. Prática profissional mínima exigida: 03 meses de experiência

4.48.15 Cargo: Lavador de veículos

- 4.48.15.1. Salário de Referência: 2ª Faixa Salarial da CCT SEEAC/SEAC
- 4.48.15.2. Família Ocupacional da CBO: 5199-35
- 4.48.15.3. Escolaridade mínima exigida: Ensino fundamental completo
- 4.48.15.4. Prática profissional mínima exigida: 03 meses de experiência

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: **07 dias (sete dias) úteis** da assinatura do contrato.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.3. **Atentar para os tipos de enquadramento para o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva.**

5.4. **Os oficiais de manutenção predial - 40 HORAS e oficial de serviços gerais (conservação) - 40 HORAS, deverão exercer o cargo de líderes.**

5.5. **Os Líderes de equipe exercerão, conjuntamente com suas demais atribuições, a condução de veículos oficiais da Contratante, a fim de realizar as atividades principais às quais são contratados.**

5.6. **Em virtude da função de Líderes de equipe, esses colaboradores terão direito à gratificação de função correspondente à quantidade de colaboradores da equipe liderada, conforme tabela abaixo, de acordo com o parágrafo único da CLÁUSULA TERCEIRA da CCT SEEAC/SEAC:**

Nº de colaboradores de	Até	Gratificação de função:
5	10	20%
11	20	35%
21	30	50%

5.7. **Para conduzir os veículos oficiais, o referido colaborador deverá possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação- Categoria "B".**

- 5.8. A autorização para dirigir veículo oficial da Contratante, a ser concedida, será vinculada ao veículo específico que atende o setor demandante do transporte, não sendo estendida aos demais bens da Contratante.
- 5.9. Os deslocamentos serão realizados INTERNAMENTE, dentro da sede do local de trabalho descrito no item: "Dos Locais e Horários da Prestação de Serviços", e EXTERNAMENTE, entre o Campus (local de trabalho) e demais unidades da Contratante próximas, na cidade.
- 5.10. Os deslocamentos externos (fora do campus/base de prestação do serviço) deverão ser precedidos de solicitação do Chefe do setor onde o colaborador presta o serviço, e PRÉVIA autorização do setor de transporte da Contratante.
- 5.11. Na planilha de custos e formação de preços, anexa ao Edital, com o objetivo de assegurar a isonomia deste certame licitatório, as licitantes deverão inserir no "MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO-Item G" da Planilha de Custos e Formação de Preços o percentual de 50% sobre o salário-base para os cargos de Oficial de Manutenção Predial (aba 12) e Oficial de Serviços Gerais- Conservação (aba 13), correspondente à gratificação de função.

Atribuições adicionais da condução de veículos

- 5.12. Conduzir os veículos da frota da Contratante compatíveis com a CNH Categoria B, para seu transporte e de demais prestadores de serviços e/ou de materiais de trabalho para a realização das atividades de manutenção geral e atendimento de ordens de serviço.
- 5.13. É vedado a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa.
- 5.14. Manter os veículos sob sua responsabilidade em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, e em satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao setor de transporte da Contratante qualquer irregularidade.
- 5.15. Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas ao veículo sob sua responsabilidade.
- 5.16. Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado.
- 5.17. Preencher, a cada saída, o Formulário de Relatório de Atividades de Veículo Oficial da Contratante (ANEXO E), registrando no mesmo, as seguintes informações: hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, natureza do serviço, requisitante do serviço e outras informações necessárias.
- 5.18. Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição da Contratante e atender as tarefas solicitadas pelo responsável de cada Unidade.
- 5.19. Ser pontual no atendimento das solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas.
- 5.20. Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo sob sua responsabilidade, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, segurança, tais como: pneus, nível de combustível, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário.
- 5.21. Permanecer no local onde se encontra o veículo até a chegada do socorro solicitado, nos casos de defeitos mecânicos, falta de combustível, problemas em pneus e/ou incêndio.
- 5.22. Não permitir a entrada no veículo de qualquer pessoa não portadora de autorização para uso dos serviços de transportes.
- 5.23. Cumprir e fazer cumprir a legislação nacional de trânsito e tráfego rodoviário.
- 5.24. Observar e obedecer às normas internas da Contratante.

5.25. Executar outras tarefas correspondentes à função, solicitadas pelos fiscais, nos termos do que dita o Código Brasileiro de Ocupação de acordo com veículos de pequeno e médio porte - CBO 7823;

5.26. Os Oficiais de Serviços Gerais possuem a atribuição de deslocar a mão de obra para os locais determinados nas Ordens de serviço utilizando os veículos da Contratante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.27. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidade	Endereço
Campus Cuiabá	Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro Boa Esperança - Cuiabá - MT CEP: 78060-900
Casa do Estudante Universitário - Unidade Jardim Itália (CEU ITÁLIA)	Av. Érico Preza, 755 - Jardim Itália, Cuiabá - MT, CEP: 78068-600
Campus Cuiabá - Unidade 2 (esporadicamente)	MT-040 KM 12 - lado esquerdo da rodovia Cuiabá-Santo Antônio do Leverger
Campus Várzea Grande (esporadicamente)	Av. Projetada A, S/Nº, Bairro CEP: 78156-105 - Chapéu do Sol, Várzea Grande - MT, 78156-105
Unidade Avançada Pantanal (esporadicamente)	Rodovia Porto Cercado, Poconé - MT, CEP 78175- 000
Fazendo Experimental (esporadicamente)	Av. Leverger, 967 - Santo Antônio do Leverger, MT, 78180-000

5.28. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda-feira a sábado, com carga horária semanal de 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro) horas de acordo com os postos de trabalho, sendo que caberá à Contratante estabelecer o início e o término da jornada de cada profissional respeitados os limites de início e término de jornada.

5.29. Os serviços nos postos de 40 horas semanais deverão ser prestados à UFMT de segunda a sexta- feira, com jornada diária de 8 (oito) horas e intervalo mínimo de 1 (uma) hora para almoço. O início e o término da jornada serão estabelecidos pela CONTRATANTE, respeitando o período compreendido entre 05h10min e 21h30min, sendo o horário flexibilizado de acordo com a necessidade da instituição; sendo o horário flexibilizado de acordo com a necessidade da instituição;

5.30. Os serviços nos postos de 44 horas semanais deverão ser prestados à UFMT de segunda-feira a sábado, conforme carga horária definida. A CONTRATANTE estabelecerá o início e o término da jornada em cada posto, respeitando os seguintes limites: de segunda a sexta-feira, jornada de 8 (oito) horas diárias, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para almoço, a ser cumprida entre 05h10min e 21h40min, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, e aos sábados, jornada de 4 (quatro) horas, dentro do período de 05h10min às 18h00min, sendo o horário flexibilizado de acordo com a necessidade da instituição;

5.31. A realização de serviços nas unidade Campus de Cuiabá - unidade 2 (esporadicamente, Campus de Várzea Grande (esporadicamente) Unidade Avançada do Pantanal (esporadicamente), Fazenda Experimental (esporadicamente) se justifica pois essas unidades não necessitam de manutenção constante somente quando requisitado uma mão de obra mais específica pois as mesma já possuem outros servidores nos locais para atendimento.

5.32. Quando da necessidade de realização de serviço esporádico o mesmo só poderá ser realizado mediante autorização da fiscalização e com a verificação do pagamento de diárias.

Rotinas a serem cumpridas

5.33. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.34. No início do contrato a contratada deverá apresentar-se ao Gestor/Fiscal (ais) do contrato, através do seu preposto e/ou representante legal da contratada:

5.34.1 Documento formal designando o preposto da Contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto;

5.34.2 Planilha-resumo de todos os empregados disponibilizados para cumprimento do contrato, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio alimentação), lotação, horário de trabalho, datas de exigibilidade das férias (versão impressa e digital);

5.34.3 Documento de registro do trabalhador no e-social com vínculo à contratada;

5.34.4 Documento comprobatório de que o trabalhador atende aos requisitos mínimos para (Ex: escolaridade, curso técnico, etc.);

5.34.5 Documento de entrega dos EPIs aos trabalhadores alocados na execução do contrato, devidamente assinados pelo Preposto da Contratada e pelo trabalhador que recebeu os itens;

5.34.6 Exames médicos admissionais dos trabalhadores alocados na execução do contrato.

5.35. Iniciado o contrato, caberá ao preposto da contratada apresentar ao Gestor/Fiscal (ais), o prestador de serviço que ocupará o posto de trabalho juntamente com toda a documentação que demonstrará a regularidade da contratação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de início do contrato.

5.36. As documentações serão apresentadas via arquivo digital (PDF) com as informações referentes a cada prestador de serviço, organizadas em 1o nível por função e em 2o nível por ordem alfabética. Serão apresentados os arquivos digitais (PDF) dos seguintes documentos:

5.36.1 Cópia do contrato individual de trabalho devidamente assinada;

5.36.2 Cópia dos exames admissionais;

5.36.3 Cópia da carteira de trabalho devidamente anotada ou extrato da carteira de trabalho digital;

5.36.4 Termo de optante de vale-transporte, transporte alternativo ou não optante de transporte;

5.36.5 Comprovantes de adiantamento de auxílio alimentação e transporte quando cabíveis;

5.36.6 Comprovante de seguro de vida para cada empregado nos termos da CCT, nominalmente identificáveis além da obrigação de apresentação de comprovante de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO, conforme NR 7”.

5.36.7 Documento onde o prestador de serviço tenha tido ciência das atribuições que desempenhará na Contratante (de acordo com o Termo de Referência) e dos horários de trabalho, bem como dos salários e benefícios nos termos da CLT;

5.36.8 Declaração/Comprovantes de que não possui parentesco (o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores da Contratante, como forma de cumprir os princípios da moralidade e da impessoalidade e o disposto no Decreto n.º 7.203/2010 (ANEXO B);

5.36.9 Documento comprobatório de que o trabalhador atende aos requisitos mínimos para função (Ex: escolaridade, curso técnicos, etc.);

5.36.10 Documento de entrega dos equipamentos e EPIs aos trabalhadores alocados na execução do contrato, devidamente assinados pelo preposto da Contratada e pelo trabalhador que recebeu os itens (ANEXO A);

5.36.11 Documento de entrega dos uniformes aos trabalhadores alocados na execução do contrato, devidamente assinados pelo preposto da Contratada e pelo trabalhador que recebeu os itens (ANEXO A);

5.36.12 Comprovante de cadastro do trabalhador junto ao E-SOCIAL.

5.37.A cada ALTERAÇÃO (substituição) de prestador de serviço, caberá ao preposto da contratada apresentar ao fiscal do contrato, o prestador de serviço que ocupará o posto de trabalho, juntamente com toda a documentação que demonstrará a regularidade da contratação ANTES do início da substituição PERMANENTE;

5.38.As documentações serão apresentadas via arquivo digital (PDF) com as informações referentes a cada prestador de serviço, organizadas em 1º nível por função e em 2º nível por ordem alfabética. Serão apresentados os arquivos digitais (PDF) dos seguintes documentos:

5.38.1 Cópia do contrato individual de trabalho;

5.38.2 Cópia dos exames admissionais;

5.38.3 Cópia da carteira de trabalho devidamente anotada;

5.38.4 Termo de optante de vale-transporte, transporte alternativo ou não optante de transporte;

5.38.5 Comprovantes de adiantamento de auxílio alimentação e transporte quando cabíveis;

5.38.6 Comprovante de seguro de vida para cada empregado nos termos da CCT, nominalmente identificáveis;

5.38.7 Documento onde o prestador de serviço tenha tido ciência das atribuições que desempenhará na Contratante (de acordo com o Termo de Referência) e dos horários de trabalho, bem como dos salários e benefícios nos termos da CLT;

5.38.8 Declaração/Comprovantes de que não possui parentesco (o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores da Contratante, como forma de cumprir os princípios da moralidade e da impessoalidade e o disposto no Decreto n.º 7.203/2010 (ANEXO B);

5.38.9 Documento comprobatório de que o trabalhador atende aos requisitos mínimos para função (Ex: escolaridade, curso técnicos, etc.);

5.38.10 Documento de entrega dos EPIs aos trabalhadores alocados na execução do contrato, devidamente assinados pelo preposto da Contratada e pelo trabalhador que recebeu os itens (ANEXO A);

5.38.11 Documento de entrega dos uniformes aos trabalhadores alocados na execução do contrato, devidamente assinados pelo preposto da Contratada e pelo trabalhador que recebeu os itens (ANEXO A);

5.38.12 Comprovante de cadastro do trabalhador junto ao E-SOCIAL;

5.39.A cada alteração deverá ser apresentada pela contratada, para o Gestor/Fiscal (ais) do contrato, a planilha-resumo ATUALIZADA de todos os seus empregados disponibilizados para cumprimento do contrato, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio alimentação), horário de trabalho e data de exigibilidade das férias (versão impressa e digital);

5.40. O pagamento do salário deverá ser efetuado mediante depósito em conta do empregado sendo vedação pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.

5.41. A Contratada deverá atentar para o disposto no art. 48 da lei 14133 que estabelece que poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

5.41.1 I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

5.41.2 II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

5.41.3 III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

5.41.4 IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

5.41.5 V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

5.41.6 VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

5.41.7 Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.42. Toda e qualquer remanejamento interno na Contratante referente aos ocupantes de postos, deverá ser previamente convencionado com o fiscal de contrato, para informação aos responsáveis pelas unidades da Contratante, bem como deverá observar as de prazos de comunicação da CCT da categoria;

5.43. A cada DESLIGAMENTO PERMANENTE de prestador de serviço, caberá ao preposto da contratada apresentar ao fiscal do contrato toda a documentação referente à demissão ou ao reaproveitamento do prestador de serviço em outro contrato. Serão apresentados os arquivos digitais (PDF) dos seguintes documentos:

5.43.1 Comprovação de que os empregados serão/foram realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho OU os Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

5.43.2 Comprovante de pagamento/depósito das verbas rescisórias ao trabalhador;

5.43.3 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais com autenticação de pagamento;

5.43.4 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

5.43.5 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.44. A Contratada deverá providenciar a substituição temporária da mão de obra vinculada ao contrato nos casos de ausências, licenças, e demais eventos temporários em que o posto de trabalho fique descoberto, inclusive por férias dos empregados;

5.45. A Contratante deve comunicar oficialmente, por escrito, ao preposto da Contratada, quando não houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária;

5.46. Para a cobertura deverá ser providenciada a documentação relativa ao prestador de serviço AVULSO nos mesmos termos do prestador de serviço REGULAR, devendo a mesma registrar os locais, órgãos e contratos que o mesmo atende a fim de registrar a não exclusividade do trabalhador.

5.47. A Contratada deverá providenciar a substituição temporária da mão de obra vinculada ao contrato nos casos de ausências, licenças, e demais eventos temporários em que o posto de trabalho fique descoberto com pelo menos 24h após para realização da substituição.

5.48. Em relação as férias dos empregados, haverá substituição de férias para os postos de: Oficial de manutenção predial 40 h, Oficial de serviços gerais 40 h, Operador de retroescavadeira 40h, mecânico de automóveis 40 h, lavador de veículos,

5.49. Já os cargos de: Trabalhadores da manutenção de edificações, auxiliar de manutenção predial, Eletricista de instalações, Ajudante de eletricista, bobinador de Eletricista, Encanador, Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração, Auxiliar mecânico de refrigeração, Jardineiro, Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas não haverá substituto no período de férias.

5.50. A Contratante deve comunicar oficialmente, por escrito, ao preposto da Contratada, quando não houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, sendo que essa não substituição acarretará a glosa do referido posto provisoriamente.

5.51. Conforme determinado no art. 4º, inciso IV do Decreto 2.271 é vedado atos por parte da contratante que interferem indevidamente na gestão administrativa da contratada, a exemplo da prática de escolha dos trabalhadores (pessoalidade) ou a ingerência na atividade da empresa prestadora dos serviços (subordinação direta), devem ser evitados porque poderão caracterizar vínculos próprios da relação de trabalho.

Horas extras e necessidades excepcionais

5.52. É vedada a realização de horas extras, salvo para a compensação do banco de horas;

5.53. Excepcionalmente, os chefes das unidades de trabalho dos postos contratados poderão requerer ao Gestor/Fiscal (ais) do contrato, a realização de prestação de serviço aos sábados, domingos e feriados, para atender demandas inadiáveis, os quais deverão ser comunicados previamente (preferencialmente com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas) à contratada para estabelecimento de tabelas de folgas e compensações nos termos da legislação vigente;

5.54. A realização de atividades excepcionais deverá ser previamente agendada e justificada pelas unidades requisitantes da Contratante junto ao Gestor/Fiscal (ais) do contrato (preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas);

5.55. Nos agendamentos, caberá ao Gestor/Fiscal (ais) do contrato observar os dias, horários e quantitativos de prestação de serviços previstos em contrato, intervalos, bem como a tabelas de folgas necessárias ao cumprimento da legislação trabalhista, sendo vedado o agendamento de atividades que estejam em desacordo com o contrato e com a legislação trabalhista;

5.56. Deverão ser observadas também as legislações específicas quanto à autorização para trabalho aos domingos e em feriados;

5.57. Quando houver escala para a realização de trabalho excedente aos sábados e domingos, as horas excedentes serão compensadas, preferencialmente, dentro do mês vigente e respeitando os prazos máximos conforme determinações de banco de horas descritas na CCT SEEAC/SEAC.

5.58. Excepcionalmente, a realização de horas extras será permitida exclusivamente para os cargos de Oficial de manutenção predial e Oficial de Serviços Gerais, desde que haja autorização prévia da fiscalização, comprovada a necessidade inadiável do serviço, e que seja respeitado o valor anual máximo estabelecido no item referente a horas extras.

Pontos facultativos e períodos de atividade reduzida

- 5.59. Nos pontos facultativos e outros períodos de atividade reduzida, a prestação do serviço poderá ser dispensada excepcionalmente, mediante compensação posterior (banco de horas) conforme disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 81, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.;
- 5.60. Nesses dias poderão ser descontados os valores relativos ao fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação;
- 5.61. Serão considerados pontos facultativos aqueles que vierem a ser declarados no calendário oficial definido pelo Governo Federal;
- 5.62. Respeitado o interesse público e a critério da Contratante, nos recessos acadêmicos, greves, férias acadêmicas ou demais paralisações nas atividades da Contratante, por período não inferior a 10 dias, poderá ser solicitada a realização de férias coletivas pelos trabalhadores da Contratada, sem cobertura de profissional ausente, e mediante desconto de medição;
- 5.63. Os dias de ponto facultativo serão informados pelo Gestor/Fiscal (ais) à CONTRATADA, mediante a definição de um calendário anual que poderá sofrer atualizações quando da emissão de decretos/portarias/ofícios pelas autoridades competentes deste órgão público;
- 5.64. Nestes dias, mediante acordo entre as partes, os prestadores de serviços também poderão ser encaminhados para treinamentos, reciclagens e palestras, custeados pela CONTRATADA, e no interesse da Contratante, sendo que neste caso, a carga horária de trabalho será efetuada no treinamento;
- 5.65. O contrato de trabalho da Contratada com seu prestador de serviços deverá observar a questão da previsão e acordo com a utilização de banco de horas;
- 5.66. Os dias e horários de compensação serão definidos pela Contratante;
- 5.67. A cada mês, a Contratada deverá encaminhar por ocasião do faturamento e emissão da nota fiscal, o relatório consolidado das horas dispensadas e compensadas no período (por cada posto de trabalho), de modo a demonstrar o saldo atualizado de cada funcionário empregado no contrato;;
- 5.68. As horas faltantes não compensadas no período de 180 (cento e oitenta) dias após a dispensa, serão objeto de descontos na medição pela fiscalização do contrato;
- 5.69. Nos casos de rescisões de contratos de trabalho, deverá a contratada observar a existência de saldos negativos ou positivos de horas do trabalhador, devendo entrar em contato com a fiscalização, de forma a zerar o banco de horas.

Controle a jornada de trabalho

- 5.70. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da Contratada, cabendo exclusivamente à mesma, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços;
- 5.71. A fim de facilitar a fiscalização e medição do contrato, considerando a extensão do Campus e ainda a responsabilidade subsidiária da Contratante, fica pré-estabelecido que o controle da jornada será realizado pelo método de registrador eletrônico de ponto tipo biométrico;
- 5.72. Quaisquer exceções para a dispensa do método de registrador eletrônico de ponto tipo biométrico deverão ser justificadas e previamente avaliadas e autorizadas pelo Pró-reitoria responsável pelo setor de contratos da Contratante.
- 5.73. Havendo a necessidade de alguma dispensa do método de registrador eletrônico de ponto, temporariamente, por algum(s) funcionário(s) específico(s), em face de alguma demanda pontual, poderá a fiscalização, mediante concordância da autoridade máxima da Contratante, comunicar a Contratada desta decisão;

- 5.74. Alternativamente, estabelece-se que para aqueles prestadores que estejam substituindo o regular prestador de serviço, o controle do cumprimento da carga horária deverá ser feita nos moldes da legislação em vigor, pelos demais métodos de controle previstos na legislação trabalhista, devendo ser registrada a substituição mediante TERMO DE SUBSTITUIÇÃO, onde fique registrado o trabalhador substituído, a função, a data da substituição e os horários, bem como o nome completo do prestador que efetivamente substituiu, devidamente assinado pelo servidor autoridade competente da unidade onde o posto de trabalho é lotado;
- 5.75. A Contratada deverá convencionar com seus funcionários que os atrasos e as efetivas faltas deverão ser comunicados ao Preposto da contratada, para que o mesmo possa providenciar a sua substituição, bem como a apresentação de justificativas para ausências legais;
- 5.76. Havendo falta do funcionário, caberá ao Preposto da contratada realizar os contatos para a substituição do funcionário que faltou no prazo de até 01 (uma) hora, contados do início do expediente da Contratante. A substituição deverá ser feita cumprindo o restante da carga horária diária de 08 (oito) horas, com intervalo de, no mínimo, 01 (uma) hora para almoço;
- 5.77. Nas substituições, os profissionais encaminhados deverão ter qualificação idêntica ou superior ao requisitado para a função neste Termo de Referência. Deverá ser observada também a função para qual o substituto foi contratado pela contratada de forma a não gerar desvios ou acúmulos de função;
- 5.78. Mensalmente, a contratada deve providenciar os termos das substituições de colaborador ausente, devidamente assinados pelo fiscal do contrato para fins de medição e faturamento;
- 5.79. À critério do Gestor/Fiscal (ais) do contrato e havendo concordância da unidade de lotação do trabalhador, eventuais ausências, sejam por faltas, licenças, etc., poderão não ser substituídas, sem aplicação de sanções administrativas. Contudo, haverá o devido desconto dos dias não trabalhados na medição (com registro formal junto à contratada);
- 5.80. Desde que acordado com o Gestor/Fiscal (ais) do contrato, e considerando a possibilidade ou não de reagendamento das atividades destinadas ao posto faltante (apenas serviços de manutenção), a substituição poderá ocorrer em data diversa da data da falta, desde que dentro do mesmo mês;
- 5.81. Excepcionalmente, caso o prestador de serviço não registre o ponto eletrônico (esquecimento), contudo fique configurado que o mesmo compareceu ao serviço, caberá ao PRESTADOR DE SERVIÇO informar o PREPOSTO DA contratada, que irá realizar o contato com a chefia da unidade de trabalho, para confirmar a informação com registro por escrito, a fim de compor o processo de pagamento mensal da nota fiscal e realizar o tratamento do controle de frequência;
- 5.82. Caberá à Contratada fiscalizar a jornada de seus trabalhadores e, caso seja configurada a habitualidade da falha do registro do ponto eletrônico, descumprimento dos horários de trabalho, realização de jornada incompatível com o contrato, realização de horas-extras ou registro de ponto em dias e horários não previstos contratualmente por parte do prestador de serviço, tomar as medidas disciplinares necessárias ao cumprimento regular do contrato. Ainda, no mesmo caso, a Contratante poderá solicitar a substituição do prestador de serviço;
- 5.83. Os casos de falta de papel, não reconhecimento de biometria, de falta de energia, mau funcionamento, ou qualquer tipo de ocorrências relacionadas ao Registro de Ponto Eletrônico (REP), serão reportadas imediatamente pelos colaboradores ao preposto da contratada, para providências e posterior comunicação ao Gestor/Fiscal (ais) do contrato para registro em relatório específico. Nestes casos, excepcionalmente, o controle do cumprimento da carga horária deverá ser feito nos moldes da legislação em vigor, pelos demais métodos de controle previstos na legislação trabalhista;
- 5.84. A Contratada deverá adquirir e instalar Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos da data de início de vigência do Contrato, na presença do Gestor/Fiscal (ais), para

controle do cumprimento da carga horária dos seus funcionários, sendo distribuídos conforme indicados neste Termo de Referência.

5.85. A Contratada será responsável pela instalação, guarda, segurança, manutenção e substituição (quando necessário) dos Relógios de Ponto Eletrônico Biométrico, arcando com todos os custos, inclusive os custos relacionados ao nobreak, equipamentos de informática (hardwares), programas de gerenciamento (softwares), manutenções preventivas/corretivas e insumos como o papel, dentre outros necessários ao efetivo funcionamento do Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico;

5.86. O software de tratamento do controle de jornada deverá estar de acordo com as regras do Ministério do Trabalho e Emprego, e possuir as seguintes funcionalidades mínimas: Gestão de horas; Horários de trabalho flexíveis; Registro de feriados e pontos facultativos; Registro de férias; Módulo WEB para consulta de folhas ponto e lançamento de abonos, justificativas e ajustes no cartão ponto, pelo PREPOSTO DA contratada;

5.87. A Contratante cederá a utilização da rede elétrica e rede lógica (LAN e acesso à internet) para o funcionamento do Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico, no entanto, a Contratada ficará responsável pela instalação de todo equipamento/dispositivo necessário para o seu efetivo responsável pela instalação de todo equipamento/dispositivo necessário para o seu efetivo Biométrico;

5.88. Caberá ao fiscal do contrato, após confirmação junto ao Setor competente, informar ao preposto da contratada onde se encontra o quadro elétrico (ou dispositivo equivalente), bem como acompanhar o procedimento de instalação dos equipamentos/dispositivos;

5.89. A Contratada é responsável por qualquer dano causado às instalações (físicas, elétricas, hidráulicas ou lógicas) da Contratante durante a fase de instalação do Relógio de Ponto Eletrônico e deverá reparar tal dano, imediatamente, arcando com todos os custos necessários;

5.90. O Relógio de Ponto Eletrônico deverá ser homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, oferecer cópia impressa de CADA ponto batido pelo funcionário, como contraprova, e possibilitar a extração dos dados via USB;

5.91. Durante o período de instalação do Relógio de Ponto Eletrônico, o controle do cumprimento da carga horária deverá ser feito nos moldes da legislação em vigor, pelos demais métodos de controle previstos na legislação trabalhista.

Diárias

5.92. Eventualmente poderá haver necessidade de deslocamento dos prestadores de serviço, para atendimento de atividades fora dos locais da Contratante;

5.93. O deslocamento intermunicipal e interestadual somente será utilizado na impossibilidade de atendimento da demanda pelo quadro de servidores da Contratante, e será solicitado pela unidade de lotação do prestador junto ao gestor/fiscal do contrato, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data e horário de saída, através de requisição própria, na qual será indicado o nome do prestador, o período do serviço, as atividades e as localidades (municípios) nas quais o prestador irá transitar, devidamente justificados;

5.94. Caberá ao gestor/fiscal do contrato apreciar o pedido e, havendo deferimento nos termos da legislação trabalhista, requisitar à Contratada o faturamento das diárias, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de saída, através de requisição própria;

5.95. Em viagens intermunicipais ou interestaduais, as diárias serão pagas pela Contratada ao prestador de serviço, no mínimo 12 (doze) horas antes da viagem, e pagas pela Contratante à Contratada por ocasião do pagamento da fatura mensal;

5.96. Fica estabelecido pela Contratante que aqueles prestadores que efetivarem viagens interestaduais ou intermunicipais, farão jus à diária no valor estabelecido na CCT da categoria;

5.97. É vedado fixar como obrigação do contratante ressarcir as despesas de hospedagem e transporte dos trabalhadores da contratada designados para realizar serviços em unidades fora da localidade habitual de prestação dos serviços que não estejam previstos nem orçados no contrato.

5.98. Nos casos em que o deslocamento da sede ocorra dentro da mesma região metropolitana não serão devidas diárias, salvo se houver pernoite fora da sede. Nos termos da Lei Complementar de Mato Grosso no 359, de 27/05/2009, a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá é composta pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Acorizal e Chapada dos Guimarães;

5.99. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o prestador por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana;

5.100. No dia do retorno, será concedida somente o valor da diária sem pernoite, respeitando os valores conforme CCT SEEAC/SEAC;

5.101. Em deslocamentos cujo retorno ocorra no mesmo dia da ida (sem pernoite), será concedida somente o valor da diária sem pernoite, respeitando os valores conforme CCT SEEAC/SEAC;

5.102. É vedado a exigência de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto a ser contratado sem que exista uma justificativa técnica que comprove a vantagem para a Administração.

5.103. A Contratada deverá encaminhar, por ocasião do faturamento, o relatório de diárias realizado no período consolidado por funcionário, bem como apresentar cópia da requisição de diárias e o comprovante de pagamento ao prestador de serviço, sendo que o faturamento ocorrerá juntamente com os demais itens contratados.

Materiais a serem disponibilizados

5.104. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.104.1 A lista de materiais se encontra no ANEXO M, e deverá ser providenciado sua substituição quando necessário.

5.104.2 O fornecimento de combustível (gasolina) será efetuado pela contratada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.105. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.105.1 A contratação dos serviços de manutenção predial possui uma dificuldade intrínseca em se determinar com exatidão as demandas necessárias, principalmente para as manutenções corretivas.

5.105.2 A contratada deverá considerar, no planejamento de suas atividades, que durante o período em que estiver executando os serviços de manutenção predial, as edificações e demais espaços do campus estarão em uso por alunos, servidores e terceirizados. Deste modo, deve sempre prezar pela segurança destes usuários, sinalizando e protegendo os locais onde serão realizados os serviços, bem como procurar diminuir os transtornos e impactos que as atividades possam causar à comunidade acadêmica.

5.105.3 Na contratação de contratada especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, e fornecimento de material de consumo.

5.105.4 Executar serviços de manutenção predial e conservação com dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho;

5.105.5 Fornecer os materiais de consumo para manutenção predial, sob demanda, por maior desconto sobre a tabela SINAPI - MT - DESONERADO, não podendo ser superior ao valor da instituição;

5.105.6 Sobre o preço dos insumos listado no SINAPI incidirá linearmente o desconto ofertado pela Contratada na licitação. Ao valor de cada material será aplicado o percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) máximo de 15,28% para materiais conforme Anexo R, podendo a empresa apresentar seu BDI desde que seja inferior estipulado neste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.106. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.107. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.107.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário descritos no ANEXO N:

5.107.1.1. 02 (dois) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído e/ou entregues 02 (dois) conjunto completo de uniforme semestralmente

5.107.1.2. Caso haja necessidade de troca o mesmo deverá ser providenciado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

5.107.1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.107.1.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.107.1.5. Não será aceita a entrega parcial dos itens.

5.107.1.6. A data de entrega será o dia do cumprimento total deste item, ou seja, quando todos os empregados envolvidos na contratação receberem jogos completos de uniforme (todos os itens), cabendo à aplicação do IMR para avaliação deste cumprimento contratual.

5.107.1.7. Mediante a concordância do Gestor/Fiscal (ais) do contrato, a CONTRATADA poderá utilizar uniforme padronizado já utilizado pela contratada, incluindo a alteração de cores para melhor identificação dos prestadores de serviço.

5.107.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.107.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Equipamento de Proteção Individual

5.108. Além dos uniformes, a contratada será responsável pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para todos os funcionários, compatíveis com as atividades que serão desenvolvidas, conforme Anexo L.

32/159

- 5.109. Caberá à Contratada identificar, estocar e controlar a entrega, uso e devolução de todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs - previstos no contrato ou no LTCAT, promovendo sua manutenção e/ou substituição sempre que necessário e observado as indicações do fabricante e a legislação em vigor.
- 5.110. O prazo de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual será no primeiro dia de vigência do Contrato, sendo vedada a prestação do serviço por parte dos profissionais sem o recebimento dos mesmos, sob pena de aplicação de sanção administrativa caso o prestador de serviço não esteja devidamente equipado, bem como a aplicação do desconto do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 5.111. Considera-se "Equipamento de Proteção Individual - EPI", todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. (Item 6.1 - Norma Regulamentadora 6 - Portaria 3214/78).
- 5.112. A Contratada é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, Equipamento de Proteção Individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. (Art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho).
- 5.113. Caberá à Contratada, conforme Item 6.6.1 da Norma Regulamentadora 6 - Portaria 3214/78:
- 5.113.1 Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade;
 - 5.113.2 Exigir seu uso;
 - 5.113.3 Fornecer ao trabalhador somente EPI aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
 - 5.113.4 Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação do EPI;
 - 5.113.5 Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
 - 5.113.6 Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;
 - 5.113.7 Comunicar aos órgãos competentes (Ex.: Ministério do Trabalho e Emprego) qualquer irregularidade observada;
 - 5.113.8 Registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico;
- 5.114. A seleção dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) deverá atentar-se:
- 5.114.1 Aos riscos a que o trabalhador está exposto durante o trabalho;
 - 5.114.2 Às condições de ambiente em que exerce a atividade;
 - 5.114.3 À parte do corpo a proteger;
 - 5.114.4 Às características do próprio trabalhador;
- 5.115. A lista de Equipamentos de Proteção Individual constante no ANEXO H da Norma Regulamentadora 6 - Portaria 3214/78.
- 5.116. Caberá aos funcionários da Contratada, após orientação e treinamento, conforme determina o item 6.7.1 da Norma Regulamentadora 6 - Portaria 3214/78:
- 5.116.1 Usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
 - 5.116.2 Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
 - 5.116.3 Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso;

- 5.116.4 Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado;
- 5.117. A Contratada deverá esclarecer e informar a todos os seus empregados que o desrespeito às normas de segurança e meio ambiente constitui falta de natureza grave, passível de demissão por justa causa, nos termos do artigo 482 da CLT;
- 5.118. É vedado a exigência de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto a ser contratado sem que exista uma justificativa técnica que comprove a vantagem para a Administração.
- 5.119. Será de responsabilidade da Contratada fornecer, além do EPI inicial para a execução dos serviços definido em contrato, e em conjunto com o Gestor/Fiscal (ais) do contrato, os Equipamentos de Proteção Individual indicados pelos Laudos Técnicos de Insalubridade e/ou Periculosidade.

Vale Transporte

- 5.120. A Contratada deverá apresentar, por ocasião do início do contrato e a cada substituição, o termo de opção do prestador de serviço quanto ao tipo de transporte mais adequado a sua necessidade e também a relação dos prestadores que declararam ser NÃO OPTANTES do benefício.
- 5.121. Os tipos de transporte e prazos de fornecimento serão aqueles dispostos na Convenção Coletiva de Trabalho.
- 5.122. Independente da modalidade, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, por ocasião do faturamento, os comprovantes de disponibilização de transporte aos seus trabalhadores:
- 5.122.1 Vale-Transporte: Comprovantes de entrega ao trabalhador de ticket impresso ou de pagamentos de recarga, com identificação nominal dos prestadores de serviços;
- 5.122.2 Outros meios: Cópia de contrato de transporte, notas fiscais, comprovação de meios próprios;
- 5.122.3 Bicicleta: Comprovantes da entrega da bicicleta e do pagamento da manutenção da bicicleta ao trabalhador, ou comprovação de manutenções realizadas diretamente através de contratos de prestação de serviço.
- 5.123. No que tange à bicicleta, a mesma deverá ser equipada com espelho retrovisor, campainha e faixa refletiva: "Artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro- São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN: (...) VI - para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo".

Ferramentas

- 5.124. Além dos uniformes e EPI's, a contratada será responsável pelo fornecimento de Ferramentas de trabalho para todos os funcionários, compatíveis com as atividades que serão desenvolvidas, conforme Anexo M.
- 5.125. A Contratada deverá fornecer, EM ENTREGA ÚNICA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de início da vigência do Contrato, na presença do Fiscal do Contrato, EQUIPAMENTOS DE TRABALHO (NOVOS), devidamente identificados com as logomarcas da contratada, conforme as quantidades e especificações mínimas estabelecidas nas planilhas de formação de preços.
- 5.126. Caberá à Contratada identificar, guardar e controlar a entrega, uso e devolução de todos os equipamentos e ferramentas previstas no contrato promovendo sua manutenção e/ou substituição sempre que necessário.
- 5.127. Os equipamentos e ferramentas, seus componentes e acessórios, deverão ser constatada:
- 5.127.1 Desgaste que necessite amolação;

- 5.127.2 Data de seu vencimento;
- 5.127.3 Avaria não consertável;
- 5.127.4 Desgaste, desempenho ruim que atrapalhe a produtividade das atividades;
- 5.127.5 Utilização do conteúdo ou itens descartáveis, cabendo o recarregamento/reposição;
- 5.127.6 Extravio/furto;
- 5.127.7 Manutenção preventiva e/ou Corretiva indicada pelo fabricante ou decorrente do desgaste;
- 5.127.8 Reposição de brocas, discos, lixas e outros acessórios ou materiais de consumo utilizados para operação dos equipamentos e ferramentas;
- 5.127.9 Abastecimento por combustíveis.
- 5.128. Todas as despesas com manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos serão custeadas pela Contratada - inclusive o transporte para retirada e devolução ao local de lotação do posto de trabalho.
- 5.129. Nos casos em que a manutenção demande a ausência do equipamento/ferramenta por mais de 02 (dois) dias úteis, deverá ser fornecido pela contratada bem substituto a fim de não atrapalhar o andamento das atividades no campus.
- 5.130. Para fins contratuais, a data de entrega dos equipamentos/ferramentas será o dia do cumprimento total deste item, ou seja, quando todos os equipamentos e ferramentas de trabalho forem entregues, cabendo à aplicação de sanção administrativa no atraso.

Fornecimento de materiais de consumo para manutenção predial

- 5.131. Para a execução das ordens de serviço de manutenção predial poderá ser necessário o fornecimento de materiais de consumo, os quais deverão ser fornecidos pela contratada.
- 5.132. Caberá à fiscalização do contrato, através de servidor formalmente designado, levantar, quantificar e descrever os materiais necessários a se manter em estoque disponível para execução dos serviços, apontando o valor de referência constante à TABELA SINAPI DESONERADA vigente no mês da homologação da licitação.
- 5.133. Para efeito de pagamento dos materiais será assegurado o BDI 15,28% para materiais conforme Anexo R, podendo a empresa apresentar seu BDI desde que seja inferior estipulado neste Termo de Referência, conforme Acórdão nº 2622/2013 - TCU Plenário.
- 5.134. Sobre o montante encontrado, será aplicado o desconto ofertado pela CONTRATADA, o qual será o total devido pela Contratante para o fornecimento daqueles itens.
- 5.134.1 $\text{Valor tabela SINAPI Desonerada} + \text{BDI} = \text{Total Geral}$
- 5.134.2 $\text{Total geral} - (\text{Total Geral} * \text{Percentual de Desconto}) = \text{valor a ser pago pela Contratante}$
- 5.135. Quando da inexistência dos materiais necessários na tabela SINAPI, a CONTRATADA será notificada para apresentar proposta de fornecimento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, através de pesquisa realizada junto a 03 (três) fornecedores.
- 5.136. Concomitantemente, a Contratante deverá providenciar, no mínimo, 03 (três) referências de preços, obtidas em bases de dados públicas e oficiais, contratações similares, ou pesquisa de preços no mercado compatível com o local da prestação dos serviços, observados os demais critérios constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e da Lei n.º 14.133/2021.

5.137. Será realizada a média aritmética simples dos orçamentos, devendo ser excluídos os valores extremos e desarrazoados que possam alterar significativamente a tendência central do resultado da amostra. Sobre a média aritmética encontrada deverá ser aplicado o mesmo BDI e o desconto ofertado pela CONTRATADA sobre a tabela SINAPI.

5.138. Análise de situações em que os preços unitários na tabela SINAPI de materiais solicitados em OFM são **menores** que os praticados no mercado:

5.138.1 A verificação do caso será realizada de forma global, ou seja, considerando o custo total que a empresa terá para fornecer os materiais solicitados na OFM, em confronto com o valor total de referência segundo cálculo do item 5.135.

5.138.2 Eventuais divergências de preços unitários em relação aos valores de referência do SINAPI não serão motivo para alteração ou anulação da OFM, desde que o valor total da ordem se mostre compatível com o mercado.

5.138.3 Se a Contratada entender que o valor total a ser pago na OFM inviabilize a entrega dos materiais solicitados, esta deve apresentar justificativa técnica que demonstre a inviabilidade de praticar o preço de referência SINAPI, apresentando, no mínimo, 3 (três) orçamentos ou cotações de mercado válidas de todos os itens solicitados na OFM, para verificação global da ordem.

5.138.4 A decisão final sobre a aceitação do fato caberá à Contratante, por meio da Comissão de Fiscalização, que avaliará a pertinência da justificativa e a economicidade global, garantindo que o valor final proposto ainda é vantajoso e compatível com o mercado, mas ponderando o fato de que, no ato da licitação, a empresa aplicou um desconto sobre os valores da tabela SINAPI, sendo também considerado na análise.

5.138.5 A Contratante não se responsabiliza por eventuais erros de cálculo, omissões ou descontos excessivos que resultem em margem de lucro reduzida ou prejuízo para a Contratada. Tais situações não ensejarão, por si só, direito a revisão de preços, que só ocorrerão mediante a comprovação de fatos supervenientes e imprevisíveis alheios à vontade das partes, nos termos da Lei.

5.138.6 Na hipótese de a Contratante acolher as justificativas da Contratada e reconhecer a inexequibilidade dos valores da OFM, as opções que a primeira parte pode escolher são as seguintes:

5.138.6.1. Avaliar a possibilidade de recebimento dos materiais em prazos maiores, caso seja possível, de forma a possibilitar que a Contratada busque fornecedores em lojas virtuais ou em outras cidades, a fim de conseguir atender a entrega dentro dos valores de referência SINAPI.

5.138.6.2. Os valores unitários dos materiais solicitados na OFM serão ajustados conforme os preços de mercado encontrados tanto pela Contratada, quanto pela Contratante (que também fará a pesquisa de preços), avaliando cada item para que não haja sobrepreço, podendo ainda optar por manter o preço unitário SINAPI, mas verificando também o valor total da OFM, a fim de garantir o efetivo fornecimento dos materiais solicitados.

5.139. A Contratante solicitará o fornecimento de materiais sempre que for necessária a aquisição de itens não disponíveis em estoque ou a sua recomposição.

5.140. A tabela com os itens a serem fornecidos pela Contratada será entregue ao preposto da contratada, por e-mail ou vias físicas, através de um documento denominado ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS (OFM), as quais serão assinadas pelo fiscal do contrato (ANEXO F).

5.141. Recebida a OFM, a CONTRATADA deverá providenciar a aquisição e entrega ao responsável na Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Havendo inviabilidade técnica no fornecimento no prazo indicado, e a critério da Administração, o prazo poderá ser prorrogado, não sendo aceita a entrega parcial de itens.

- 5.141.1 Excepcionalmente, aceitar-se-á a entrega parcial de itens, desde que comprovada pela Contratada a dificuldade de obtenção completa dos materiais solicitados na OFM e devidamente aceita pela Administração.
- 5.142. Para registrar a data de entrega dos materiais, a Contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato a sua via da OFM onde será anotada a conferência dos itens e data de entrega
- 5.143. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses da data da licitação, será alterada a tabela SINAPI de referência para a determinação dos valores a serem pagos para aquela vigente na data em que se completar o interregno.
- 5.144. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.
- 5.145. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo mínimo estabelecido pelo fabricante.
- 5.146. Se julgar necessário, a fiscalização da Contratante poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, de forma a comprovar a qualidade dos materiais empregados nos serviços. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.147. As cores de quaisquer materiais serão definidas ou confirmadas pela FISCALIZAÇÃO no momento da emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS;
- 5.148. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.
- 5.149. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem produto equivalente se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.150. A equivalência indicada é em relação ao atendimento dos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A equivalência dos produtos será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a CONTRATADA.
- 5.151. Deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da CONTRATANTE, ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) substituição por equivalente ou superior em qualidade.

Insalubridade e Periculosidade

- 5.152. Considerando o Despacho 8116960/2025/SASS/UFMT, c/c o PARECER n. 00006/2018/CPLC/PGF/AGU, iniciado o contrato, caberá a contratada, PROVIDENCIAR IMEDIATAMENTE E CUSTEAR a emissão de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT - relativos às atividades e locais de trabalho de seus funcionários alocados, a fim de emitir laudos de insalubridade e/ou periculosidade (conforme Estrutura dos Laudos de Insalubridade e Periculosidade abaixo), de acordo com a Norma Regulamentadora - 15 Atividades e Operações Insalubres e Norma Regulamentadora - 16 Atividades e Operações Perigosas, da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo ser adotado o procedimento previsto no Acórdão n. 727/2009 - Plenário, do TCU.

5.153. A apresentação do material será na forma de 'CADERNO TÉCNICO', conforme orientações deste Termo de Referência:

CADERNO TÉCNICO

- 5.154. Laudos de Insalubridade;
- 5.155. Laudos de Periculosidade;
- 5.156. ANEXO I: Metodologia de Tomada de Amostras (separadas por agente nocivo, citando o tipo de equipamento usado para colher amostras de campo, técnica empregada pelo laboratório de análise, bem como sua fundamentação técnico-legal);
- 5.157. ANEXO II: Agentes Nocivos e seus Riscos para Saúde
- 5.158. ANEXO III: Legislação utilizada na elaboração dos laudos técnicos;
- 5.159. ANEXO IV - Laudos de Calibração dos Equipamentos de Medição e respectivos calibradores (separados por agente nocivo), fornecendo todas as informações necessárias para identificação e rastreabilidade. Os laudos de calibração devem estar dentro do prazo de validade, emitidos por laboratório acreditado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e contendo o selo do INMETRO;
- 5.160. ANEXO V: Laudos dos laboratórios para agentes químicos, devidamente identificado (separados por agente nocivo, unidade, instituto, departamento, local, cargos ou similar);
- 5.161. ANEXO VI: Relatório emitido pelos equipamentos na avaliação quantitativa de campo (quando aplicável), incluindo o histograma para ruído e devidamente identificado (separados por agente nocivo, unidade, instituto, departamento, local, cargos ou similar);
- 5.162. ANEXO VII: ART do engenheiro responsável pelo LTCAT da Contratada;
- 5.163. ANEXO VIII : Quadro Resumo;
- 5.164. Separados por unidade/instituto/departamento/local/cargos ou similar, citando o Separados por unidade/instituto/departamento/local/cargos ou similar, citando o

ESTRUTURA DO LAUDO DE INSALUBRIDADE (parâmetros mínimos):

- 5.165. Identificação (unidade - instituição - departamento - local e/ou locais de trabalho ou similar);
- 5.166. Identificação dos cargos e a descrição básica de suas respectivas atividades;
- 5.167. Data (dia/mês/ano);
- 5.168. Descrição geral do ambiente periciado (mínimo: edificação, instalações, equipamentos);
- 5.169. Resultado da avaliação qualitativa;
- 5.170. Resultado da avaliação quantitativa, por agente nocivo;
- 5.171. Insalubridade:
 - 5.171.1 Por Agente Nocivo (Químico - Físico - Biológico)
 - 5.171.2 Descrição (fonte geradora, meio de propagação, valores encontrados, embasamento técnico-legal);
 - 5.171.3 Limite de Tolerância;
 - 5.171.4 Tempo de Exposição;

- 5.171.5 Embasamento Técnico-legal;
- 5.171.6 Observações;
- 5.172. Medidas corretivas existentes para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos, exemplos:
 - 5.172.1 Medidas administrativas ou de organização do trabalho;
 - 5.172.2 EPC - Equipamento de Proteção Coletiva;
 - 5.172.3 EPI - Equipamento de Proteção Individual;
 - 5.172.4 Conclusão Insalubridade (considerando medidas corretivas existentes e citando a legislação cabível);
 - 5.172.5 Laudo Técnico elaborado e aprovado por: Nome, CREA, Assinatura do Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho (CRM) responsável pelo Laudo Técnico;
 - 5.172.6 Elaboração do Laudo Técnico nos ditames da plataforma do E-social, com lançamentos de tabelas e códigos relacionados a riscos de exposição.

ESTRUTURA DO LAUDO DE PERICULOSIDADE (parâmetros mínimos):

- 5.173. Identificação (unidade - instituição - departamento - local e/ou locais de trabalho ou similar);
- 5.174. Identificação dos cargos e a descrição básica de suas respectivas atividades;
- 5.175. Periculosidade:
 - 5.175.1 Data (dia/mês/ano);
 - 5.175.2 Resultado da avaliação qualitativa;
 - 5.175.3 Descrição das atividades realizadas por cada cargo e sua associação com o agente perigoso;
 - 5.175.4 Tempo de exposição;
 - 5.175.5 Descrição geral do ambiente periciado (mínimo: edificação, instalações, equipamentos);
 - 5.175.6 Embasamento técnico-legal;
 - 5.175.7 Observações
- 5.176. Medidas de segurança (recomendação técnica), exemplos:
 - 5.176.1 Medidas administrativas ou de organização do trabalho;
 - 5.176.2 EPC - Equipamento de Proteção Coletiva;
 - 5.176.3 EPI - Equipamento de Proteção Individual;
 - 5.176.4 Conclusão Periculosidade (citando a legislação cabível);
- 5.177. Laudo Técnico elaborado e aprovado por: Nome, CREA, Assinatura do Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho (CRM) responsável pelo Laudo Técnico;
- 5.178. Existindo qualquer tipo de avaliação quantitativa de agentes químicos e/ou físicos, os laudos dessas avaliações deverão ser anexados ao Caderno Técnico, bem como indicação de marcas/modelos dos aparelhos utilizados e os respectivos certificados de calibração;
- 5.179. Deverá ser anexado também a ART relativa aos laudos apresentados;

5.180. O prazo para a entrega dos laudos de insalubridade e periculosidade à Contratante será conforme o número de funções e postos contratados, explicitados na tabela abaixo, contados do início da vigência do contrato. A Contratada deverá protocolar processo administrativo endereçado ao Gestor/Fiscal(ais) do contrato observando os seguintes prazos:

5.180.1 01 a 05 funções 25 dias úteis;

5.180.2 06 a 15 funções 35 dias úteis;

5.180.3 Acima de 15 + 02 dias úteis por função

5.181. Havendo a possibilidade de minimização do risco com a utilização de EPI's, caberá a Contratada providenciar o imediato fornecimento ao trabalhador, em atendimento a NR 6 Equipamentos de Proteção Individual do Ministério do Trabalho e Emprego, e também o registro de utilização de EPI de acordo com a Portaria 107/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego, a fiscalização de sua utilização conforme item anterior deste Termo de Referência, bem como os treinamentos pertinentes regulamentados pelas NR's vigentes.

5.182. Os laudos apresentados serão submetidos à unidade responsável pela análise de insalubridade e periculosidade da Contratante para homologação interna e SOMENTE APÓS A HOMOLOGAÇÃO, constatado o necessário pagamento do respectivo adicional de insalubridade E/OU periculosidade ao trabalhador, a Contratada será notificada com o rol das funções, locais de trabalho e percentuais devidos.

5.183. Caso o LTCAT apresentado não seja homologado, a Contratada providenciará as correções necessárias no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

5.184. Havendo a incidência de adicionais, a contratada providenciará a anotação e alteração da remuneração do trabalhador relativo às funções e locais insalubres no prazo de até 30 (trinta) dias após a notificação da homologação pela Contratante e efetuará a quitação junto ao trabalhador de todos os valores retroativos devidos;

5.185. Na planilha de custos e formação de preços, anexo do Edital, para garantia da isonomia deste certame licitatório, as licitantes não deverão cotar o percentual referente ao adicional de insalubridade e do adicional de periculosidade. No entanto, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, a Contratada apresentará o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), emitido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho inscrito no respectivo conselho de classe para os locais, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e condições nele determinados, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia. (TCU, Acórdão nº727/2009, Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro).

5.186. Após apresentação do laudo e homologação e havendo constatação de adicionais conforme a legislação trabalhistas os valores do contrato serão alterado por meio de apostilamento.

Informações extras referente aos postos de trabalho

5.187. Cada posto de trabalho corresponde a 01 (um) prestador de serviço.

5.188. Os cargos referentes ao objeto deste Termo de Referência realizarão as atividades previstas nos CBOs designados conforme item "Enquadramento dos postos a serem contratados" deste Termo de Referência.

5.189. Para a execução dos serviços requer-se que os profissionais possuam os seguintes requisitos mínimos:

5.189.1 Para todas as funções: não possuir parentesco (o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores da Contratante, como forma de cumprir os princípios da moralidade e da impessoalidade e o disposto no Decreto n.º 7.203/2010;

5.189.2 A escolaridade mínima exigida deverá ser comprovada mediante a apresentação de cópia do diploma ou certificado emitido por Instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação, Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a competência legal.

5.190. A prática profissional mínima exigida deverá ser comprovada mediante a apresentação de cópia do registro de emprego na carteira de trabalho.

5.191. POSTOS COM 40 HORAS SEMANAIS: Os pisos salariais dos profissionais colocados à disposição da CONTRATANTE, para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser fixados, para as respectivas categorias, tomando-se por parâmetro aqueles dispostos na Convenção Coletiva de Trabalho 2025, considerando a proporção da carga horária contratada, nos termos da ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 358 DO TST:

358. SALÁRIO MÍNIMO E PISO SALARIAL PROPORCIONAL À JORNADA REDUZIDA. POSSIBILIDADE (DJ 14.03.2008): Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial trabalhado.
(http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_341.htm#TEMA358)

Convenção Coletiva do Trabalho

5.192. O piso salarial será o vigente da respectiva categoria profissional, através da Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela contratada quando da apresentação da proposta, proporcional a jornada de trabalho contratada (40 horas semanais) nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 358 do TST.

5.193. A Contratada deverá observar todos os procedimentos e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

5.194. O depósito dos salários, 13º, férias, e todos os benefícios, deverão observar os prazos legais vigentes, independentemente do pagamento de suas faturas pela contratante, sendo tal obrigação prestada através de recursos que sejam de pronta disponibilização ao trabalhador.

5.195. Havendo homologação de nova Convenção Coletiva de Trabalho, ou mesmo termos aditivos às mesmas, deverá a CONTRATADA providenciar a alteração e registro das novas condições nos termos da legislação, observando os seguintes prazos:

5.195.1 Quitação de verbas salariais e indenizatórias nos novos valores convencionados - deverá ser realizada no holerite do mês imediatamente posterior ao registro no Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo a alteração da CTPS;

5.195.2 Quitação de diferenças de verbas salariais e indenizatórias de meses anteriores, nos casos de vigência retroativa da CCT/Termo Aditivo - deverá ser realizada no holerite do mês imediatamente posterior ao registro no Ministério do Trabalho e Emprego, independentemente da aprovação ou não de pedido de repactuação e do pagamento de suas faturas pela contratante, sendo tal obrigação prestada através de recursos que seja de pronta disponibilização ao trabalhador;

5.196. Mediante prévia autorização do sindicato da categoria, na inexistência de regra na CCT, poderá haver o parcelamento da quitação das verbas salariais pela contratada junto a seus funcionários.

Das horas extras – do banco de horas

5.197. Admitir-se-á que a prorrogação da jornada de trabalho será de, até, 02 (duas) horas extraordinárias de forma excepcional, por dia e que, em caso de necessidade imperiosa, a duração do trabalho

poderá exceder o limite legal ou convencionado, seja por motivo de força maior, seja para atender a realização ou a conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

5.198. Conforme Artigo n. 59 da CLT:

5.198.1 Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

5.198.2 §2º: “Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.” (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

5.199. Independentemente de qualquer acréscimo salarial, fica ajustado que a jornada de trabalho, ainda que em turno ininterrupto de revezamento ou outra escala qualquer, poderá ser ampliada, desde que haja a correspondente compensação em outro dia, essa compensação só poderá ocorrer mediante acordo individual por contratada.

5.200. Assim, quando da celebração do contrato de trabalho com seu empregado, a CONTRATADA deverá observar a questão do BANCO DE HORAS, devendo, também, apresentar ao(s) fiscal(is) do contrato os documentos que registram o acordo individual por contratada, no sindicato, antes do início da execução do contrato, a fim de que não haja demandas futuras.

5.201. Fica pré-estabelecido, então, que:

5.202. Havendo eventual necessidade de exceder a jornada de trabalho diária, a CONTRATADA deverá computar as horas, eventualmente excedentes à jornada regular do trabalhador, e lançá-las no BANCO DE HORAS, para fins de compensação;

5.203. Os dias e os horários de compensação serão definidos pela CONTRATANTE;

5.204. As horas excedentes eventualmente trabalhadas aos sábados, domingos e feriados deverão igualmente ser compensadas por meio de BANCO DE HORAS;

5.205. Havendo demanda regular na prestação dos serviços aos sábados e/ou domingos, será aplicada escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização, conforme consta do Art. 67 da CLT;

5.206. O SISTEMA DE BANCO DE HORAS também poderá ser utilizado nos momentos de pouca atividade, na qual poderá ser reduzida a jornada normal dos empregados durante um período, sem redução do salário, permanecendo um débito de horas;

5.207. Nos dias de ponto facultativo para a FUFMT, a prestação de serviço PODERÁ SER DISPENSADA, mediante a COMPENSAÇÃO DE HORAS dentro do mesmo mês, utilizando o banco de horas;

5.208. Não havendo tempo hábil para a compensação DENTRO DO MESMO MÊS a compensação de horas deverá ser realizada no período de 30 dias.

5.209. Os dias de ponto facultativo serão informados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, mediante a definição de um calendário anual que poderá sofrer atualizações quando da emissão de decretos/portarias/ofícios pelas autoridades competentes deste órgão público;

5.210. Dos dias de dispensa da prestação de serviço, serão descontados os valores relativos ao fornecimento de Vale Transporte;

5.211. Nesses dias de dispensa da prestação de serviços, mediante acordo entre as partes, os prestadores de serviços, também, poderão ser encaminhados para treinamentos, reciclagens e/ou palestras

custeados pela CONTRATADA e, no interesse da FUFMT, sendo que, nesse caso, a carga horária será efetuada no treinamento;

5.212. As horas não compensadas, no período de 180 (cento e oitenta) dias após a dispensa da prestação do serviço, serão objeto de descontos, na medição, pela fiscalização do contrato;

5.213. A CONTRATADA deverá encaminhar, ao final de cada mês, antes do faturamento e da emissão da nota fiscal, O RELATÓRIO DO BANCO DE HORAS realizado no período, de modo a demonstrar o saldo atualizado de cada funcionário empregado no contrato PARA QUE A ADMINISTRAÇÃO SE POSICIONE PELA COMPENSAÇÃO;

5.214. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá observar a existência de saldo negativo ou positivo de horas do empregado e, em contato com a fiscalização, tomar providências de forma a zerar o banco de horas do empregado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.215. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da contratada, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessita** manter preposto da contratada no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da contratada, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. **Deverá ser indicado mediante declaração em que conste o nome completo, n. do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional e dados de contato (e-mail e celular).**

6.10. **Para exercer a função, exigem-se como escolaridade mínima ter Ensino Médio completo e mínimo de 3 (três) anos de experiência profissional.**

6.11. A função de preposto não poderá ser delegada aos ocupantes dos postos de serviço, considerando a incompatibilidade de tarefas.

6.12. O preposto, uma vez indicado pela contratada e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, na data de início da vigência do contrato, para firmar, juntamente com o colaborador designado para esse fim, o “Termo de Abertura do Livro de Ocorrências”, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativo à sua competência.

6.13. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.14. Quando houver substituição do preposto, a Contratante deverá ser previamente comunicada, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, com a indicação de todos os dados do novo preposto.

6.15. O Preposto será responsável pelas atividades assim especificadas, dentre outras existentes:

6.15.1 Acatar as orientações da fiscalização do contrato, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;

6.15.2 Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações;

6.15.3 Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;

6.15.4 Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando os serviços;

6.15.5 Tratar todos os servidores da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;

6.15.6 Manter contato frequente com os prestadores de serviço, com o objetivo de sanar qualquer demanda na área de administração de pessoal e gestão operacional do contrato, como:

- I) Recebimento de atestados;
- II) Controle de frequência (verificação das faltas, edição via software de controle do ponto biométrico, substituição de prestadores de serviço);
- III) Esclarecimento de dúvidas dos prestadores de serviço;
- IV) Resolução de problemas ligados aos prestadores de serviços;
- V) Fornecimento e fiscalização do uso de materiais, uniformes e EPI's;
- VI) Programação de escalas de serviço, folgas e férias;
- VII) Avaliação do desempenho e cumprimento de tarefas;
- VIII) Conhecimento das ordens de serviço, delegação de atividades, distribuição dos trabalhos, controle dos prazos de execução;
- IX) Emissão de ordens aos prestadores de serviços;
- X) Gestão da mão de obra para atendimento de demandas emergenciais;
- XI) Outras atividades correlatas.

6.16. Manter contato frequente com a fiscalização do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda na área de gestão do contrato, tais como:

6.16.1 Esclarecimento de dúvidas relacionadas às faturas dos serviços prestados;

6.16.2 Realização conjunta de medição mensal dos serviços;

- 6.16.3 Recebimento de notificações;
- 6.16.4 Realização do registro de ocorrências no respectivo livro;
- 6.16.5 Atendimento de providências para a boa execução do contrato;
- 6.16.6 Participação em reuniões, representando a contratada;
- 6.16.7 Outras atividades correlatas;
- 6.17. Manter contato frequente com a fiscalização do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda na área de gestão operacional do contrato, tais como:
 - 6.17.1 Recebimento de ordens de serviço (O.S) a serem executadas;
 - 6.17.2 Estabelecimento de prazos de conclusão e ordem de prioridade;
 - 6.17.3 Recebimento/devolução de materiais de consumo envolvidos nos reparos;
 - 6.17.4 Prestação de contas da execução das O.S;
 - 6.17.5 Outras atividades correlatas;
- 6.18. Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho, dentre outras:
 - 6.18.1 Ser pontual, coordenar e vistoriar as tarefas dos demais prestadores de serviço, objetivando o bom andamento das atividades;
 - 6.18.2 Cuidar da disciplina, controlar a frequência e verificar a apresentação individual dos profissionais;
 - 6.18.3 Conhecer as atividades de cada profissional, de acordo com as orientações da fiscalização da Contratante;
 - 6.18.4 Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência, ou quando devidamente autorizado;
 - 6.18.5 Levar ao conhecimento da fiscalização, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
 - 6.18.6 Não permitir que profissionais da Contratada entrem ou saiam das dependências do Contratante por locais que não aqueles previamente determinados;
 - 6.18.7 Desenvolver todas as atividades inerentes a sua área de responsabilidade, seguindo as orientações, determinações e prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização do contrato, de acordo com as necessidades do serviço;
 - 6.18.8 Inspecionar, controlar e orientar, permanentemente, o correto uso dos equipamentos e materiais;
 - 6.18.9 Providenciar a imediata substituição de materiais e/ou equipamentos defeituosos ou danificados;
 - 6.18.10 Coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado dos materiais e/ou equipamentos;
 - 6.18.11 Adotar todas as providências ao seu alcance, para que o serviço transcorra dentro da normalidade, obedecidas as normas regulamentares e os padrões de conduta;
 - 6.18.12 Registrar por meio de relatório, qualquer ocorrência sobre os principais fatos do dia;
 - 6.18.13 Estar à disposição dos profissionais alocados na Contratante sempre que necessário, visando resolver os problemas relativos ao serviço;
 - 6.18.14 Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las, e, realizar ainda, outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade;

6.18.15 Além de todas as atividades elencadas no item anterior, intermediar entre a Contratante e a Contratada a solução de todo o aspecto burocrático do contrato, objetivando o bom andamento dos serviços.

6.19. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato (ANEXO G).

Rotinas de Fiscalização

6.20. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.21. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.22. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.23. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.24. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.25. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.26. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.27. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.27.1 Verificar in locu a execução dos serviços;

6.27.2 Avaliar a qualidade de execução dos serviços; e

6.27.3 Direcionar o andamento da execução das ordens de serviços.

6.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.29. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.30. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

- 6.31. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.32. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.33. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.34. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.35. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.36. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.37. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.38. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.38.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.38.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.38.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.38.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.39. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.39.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
 - 6.39.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
 - 6.39.3 O fiscal do contrato informará o preposto da contratada sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
 - 6.39.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.40. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.41. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.41.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.41.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.42. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.43. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.44. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.44.1 Verificar as certidões emitidas,

6.44.2 Verificar os holerites se está sendo realizados pagamentos de vale transporte, vale alimentação e demais itens de acordo com a CCT,

6.44.3 Verificar a distribuição de uniformes e cobrar sua utilização correta,

6.44.4 Verificar a entrega dos laudos de insalubridade e periculosidade.

6.45. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.46. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.46.1 No caso de contratadas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.46.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.46.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.46.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.46.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.46.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.46.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.46.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.46.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.46.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.46.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- 6.46.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- 6.46.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.46.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.46.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- 6.46.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 6.46.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da contratada é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.47. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.45.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.48. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.49. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.50. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.51. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.52. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.53. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.54. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.55. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.56. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

- 6.57. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.58. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da contratada de corrigir.
- 6.59. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.60. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.61. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.62. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.63. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.64. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.65. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.66. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.67. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.68. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.68.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.68.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.69. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.69.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.69.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.70. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.71. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a

previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.72. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.73. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.74. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.75. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.76. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.76.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.76.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.77. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.78. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.79. Cabe ao gestor do contrato:

6.79.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.79.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.79.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.79.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho

51/159

na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.79.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.79.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.79.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.79.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.79.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.79.8.2. à notificação formal de que a contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.80. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG****PROCESSO xxxxx.xxxxxx/202x-xx - PE ____ / ____ - SERVIÇOS DE xxxxxxxxxxxxxxxx****CONTRATO Nº ____ / ____****INDICADORES**

1	UNIFORMES
2	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS
3	FUNCIONÁRIOS
4	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
5	PAGAMENTO DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS
6	PCMSO E LTCAT

INDICADOR Nº 01: UNIFORMES

Finalidade	Garantir a correta identificação dos prestadores terceirizados e sua segurança no ambiente de trabalho; Garantir que não haja paralisação dos serviços por ausência de DISPONIBILIZAÇÃO DE EPI.
Meta a Cumprir	100% dos funcionários adequadamente uniformizados e equipados com EPI's.
Instrumento de Medição	Conferência local.
Forma de Acompanhamento	Registro de Ocorrências
Periodicidade	Diária.
Memória de Cálculo	ponto por ocorrência x colaborador x quantidade de dias
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviços.

Ocorrências / Pontuação

1. Deixar de fornecer/substituir conjunto completo de uniforme aos seus funcionários ou utilização incompleta/inadequada, sem justificativas, nos prazos e condições previstas no TR. 0,1 pontos por ocorrência

Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados de cada INDICADOR. De acordo à pontuação total, haverá os seguintes ajustes:

Faixas de ajustes no pagamento

1ª Faixa: 0,1 a 2 pontos = 100% do valor da Medição (NF)***Tolerância**

2ª Faixa: 2,1 a 5 pontos = 98% do valor da Medição (NF)

3ª Faixa: 5,1 a 10 pontos = 95% do valor da Medição (NF)

4ª Faixa: 10,1 a 15 pontos = 92% do valor da Medição (NF)

5ª Faixa: 15,1 a 20 pontos = 90% do valor da Medição (NF)

Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o ajuste relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

PERDA DA FAIXA DE TOLERÂNCIA:

Observações

1) Haverá a perda da Faixa de Tolerância (1ª faixa) a partir de 3 Reincidências consecutivas ou 5 Reincidências ao longo de 12 meses em cada Indicador.

2) A perda da Faixa de Tolerância implica que, a partir de 0,1 pontos a contratada terá o seu pagamento ajustado ao nível de 98%, conforme 2ª faixa.

3) A cada renovação contratual, a Faixa de Tolerância e seus respectivos limites de reincidências serão restabelecidos.

ENCAMINHAMENTO PARA

SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Será instruído o **processo de apuração de responsabilidade** da Contratada caso o somatório mensal dos INDICADORES atinja **20 pontos**, conforme Relatório de Ocorrências Mensal.

INDICADOR Nº02 – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Finalidade	Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços de limpeza.		
Meta a Cumprir	Fornecer e/ou Substituir 100% dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços, considerando a qualidade e quantidades previstas no Termo de Referência.		
Instrumento de Medição	Conferência local, termo de entrega dos materiais e equipamentos e planilhas orçamentárias.		
Forma de Acompanhamento	Verificação in loco.		
Periodicidade	Semanal (materiais) e Anual (equipamentos)		
Memória de Cálculo	ponto por ocorrência x quantidade de dias (sem resolução)		
Início da Vigência	Conforme contrato.		
Ocorrências	1. Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços de limpeza no início da execução do contrato.	0,5 pontos	por ocorrência
	2. Atraso no fornecimento mensal, trimestral e anual dos materiais necessários à execução dos serviços de limpeza, conforme condições previstas	0,5 pontos	por ocorrência
	em Edital.		
	3. Atraso na substituição dos equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso.	0,5 pontos	por ocorrência
	4. Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência.	0,5 pontos	por ocorrência

5. Entrega de material em 0,1 por
quantidade/qualidade inferior ao estipulado pontos
no Termo de Referência. ocorrência

**Faixas de ajustes
no pagamento**

Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados de cada INDICADOR. De acordo à pontuação total, haverá os seguintes ajustes:

1ª Faixa: 0,1 a 2 pontos = 100% do valor da Medição (NF)*Tolerância

2ª Faixa: 2,1 a 5 pontos = 98% do valor da Medição (NF)

3ª Faixa: 5,1 a 10 pontos = 95% do valor da Medição (NF)

4ª Faixa: 10,1 a 15 pontos = 92% do valor da Medição (NF)

5ª Faixa: 15,1 a 20 pontos = 90% do valor da Medição (NF)

Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

Observações

O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o ajuste relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

PERDA DA FAIXA DE TOLERÂNCIA:

1) Haverá a perda da Faixa de Tolerância (1ª faixa) a partir de 3 Reincidências consecutivas ou 5 Reincidências ao longo de 12 meses em cada Indicador.

2) A perda da Faixa de Tolerância implica que, a partir de 0,1 pontos a contratada terá o seu pagamento ajustado ao nível de 98%, conforme 2ª faixa.

3) A cada renovação contratual, a Faixa de Tolerância e seus respectivos limites de reincidências serão restabelecidos.

**ENCAMINHAMENTO
PARA**

Será instruído o **processo de apuração de responsabilidade** da Contratada caso o somatório mensal dos INDICADORES atinja **20 pontos**, conforme Relatório de Ocorrências Mensal.

**SANÇÃO
ADMINISTRATIVA**

INDICADOR Nº 03-FUNCIONÁRIOS

Finalidade Garantir a quantidade de serventes necessários(as) à plena execução da prestação dos serviços de limpeza e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.

Meta a Cumprir 100% da presença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.

Instrumento de Medição Conferência Local.

Forma In loco, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.

de Acompanhamento

Periodicidade Diária.

Memória de Cálculo ponto por ocorrência x quantidade de dias (sem resolução)

Início da Vigência Conforme contrato.

Ocorrências 1. Deixar o posto de trabalho, sem a devida justificativa. 0,5 pontos por ocorrência

2. Recusar-se a executar os serviços compatíveis com o posto de trabalho, sem motivo justificado. 0,5 pontos por ocorrência

3. Adotar conduta incompatível com as atribuições do posto, favorecendo o surgimento de conflitos e desavenças. 0,5 pontos por ocorrência

4. Não respeitar os horários dos intervalos para repouso e alimentação, fixados pela administração. 0,5 pontos por ocorrência

5. Destruir ou danificar documentos e/ou equipamentos pertencentes à contratante por culpa (imperícia) ou dolo do funcionário da Contratada. 1,5 pontos por ocorrência

Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados de cada INDICADOR. De acordo à pontuação total, haverá os seguintes ajustes:

**Faixas de ajustes
no pagamento**

1ª Faixa: 0,1 a 2 pontos = 100% do valor da Medição (NF)***Tolerância**

2ª Faixa: 2,1 a 5 pontos = 98% do valor da Medição (NF)

3ª Faixa: 5,1 a 10 pontos = 95% do valor da Medição (NF)

4ª Faixa: 10,1 a 15 pontos = 92% do valor da Medição (NF)

5ª Faixa: 15,1 a 20 pontos = 90% do valor da Medição (NF)

Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o ajuste relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

PERDA DA FAIXA DE TOLERÂNCIA:

Observações

1) Haverá a perda da Faixa de Tolerância (1ª faixa) a partir de 3 Reincidências consecutivas ou 5 Reincidências ao longo de 12 meses em cada Indicador.

2) A perda da Faixa de Tolerância implica que, a partir de 0,1 pontos a contratada terá o seu pagamento ajustado ao nível de 98%, conforme 2ª faixa.

3) A cada renovação contratual, a Faixa de Tolerância e seus respectivos limites de reincidências serão restabelecidos.

**ENCAMINHAMENTO
PARA**

Será instruído o **processo de apuração de responsabilidade** da Contratada caso o somatório mensal dos INDICADORES atinja **20 pontos**, conforme Relatório de Ocorrências Mensal.

**SANÇÃO
ADMINISTRATIVA**

INDICADOR Nº 04-EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Finalidade

Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.

Meta a Cumprir

Execução dos serviços contratados, conforme termo de referência/contrato, sem falhas que desabone a sua continuidade.

Instrumento de Medição	Conferência local.
Forma de Acompanhamento	In loco, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.
Periodicidade	Diária.
Memória de Cálculo	ponto por ocorrência x quantidade de dias (sem resolução)
Início da Vigência	Conforme contrato.

Ocorrências / Pontuação	1. Deixar de apresentar ou substituir preposto no prazo estabelecido em edital.	0,1 ponto por ocorrência
	2. Não atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato, sem justificativa.	0,2 ponto por ocorrência
	3. Não cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de trabalho orçamentário de cada serviço.	0,5 ponto por ocorrência
	4. Danos ao patrimônio da Contratante em decorrência do uso inadequado das instalações, ferramentas, insumos ou erro/imperícia na execução dos serviços.	1 ponto por ocorrência

Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados de cada INDICADOR. De acordo à pontuação total, haverá os seguintes ajustes:

Faixas de ajustes no pagamento

1ª Faixa: 0,1 a 2 pontos = 100% do valor da Medição (NF)***Tolerância**

2ª Faixa: 2,1 a 5 pontos = 98% do valor da Medição (NF)

3ª Faixa: 5,1 a 10 pontos = 95% do valor da Medição (NF)

4ª Faixa: 10,1 a 15 pontos = 92% do valor da Medição (NF)

5ª Faixa: 15,1 a 20 pontos = 90% do valor da Medição (NF)

Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o ajuste relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

PERDA DA FAIXA DE TOLERÂNCIA:

Observações

1) Haverá a perda da Faixa de Tolerância (1ª faixa) a partir de 3 Reincidências consecutivas ou 5 Reincidências ao longo de 12 meses em cada Indicador.

2) A perda da Faixa de Tolerância implica que, a partir de 0,1 pontos a contratada terá o seu pagamento ajustado ao nível de 98%, conforme 2ª faixa.

3) A cada renovação contratual, a Faixa de Tolerância e seus respectivos limites de reincidências serão restabelecidos.

**ENCAMINHAMENTO
PARA**

Será instruído o **processo de apuração de responsabilidade** da Contratada caso o somatório mensal dos INDICADORES atinja **20 pontos**, conforme Relatório de Ocorrências Mensal.

**SANÇÃO
ADMINISTRATIVA**

INDICADOR Nº 05-PAGAMENTOS SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Finalidade

Garantir o pagamento da remuneração integral aos colaboradores conforme os prazos estabelecidos pela legislação.

Meta a Cumprir

100% de dos pagamentos efetuados no prazo legal, conforme valores estabelecidos na planilha de custos e suas repactuações.

Instrumento de Medição

Conferência dos extratos de pagamentos, holerites, comprovantes de recolhimento de encargos (INSS, FGTS, etc.), dentre outros documentos comprobatórios.

Forma

In loco, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.

**de
Acompanhamento**

Periodicidade

Mensal.

Memória de Cálculo

ponto por ocorrência x quantidade de colaboradores x de quantidade dias (sem resolução)

Início da Vigência

Conforme contrato.

Ocorrências / Pontuação	1. Deixar de recolher encargos (recolhimento fora do prazo)	0,2 pontos por ocorrência
	2. Pagamento de salários ou benefício em valores menores que os devido, conforme planilha de custo e/ou legislação vigente,	0,5 pontos por ocorrência
	3. Deixar de pagar (pagamento fora do prazo) salário ou benefício, estabelecido na planilha de custo e/ou na legislação vigente.	1 pontos por ocorrência

Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados de cada INDICADOR. De acordo à pontuação total, haverá os seguintes ajustes:

Faixas de ajustes no pagamento	1ª Faixa: 0,1 a 2 pontos = 100% do valor da Medição (NF)* Tolerância
	2ª Faixa: 2,1 a 5 pontos = 98% do valor da Medição (NF)
	3ª Faixa: 5,1 a 10 pontos = 95% do valor da Medição (NF)
	4ª Faixa: 10,1 a 15 pontos = 92% do valor da Medição (NF)
	5ª Faixa: 15,1 a 20 pontos = 90% do valor da Medição (NF)

Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o ajuste relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

Observações

PERDA DA FAIXA DE TOLERÂNCIA:

1) Haverá a perda da Faixa de Tolerância (1ª faixa) a partir de 3 Reincidências consecutivas ou 5 Reincidências ao longo de 12 meses em cada Indicador.

2) A perda da Faixa de Tolerância implica que, a partir de 0,1 pontos a contratada terá o seu pagamento ajustado ao nível de 98%, conforme 2ª faixa.

3) A cada renovação contratual, a Faixa de Tolerância e seus respectivos limites de reincidências serão restabelecidos.

**ENCAMINHAMENTO
PARA**

**SANÇÃO
ADMINISTRATIVA**

Será instruído o **processo de apuração de responsabilidade** da Contratada caso o somatório mensal dos INDICADORES atinja **20 pontos**, conforme Relatório de Ocorrências Mensal.

INDICADOR Nº 06-PCMSOELTCAT

Finalidade	Garantir que não haja exposição inadequada de trabalhadores a ambientes insalubres ou perigosos e pagamento por exposições conforme laudo.	
Meta a Cumprir	Prazo contratual	
Instrumento de Medição	Protocolo de processo com a entrega do laudo e despachos das unidades envolvidas; Registro do protocolo de entrega do laudo eventualmente, corrigido, após análise pela Secretaria de Assistência e Saúde do Servidor - SASS-UFMT.	
Forma de Acompanhamento	In loco, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Anual: no primeiro mês, a contar da assinatura do contrato e de suas respectivas renovações.	
Memória de Cálculo	ponto por ocorrência x de quantidade dias (sem resolução)	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	1. Deixar de apresentar o PCMSO (apresentação fora do prazo estabelecido em contrato)	0,5 pontos por ocorrência
	2. Deixar de apresentar o LTCAT (apresentação fora do prazo estabelecido em contrato)	1 pontos por ocorrência
	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados de cada INDICADOR. De acordo à pontuação total, haverá os seguintes ajustes:	

**Faixas de ajustes
no pagamento**

1ª Faixa: 0,1 a 2 pontos = 100% do valor da Medição (NF)*Tolerância

2ª Faixa: 2,1 a 5 pontos = 98% do valor da Medição (NF)

3ª Faixa: 5,1 a 10 pontos = 95% do valor da Medição (NF)

4ª Faixa: 10,1 a 15 pontos = 92% do valor da Medição (NF)

5ª Faixa: 15,1 a 20 pontos = 90% do valor da Medição (NF)

Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.

O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o ajuste relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

PERDA DA FAIXA DE TOLERÂNCIA:

Observações

1) Haverá a perda da Faixa de Tolerância (1ª faixa) a partir de 3 Reincidências consecutivas ou 5 Reincidências ao longo de 12 meses em cada Indicador.

2) A perda da Faixa de Tolerância implica que, a partir de 0,1 pontos a contratada terá o seu pagamento ajustado ao nível de 98%, conforme 2ª faixa.

3) A cada renovação contratual, a Faixa de Tolerância e seus respectivos limites de reincidências serão restabelecidos.

ENCAMINHAMENTO PARA

SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Será instruído o **processo de apuração de responsabilidade** da Contratada caso o somatório mensal dos INDICADORES atinja **20 pontos**, conforme Relatório de Ocorrências Mensal.

7.5. Em caso de descumprimento de caso de descumprimento de no IMR mensal, será realizado de forma proporcional.

7.6. Exemplo 1 - Descumprimento de 02 indicadores: Valor final da NF a pagar = Valor final do indicador 1*50% + Valor final do indicador 2*50%;

7.7. Exemplo 2 - Descumprimento de 03 indicadores: Valor final da NF a pagar = Valor final do indicador 1*33,33% + Valor final do indicador 2*33,33% + Valor final do indicador 3*33,33%.

Medição e critérios de protocolo para recebimento

7.8. O processamento da medição, avaliação, ateste e pagamento, ocorrerá em processo administrativo específico, denominado PROCESSO DE PAGAMENTO, com tramitação no sistema SEI e PROTOCOLADO PELA CONTRATADA, com acesso externo para acompanhamento.

7.9. Caberá à CONTRATADA a abertura do PROCESSO DE PAGAMENTO ao qual pleiteia a quitação, encaminhando a fiscalização as seguintes documentações, visando a realização da medição dos serviços (antes de emitir a nota fiscal):

7.9.1 Planilha de dados mensal, em formato .xls, .xlsx ou .ods, que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, pagamento ou não do prêmio assiduidade, opção ou não pelo vale transporte ou transporte alternativo, dias e horas efetivamente trabalhados (conforme informações extraídas do Relógio de Ponto Biométrico), férias, licenças, faltas, ocorrências e substitutos e total da carga horária mensal trabalhada;

7.9.2 Planilha de dados de medição, em formato .xls, .xlsx ou .ods, com os valores unitários e totais apurados pela contratada, bem como a memória de cálculo;

7.9.3 Planilha de medição em Excel com os valores unitários e totais apurados pela contratada, de todas as ordens de fornecimento de material entregues no período;

7.9.4 Arquivo digital (PDF) das informações referentes a cada prestador de serviço, organizadas em ordem alfabética;

7.9.5 Contra-Cheques/Holerites assinados, referente ao mês faturado na Nota Fiscal;

7.9.6 Folha de Frequência oriunda do Relógio Ponto, assinada pelo trabalhador e pelo responsável pela sua unidade de lotação, referente ao mês faturado na Nota Fiscal;

7.9.7 Comprovantes de reposição do profissional ausente assinados pela autoridade máxima (servidor da Contratante) da unidade onde o posto de trabalho exerce suas atribuições (contendo nome do profissional ausente, motivação da ausência (injustificada, licença médica, etc.), nome do substituto, folha de ausente, motivação da ausência (injustificada, licença médica, etc.), nome do substituto, folha de frequência do substituto oriunda do Relógio Ponto, data e hora de início e término da substituição);

7.9.8 Comprovantes de pagamento de vales-transporte (ou declaração de não optante ou optante de transporte alternativo), auxílio alimentação, dentre outros benefícios que possam ser criados legalmente durante a execução do contrato, quando não realizados via holerite referente ao mês faturado na Nota Fiscal;

7.9.9 Comprovantes de pagamento do prêmio assiduidade referente ao mês faturado na Nota Fiscal;

7.9.10 Relatório atualizado das horas dispensadas e compensadas;

7.9.11 Se férias, holerites específicos ou citação no holerite mensal e comprovante do pagamento de férias, além dos avisos de férias devidamente assinados;

7.9.12 Comprovante de requisição de diárias;

7.9.13 Comprovantes do pagamento de diárias ao prestador de serviços;

7.9.14 Comprovantes de depósito/pagamento dos salários;

7.9.15 Arquivo digital (PDF) dos comprovantes do pagamento das contribuições sociais correspondentes ao mês anterior ao faturado na Nota Fiscal (vencido no mês faturado), compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços continuados;

7.9.16 Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

7.9.17 Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet (ou cópia autenticada);

- 7.9.18 Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE e RET);
- 7.9.19 Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- 7.9.20 Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet (ou cópia autenticada);
- 7.9.21 Arquivo digital (PDF) da comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego, das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS (anualmente após o vencimento do prazo determinado);
- 7.9.22 Arquivo digital (PDF) da comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego, das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a CAGED (do mês anterior ao faturado e mês faturado);
- 7.9.23 Considerando a possível utilização do E-social, serão aceitos os documentos equivalentes relativos aos novos procedimentos do Governo Federal;
- 7.9.24 Cópia das ordens de fornecimento de materiais entregues no período assinadas por servidor da Contratante

Metodologia para cobrança das gratificações por acúmulo de função

- 7.10. Para o cálculo do valor unitário devido com as gratificações por acúmulo de função e seus reflexos, deverá ser utilizada a mesma planilha de custos e formação de preços que a licitante vencedora apresentou em sua proposta (planilha de cada cargo correspondente) com os mesmos percentuais e rubricas.
- 7.11. 1º Passo - Os módulos 01 (remuneração), 02 (benefícios mensais e diários), 03 (Insumos diversos) e submódulos 4.3 (afastamento maternidade) e 4.5 (custo de reposição de profissional ausente) serão completamente zerados;
- 7.12. 2º Passo - O módulo 01 será preenchido com o valor correspondente repassado a cada prestador de serviço constantes dos holerites de cada um;
- 7.13. 3º Passo - O valor total devido pela Contratante será apurado somando os resultados das planilhas do que ocorreu com cada prestador de serviço naquele mês.
- 7.14. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - 7.14.1 não produziu os resultados acordados,
 - 7.14.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.14.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.15. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento - Serviço de manutenção predial com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

66/159

7.16. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.17. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.18. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.19. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.20. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.21. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.22. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.22.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.22.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.23. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.24. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.25. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.26. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.27. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.28. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.29. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.29.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu

desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.29.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.29.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.29.4 Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.29.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.30. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.31. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.32. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do Recebimento - Fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO, SOB DEMANDA

7.33. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, a Contratada apresentará a medição prévia dos materiais fornecidos no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.34. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.35. Os materiais fornecidos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.36. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação dos materiais fornecidos a que se refere a parcela a ser paga.

7.37. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.38. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.39. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.40. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos materiais fornecidos em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.41. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.42. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição dos materiais fornecidos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.43. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.44. Os materiais fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.45. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.46. Os materiais fornecidos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material fornecido e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.46.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.46.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que escrito, as respectivas correções;
- 7.46.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.46.4 Comunicar à contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.46.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.47. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.48. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.49. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.50. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.51. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.52. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.53. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.54. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.55. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.55.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.55.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.56. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.57. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.58. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.59. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.60. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até (10) dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.61. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice

Forma de pagamento

7.62. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.63. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.64. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.64.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.64.2 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.65. De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.66. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.66.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.66.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou CCT.

Repactuação

7.67. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.68. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.68.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.68.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.69. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.69.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.70. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.71. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.72. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.73. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.74. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.74.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.74.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.74.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.74.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.74.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.74.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de

trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela contratada no momento da licitação).

7.74.7 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento *IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - (divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)*, e a data-base vinculada à data do orçamento estimado conforme art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021, seguindo a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.75. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.76. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo no *IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - (divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)* e a data-base vinculada à data do orçamento estimado conforme art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021.

7.77. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.78. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.79. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.80. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.81. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.82. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.83. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.84. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder

aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.85. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.86. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.87. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.88. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.89. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.90. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.91. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.92. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.92.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.93. Não haverá reajuste de material devendo o valor ser considerado a tabela da sinapi vigente.

Cessão de Crédito

7.94. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.94.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.94.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.94.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.94.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.95. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.96. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.97. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.98. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.99. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.100. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.100.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.100.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.100.3 Multa sobre o FGTS; e

7.100.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.101. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.102. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.103. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à contratada que vier a prestar os serviços.

7.104. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de

eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.105. Na situação do subitem acima, a contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

7.106. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.107. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.108. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.109. Justifica-se a adoção de conta-depósito vinculada está devidamente referenciada com base no Relatório Final do Grupo de Trabalho (3236631) contida no processo 23108.966321/2018-11.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela contratada no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da contratada, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

77/159

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de contratadas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de contratadas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. A modalidade adotada foi o PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, conforme art. 78 da Lei n.º 14.133 e Decreto nº 11.462, Art. 3º insiso I e II tendo em vista que a contratação se refere a mão de obra com dedicação exclusiva onde é frequente e permanente além de ter também agregado o fornecimento de material sob demanda.

9.3. A contratada deverá apresentar planilha de BDI, não podendo esta ser maior do que o valor de 15,28% sob pena de desclassificação.

9.4. Os valores referente a fornecimento de materiais de consumo (Manutenção), Fornecimento de materiais de consumo (conservação), fornecimento de materiais de consumo (Automotivo) diárias e Horas extras (oficial de serviços gerais) do item 20 até o item 24, são indissociáveis, ou seja, não poderão ser alterados o valor sob pena de desclassificação. Justifica-se tal realização em função do art. 59, inciso I e V da lei 14133, não sendo possível a execução do contrato caso haja alteração do valor pois inviabiliza compra de qualquer insumo necessário.

Regime de Execução

9.5. Para a parcela relativa aos serviços de manutenção predial sob regime de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra (por posto de trabalho) será adotada a empreitada por preço unitário, já que esse regime é o mais adequado quando se contrata o serviço por preço certo e total e é possível prever com exatidão os quantitativos que serão executados.

9.6. Para as parcelas de fornecimento de material de consumo, sob demanda, o regime adotado será o de empreitada por preço unitário já que esse regime é mais adequado quando se contrata a execução do serviço por preço certo de unidades determinadas. Esse é o regime que melhor se adequa à parcela contratada já que os serviços de manutenção predial, principalmente os que envolvem a manutenção corretiva, não podem ter seus quantitativos definidos com precisão.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de contratadas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/contratadas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como contratada individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de contratadas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de contratadas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Consórcio de contratadas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de contratadas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da contratada líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16.1 É vedado fixar os benefícios, ou seus respectivos valores, para os empregados da contratada, com exceção da possibilidade de determinar o cumprimento de normas coletivas de trabalho.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez

80/159

Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.28.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.28.2 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo I deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.33.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.33.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.34. As contratadas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.35.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35.2 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, quando aplicável de acordo com a quantidade de trabalhadores por posto.

9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Cuiabá-MT, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da assinatura do contrato.

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.40. O atestado deve ser restrito às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133/2021), ou seja, de que forneceu serviço com dedicação de mão de obra de Trabalhador da manutenção de edificações, Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração e jardineiro de pelo menos 50% deste tipo de mão de obra.

Qualificação Técnico-Profissional

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de contratadas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser contratada estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.46.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é o preço **máximo aceitável**, é de **R\$ 7.778.201,54** (sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, duzentos e um reais e cinquenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos em anexo, **não necessitando ser sigiloso os valores apresentados.**

10.2. O modo de disputa **aberto/fechado**, critério de valor: o máximo aceitável e o intervalo dos lances de **R\$ 0,01 (um centavo).**

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cuiabá-MT, 02 de março de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Documento assinado digitalmente

JEFFERSON LEONE E SILVA

Data: 02/03/2026 12:00:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO A

MODELO DE TERMO DE ENTREGA DE UNIFORME E E.P.I. - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Nome: MATRÍCULA ou CTPS: Admissão:

Função ou cargo: Turno: Obs.:

1. Recebi da Universidade Federal de Mato Grosso o uniforme e os equipamentos de proteção individual - EPI, abaixo relacionados, nas datas ali registradas, o qual, desde já, comprometo-me a usá-los na execução de minhas tarefas e atividades, zelando pela sua perfeita guarda, conservação, uso e funcionamento, assumindo também o compromisso de devolvê-los quando solicitados ou por ocasião de rescisão de contrato de trabalho, demissão, transferência ou promoção para cargo em que a utilização se torne desnecessária;
2. O descumprimento dos termos aqui estabelecidos importará em ato faltoso do empregado, com aplicação de penalidades, que a critério do empregador, poderão variar de advertência por escrito à rescisão do contrato de trabalho, independentemente de outras medidas de ordem jurídica aplicáveis com base especialmente no Art. 158 da CLT e NR-1 da Portaria do MTE 3.214/78 (1.8 e 1.8.1);
3. O empregado deverá comunicar à empresa qualquer alteração que torne o E.P.I. impróprio para uso;
4. O empregado deverá usar o uniforme e os equipamentos somente para a finalidade a que se destinam;
5. No caso de perda, dano, extravio ou avarias dos equipamentos e uniforme, autorizo desde já, a dedução do valor correspondente do meu salário, nos termos do artigo 462 §1º da CLT;
6. Declaro que os equipamentos que me foram entregues estão em perfeitas condições e que os utilizo conforme as normas de segurança e treinamentos realizados pela empresa.
- 7.

Assinatura do Empregado

CA	Quantidade	Descrição do material	Entrega		Devolução		
			Data	Vista do empregado	Quantidade	Data	Visto do empregado

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM AGENTE DO PÚBLICO

Processo SEI n.

Contrato:

Eu, _____, portador do RG: e
_____, CPF: _____, residente na Rua/Av.
_____, nº _____ complemento _____,
_____/_____ (cidade/UF), _____ (CEP), venho por meio desta declarar que NÃO
POSSUO qualquer vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em
linha reta ou colateral, até o terceiro grau com servidor público da Universidade Federal de Mato Grosso.

_____ - (cidade/UF), _____ (dia/mês/ano)

Assinatura do Empregado

86/159

ANEXO C

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(usar papel timbrado da empresa)

Nome da empresa: _____

CNPJ nº _____

Endereço: _____

Fone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação nº __/2022, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

_____ (cidade/UF), _____ de _____ de 20 ____.

Visto do representante legal ou procurador da empresa:

Carteira de Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____

[(Obs. Enviar preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração se for o caso]

ANEXO D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

(usar papel timbrado da empresa)

Nome da empresa: _____

CNPJ nº _____

Endereço: _____

Fone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Declaro que optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta à estação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação nº _____/2022, em nome da empresa que represento.

_____ (cidade/UF), _____ de _____ de 20____.

Visto do representante legal ou procurador da empresa:

Carteira de Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____

[(Obs. Enviar preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração se for o caso)

ANEXO E

MODELO DE FORMULÁRIO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE VEÍCULO OFICIAL

MOVIMENTAÇÃO DIÁRIA DE VEÍCULO

Requerente:

Unidade:

Fone:

Motivo:

Período:

Obs.:

Descrição

Destino

Veículo/Placa:

Motorista:

Km saída:

Km chegada:

Data saída:

Data chegada:

Hora saída:

Hora chegada:

Assinaturas:

Solicitante

Motorista

89/159

EMPENHO nº XX/XXXX

Pela presente autorizo a firma abaixo mencionada a fornecer os bens constantes desta Ordem de Fornecimento.

CNPJ:

Item	Especificação	Und.	Qtd.	ValorUnit.	ValorTotal
Total					

Processo:

Coordenador de Aquisições e Contratos de Serviços

Elaboradopor:

ANEXO G

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,.....(identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20..... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO H
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no
CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em
_____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a
Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

ANEXO I

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não são superiores ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$

ANEXO J

MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R\$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação - ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso para (objeto da licitação).
2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:
 - a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
 - b) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO À CONTRATADA;
 - c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução o contrato; e
 - d) obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).
4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.
6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

95/159

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e

ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10.

11. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)
(Assinaturas autorizadas)

ANEXO K
MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTA VINCULADA

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____ / ____

1. AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da Instituição Financeira _____ (endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação nº _____, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços do Contrato nº ____ / ____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da Conta Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação

ANEXO L
EPI - LISTA DE EQUIPAMENTO INDIVIDUAL

EletricistadeinstalaçõeseAjudantedeEletricista(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)

Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Proteção, Confeccionada Em Couro Bovino Curtido Ao Cromo E Vaqueta, Com Palma, Dorso E Dedos Em Vaqueta E Punho Fabricado Em Raspa. Punho: 20 Cm.	Par	2	R\$18,00	R\$19,12	R\$21,80	R\$19,64	R\$39,28
Capacete De Segurança Com Aba Frontal, Classe B, Com Estrias, Material: Polietileno De Alta Densidade	Unidade	1	R\$49,19	R\$45,99	R\$57,76	R\$50,98	R\$50,98
Óculos De Proteção Individual, Material Armação: Plástico Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante, Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único	Unidade	2	R\$13,28	R\$16,02	R\$12,89	R\$14,06	R\$28,13
Cinto De Segurança, Tipo Paraquedista Com Talabarte Duplo E Trava Quedas 1,5 A 2 Metros	Unidade	1	R\$430,04	R\$374,99	R\$379,00	R\$394,68	R\$394,68
Protetor Auricular Com Plug Em Silicone E Cordão Em Poliéster	Unidade	6	R\$5,20	R\$6,56	R\$5,59	R\$5,78	R\$34,70
Luva Isolante De Borracha, Classe 02 Para Alta Tensão. Confeccionada Em Borracha De Acordo Com As Normas Específicas Da Nbr 17Kv mínimo.	Unidade	1	R\$693,55	R\$601,90	R\$620,58	R\$638,68	R\$638,68

Luva de cobertura alta tensão para uso com a luva isolante de Borracha de alta tensão 17kv minimo	Unidade	1	R\$ 40,59	R\$ 39,90	R\$ 45,21	R\$ 41,90	R\$ 41,90
Óculos De Proteção Individual Com Armação, Lente, Apoio Nasal E Hastes Do Tipo Espátula Confeccionados Em Policarbonato. Cor Lente: Cinza	Unidade	2	R\$ 5,00	R\$ 4,80	R\$ 5,79	R\$ 5,20	R\$ 10,39
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça, Tira Modulável Ajuste Nariz, Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial	Unidade	36	R\$ 8,60	R\$ 10,00	R\$ 8,90	R\$ 9,17	R\$ 330,00
Bota de Segurança Eletricista Microfibra e Bico de Composite Acolchoada NR10	Par	2	R\$ 174,85	R\$ 164,81	R\$ 214,04	R\$ 184,57	R\$ 369,13
Manga Alta Tensão Te 20Kv Tm 17Kv no mínimo - Classe 2 - isolante Par	Unidade	1	R\$ 905,73	R\$ 959,95	R\$ 957,94	R\$ 941,21	R\$ 941,21
Protetor Facial Contra Arco Elétrico Nr 10	Unidade	1	R\$ 894,33	R\$ 761,70	R\$ 776,22	R\$ 810,75	R\$ 810,75
Balaclava Nr10 Risco 2 Resistente A Chamas E Arco Elétrico	Unidade	1	R\$ 380,00	R\$ 304,99	R\$ 240,70	R\$ 308,56	R\$ 308,56
Trava-Queda De Aço Inox P/ Corda De 12 Mm Extensor Corda	Unidade	1	R\$ 171,02	R\$ 168,96	R\$ 197,00	R\$ 178,99	R\$ 178,99
Cinto abdominal para eletricista talabarte de 1,5 A 2 Metros	Unidade	1	R\$ 174,64	R\$ 172,84	R\$ 218,93	R\$ 188,80	R\$ 188,80
Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$ 31,57	R\$ 38,00	R\$ 35,00	R\$ 34,86	R\$ 69,71

Valor por postos-anual: **R\$4.435,90**

Valor por postos-mensal	R\$369,66
-------------------------	-----------

Encanador(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)							
Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
BotaDePvcCanoLongo,Cor:Preto,Tamanhosvariados	Par	2	R\$63,99	R\$61,35	R\$68,82	R\$64,72	R\$129,44
LuvaDePvcForrada,PalmaÁspera.PunhoLongocomno mínimo 45 Cm	Par	3	R\$30,75	R\$29,51	R\$32,21	R\$30,82	R\$92,47
LuvaDeProteção,ConfeccionadaEmCouroBovino Curtido Ao Cromo E Vaqueta, Com Palma, Dorso E Dedos		2	R\$18,00	R\$19,12	R\$21,80	R\$19,64	R\$39,28
ParEm Vaqueta E Punho Fabricado Em Raspa. Punho: 20 Cm.							
Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante, Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único	Unidade	2	R\$13,28	R\$16,02	R\$12,89	R\$14,06	R\$28,13
Protetor Auricular Com Plug Em Silicone E Cordão Em Poliéster	Unidade	6	R\$5,20	R\$6,56	R\$5,59	R\$5,78	R\$34,70
Máscara Semi Facial Com 02 Filtros Vo/Va - Respirador Composto Por Uma Peça Semi-Facial, Dois Conectores Para Fixação Dos Filtros, Uma Válvula De Exalação, Duas Válvulas De Inalação E Quatro Pontos De Fixação Com Tirantes Elásticos E Ajustes Através De Passadores.	Unidade	1	R\$80,11	R\$66,56	R\$82,82	R\$76,50	R\$76,50
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça,Tira Modulável Ajuste Nariz, Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial	Unidade	24	R\$8,60	R\$10,00	R\$8,90	R\$9,17	R\$220,00
Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$97,00	R\$114,00	R\$87,77	R\$99,59	R\$199,18
Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$31,57	R\$38,00	R\$35,00	R\$34,86	R\$69,71

101/159

Valor por postos-anual:	R\$889,41
Valor por postos-mensal	R\$74,12

Jardineiro e Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)								
Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total	
Luva De Proteção, Confeccionada Em Couro Bovino Curtido Ao Cromo E Vaqueta, Com Palma, Dorso E Dedos Em		3	R\$18,00	R\$19,12	R\$21,80	R\$19,64	R\$58,92	
Par Vaqueta E Punho Fabricado Em Raspa. Punho: 20Cm.								
Perneira De Segurança Com 3 Talas Em Bidim Pvc	Par	2	R\$35,24	R\$29,00	R\$29,88	R\$31,37	R\$62,75	
Protetor Auricular Tipo Concha: Dupla, Material: Abs-Acrlonitrila/Butadieno/Stirene-Material Haste: Aço Inoxidável Material Amortida: Espuma, Tamanho: Único, Características	Unidade	2	R\$34,30	R\$27,80	R\$38,00	R\$33,37	R\$66,73	
Adicionais: Nível De Ruído Igual Ou Superior A 25Db								
Óculos De Proteção Tipo Lentes De Segurança Com Lentes Nasal E	Unidade	4	R\$5,00	R\$4,80	R\$5,79	R\$5,20	R\$20,79	
Hastes Do Tipo Espátula Confeccionados Em Policarbonato. Cor Lente: Cinza								
Luva Borracha Material: Borracha Nitrílica, Características Adicionais: Ca 32038; Luva De Malha Com Banho Nitrílico, Tipo Proteção:	Par	2	R\$22,00	R\$22,13	R\$26,75	R\$23,63	R\$47,25	
Resistente 1006n								
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça, Tira Modulável Ajuste Nariz,	Unidade	36	R\$8,60	R\$10,00	R\$8,90	R\$9,17	R\$330,00	
Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial Máscara Semi Facial Com 02 Filtros Vo/Va - Respirador Composto Por Uma Peça Semi-Facial, Dois Conectores Para Fixação Dos Filtros, Uma Válvula De Exalação, Duas Válvulas De Inalação E Quatro Pontos De	Unidade	1	R\$80,11	R\$66,56	R\$82,82	R\$76,50	R\$76,50	
Fixação Com Tirantes Elásticos E Ajustes Através De Passadores.								
Avental De Raspa De Couro 1,20 X 0,60	Unidade	1	R\$ 107,20	R\$ 83,00	R\$ 110,55	R\$ 100,25	R\$ 100,25	
Protetor Solar frasco com 120ml Fps Mínimo De 30; 1/3 Uva	Frasco	12	R\$ 22,99	R\$ 19,99	R\$ 17,77	R\$ 20,22	R\$ 242,64	

Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$ 97,00	R\$ 114,00	R\$ 87,77	R\$ 99,59	R\$ 199,18
Boné tipo árabe em brim. Cor: Verde escuro	Unidade	2	R\$ 31,57	R\$ 38,00	R\$ 35,00	R\$ 34,86	R\$ 69,71
						Valor por postos - anual:	R\$ 1.274,12
						Valor por postos - mensal	R\$ 106,23

Operador de Retroescavadeira(01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)							
Especificação(nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Proteção, Confeccionada Em Couro Bovino Curtido Ao Cromo E Vaqueta, Com Palma, Dorso E Dedos Em Vaqueta E Punho Fabricado Em Raspa. Punho: 20 Cm.	Par	3	R\$18,00	R\$19,12	R\$21,80	R\$19,64	R\$58,92
Luva Borracha Material: Borracha Nitrílica, Características Adicionais: Ca 32038; Luva De Malha Com Banho Nitrílico, Tipo Proteção: Resistente 1006n	Par	2	R\$22,00	R\$22,13	R\$26,75	R\$23,63	R\$47,25
Protetor Auricular Tipo Concha: Dupla, Material: Abs - Acrilonitrile/Butadiene/Stirene, Material Haste: Aço Inoxidável, Material Almofada: Espuma, Tamanho: Único, Características Adicionais: Nível De Ruído Igual Ou Superior A 25 Db	Unidade	2	R\$34,30	R\$27,80	R\$38,00	R\$33,37	R\$66,73
Óculos De Proteção Individual Com Armação, Lente, Apoio Nasal E Hastes Do Tipo Espátula Confeccionados Em Policarbonato. Cor Lente: Cinza	Unidade	4	R\$5,00	R\$4,80	R\$5,79	R\$5,20	R\$20,79
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça, Tira Modulável Ajuste Nariz, Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial	Unidade	36	R\$8,60	R\$10,00	R\$8,90	R\$9,17	R\$330,00
Protetor Solar frasco com 120ml Fps Mínimo De 30; 1/3 Uva	Frasco	10	R\$22,99	R\$19,99	R\$17,77	R\$20,22	R\$202,20
Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$97,00	R\$114,00	R\$87,77	R\$99,59	R\$199,18
Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$31,57	R\$38,00	R\$35,00	R\$34,86	R\$69,7

Valor por postos-anual:	R\$994,79
Valor por postos-mensal	R\$82,90

Lavador de veículos(01CONJUNTO POR PROFISSIONAL)							
Especificação(nome,tipo,embalagem etc.)	Unidade	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Segurança Tricotada 4 Fios Algodão Tamanho Unico: Modelo Pigmentada PVC Na Palma	Par	4	R\$5,38	R\$6,29	R\$6,05	R\$5,91	R\$23,63
Luva Borracha Material: Borracha Nitrílica, Características Adicionais: Ca 32038; Luva De Malha Com Banho Nitrílico, Tipo Proteção: Resistente 1006n	Par	4	R\$22,00	R\$22,13	R\$26,75	R\$23,63	R\$94,51
Óculos De Proteção Individual, Material Armação: Plástico Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante, Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único	Unidade	4	R\$13,28	R\$16,02	R\$12,89	R\$14,06	R\$56,25
Protetor Solar frasco com 120ml Fps Mínimo De 30; 1/3 Uva	Frasco	10	R\$22,99	R\$19,99	R\$17,77	R\$20,22	R\$202,20
Bota De Pvc Cano Longo, Cor: Preto, Tamanhos variados	Par	2	R\$63,99	R\$61,35	R\$68,82	R\$64,72	R\$129,44
Protetor Auricular Tipo Concha: Dupla, Material: Abs - Acrilonitrile/Butadiene/Stirene, Material Haste: Aço Inoxidável, Material Almofada: Espuma, Tamanho: Único, Características Adicionais: Nível De Ruído Igual Ou Superior A 25 Db	Unidade	2	R\$34,30	R\$27,80	R\$38,00	R\$33,37	R\$66,73
Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$31,57	R\$38,00	R\$35,00	R\$34,86	R\$69,71
					Valor por postos-anual:		R\$642,47
					Valor por postos-mensal		R\$53,54

Mecânicodemanutençãodeautomóveis,motocicletaseveículossimilares(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)							
Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade Física	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Segurança Tricotada 4 Fios Algodão Tamanho Unico: Modelo Pigmentada PVC Na Palma	Par	4	R\$ 5,38	R\$ 6,29	R\$ 6,05	R\$ 5,91	R\$ 23,63
Luva Borracha Material: Borracha Nitrílica, Características Adicionais: Ca 32038; Luva De Malha Com Banho Nitrílico, Tipo Proteção: Resistente 1006n	Par	4	R\$ 22,00	R\$ 22,13	R\$ 26,75	R\$ 23,63	R\$ 94,51
Óculos De Proteção Individual, Material Armação: Plástico Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante, Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único	Unidade	4	R\$ 13,28	R\$ 16,02	R\$ 12,89	R\$ 14,06	R\$ 56,25
Protetor Auricular Tipo Concha: Dupla, Material: Abs - Acrilonitrile/Butadiene/Stirene, Material Haste: Aço Inoxidável, Material Almofada: Espuma, Tamanho: Único, Características Adicionais: Nível De Ruído Igual Ou Superior A 25 Db	Unidade	2	R\$ 34,30	R\$ 27,80	R\$ 38,00	R\$ 33,37	R\$ 66,73
Luva Anti-Corte Com Banho Pu	Par	4	R\$ 27,90	R\$ 27,65	R\$ 25,99	R\$ 27,18	R\$ 108,72
Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$ 97,00	R\$ 114,00	R\$ 87,77	R\$ 99,59	R\$ 199,18
Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$ 31,57	R\$ 38,00	R\$ 35,00	R\$ 34,86	R\$ 69,71
					Valorporpostos-anual:		R\$618,73
					Valorporpostos-mensal		R\$51,56

OficialdeServiçosGerais–Conservação(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)							
Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade Física	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Proteção, Confeccionada Em Couro Bovino Curtido Ao Cromo E Vaqueta, Com Palma, Dorso E Dedos Em Vaqueta E Punho Fabricado Em Raspa. Punho: 20 Cm.	Par	3	R\$ 18,00	R\$ 19,12	R\$ 21,80	R\$ 19,64	R\$ 58,92
Perneira De Segurança Com 3 Talas Em BidimPvc	Par	2	R\$ 35,24	R\$ 29,00	R\$ 29,88	R\$ 31,37	R\$ 62,75
Protetor Auricular Tipo Concha: Dupla, Material: Abs - Acrilonitrile/Butadiene/Stirene, Material Haste: Aço Inoxidável, Material Almofada: Espuma, Tamanho: Único, Características Adicionais: Nível De Ruído Igual Ou Superior A 25 Db	Unidade	2	R\$ 34,30	R\$ 27,80	R\$ 38,00	R\$ 33,37	R\$ 66,73
Óculos De Proteção Individual Com Armação, Lente, Apoio Nasal E Hastes Do Tipo Espátula Confeccionados Em Policarbonato. Cor Lente: Cinza	Unidade	4	R\$ 5,00	R\$ 4,80	R\$ 5,79	R\$ 5,20	R\$ 20,79
Luva Borracha Material: Borracha Nitrílica, Características Adicionais: Ca 32038; Luva De Malha Com Banho Nitrílico, Tipo Proteção: Resistente 1006n	Par	2	R\$ 22,00	R\$ 22,13	R\$ 26,75	R\$ 23,63	R\$ 47,25
Protetor Solar frasco com 120mlFps Mínimo De 30; 1/3 Uva	Frasco	10	R\$ 22,99	R\$ 19,99	R\$ 17,77	R\$ 20,22	R\$ 202,20
Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$ 97,00	R\$ 114,00	R\$ 87,77	R\$ 99,59	R\$ 199,18
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça,Tira ModulávelAjusteNariz, Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial	Unidade	36	R\$ 8,60	R\$ 10,00	R\$ 8,90	R\$ 9,17	R\$ 330,00

Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$ 31,57	R\$ 38,00	R\$ 35,00	R\$ 34,86	R\$ 69,71
						Valor por postos-anual:	R\$1.342,92
						Valor por postos-mensal	R\$111,91

Trabalhador de manutenção de edificações, Auxiliar de manutenção predial (01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)							
Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Raspa De Couro Cano Curto, Comprimento Do Punho 7 Cm	Par	2	R\$ 14,05	R\$ 11,90	R\$ 13,50	R\$ 13,15	R\$ 26,30
Luva De Pvc Forrada, Palma Áspera. Punho Longo com no mínimo 45 Cm	Par	2	R\$ 30,75	R\$ 29,51	R\$ 32,21	R\$ 30,82	R\$ 61,65
Óculos De Proteção Individual, Material Armação: Plástico Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante,	Unidade	2	R\$ 13,28	R\$ 16,02	R\$ 12,89	R\$ 14,06	R\$ 28,13
Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único							
Cinto De Segurança, Tipo Paraquedista Com Talabarte Duplo E Trava	Unidade	1	R\$ 430,04	R\$ 374,99	R\$ 379,00	R\$ 394,68	R\$ 394,68
Quedas 1,5 A 2 Metros							
Protetor Auricular Com Plug Em Silicone E Cordão Em Poliéster	Unidade	6	R\$ 5,20	R\$ 6,56	R\$ 5,59	R\$ 5,78	R\$ 34,70
Capacete De Segurança Com Aba Frontal, Classe B, Com Estrias,	Unidade	1	R\$ 49,19	R\$ 45,99	R\$ 57,76	R\$ 50,98	R\$ 50,98
Material: Polietileno De Alta Densidade							
Máscara Semi Facial Com 02 Filtros Vo/Va - Respirador Composto Por Uma Peça Semi-Facial, Dois Conectores Para Fixação Dos Filtros, Uma Válvula De Exalação, Duas Válvulas De Inalação E Quatro Pontos De	Unidade	1	R\$ 80,11	R\$ 66,56	R\$ 82,82	R\$ 76,50	R\$ 76,50
Fixação Com Tirantes Elásticos E Ajustes Através De Passadores.							
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça, Tira Modulável Ajuste Nariz,	Unidade	24	R\$ 8,60	R\$ 10,00	R\$ 8,90	R\$ 9,17	R\$ 220,00

Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial

Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$ 97,00	R\$ 114,00	R\$ 87,77	R\$ 99,59	R\$ 199,18
Trava-Queda De Aço Inox P/ Corda De 12 Mm Extensor Corda	Unidade	1	R\$ 171,02	R\$ 168,96	R\$ 197,00	R\$ 178,99	R\$ 178,99
Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho	Unidade	2	R\$ 31,57	R\$ 38,00	R\$ 35,00	R\$ 34,86	R\$ 69,71

Valorporpostos-anual:	R\$1.340,81
Valorporpostos-mensal	R\$111,73

Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração e Auxiliar mecânico de refrigeração – (01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)

Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Luva De Raspa De Couro Cano Curto, Comprimento Do Punho 7 Cm	Par	2	R\$ 14,05	R\$ 11,90	R\$ 13,50	R\$ 13,15	R\$ 26,30
Luva De Pvc Forrada, Palma Áspera. Punho Longo com no mínimo 45 Cm	Par	2	R\$ 30,75	R\$ 29,51	R\$ 32,21	R\$ 30,82	R\$ 61,65
Óculos De Proteção Individual, Material Armação: Plástico Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante,	Unidade	2	R\$ 13,28	R\$ 16,02	R\$ 12,89	R\$ 14,06	R\$ 28,13
Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único							
Cinto De Segurança, Tipo Paraquedista Com Talabarte Duplo E Trava	Unidade	1	R\$ 430,04	R\$ 374,99	R\$ 379,00	R\$ 394,68	R\$ 394,68
Quedas 1,5 A 2 Metros							
Protetor Auricular Com Plug Em Silicone E Cordão Em Poliéster	Unidade	6	R\$ 5,20	R\$ 6,56	R\$ 5,59	R\$ 5,78	R\$ 34,70
Capacete De Segurança Com Aba Frontal, Classe B, Com Estrias, Material: Polietileno De Alta Densidade	Unidade	1	R\$ 49,19	R\$ 45,99	R\$ 57,76	R\$ 50,98	R\$ 50,98
Máscara Semi Facial Com 02 Filtros Vo/Va - Respirador Composto Por Uma Peça Semi-Facial, Dois Conectores Para Fixação Dos Filtros, Uma Válvula De Exalação, Duas Válvulas De Inalação E Quatro Pontos De	Unidade	1	R\$ 80,11	R\$ 66,56	R\$ 82,82	R\$ 76,50	R\$ 76,50
Fixação Com Tirantes Elásticos E Ajustes Através De Passadores.							

Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça, Tira Modulável Ajuste Nariz, Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial

Bota De Pvc Cano Longo, Cor: Preto, Tamanhos variados

Avental De Pvc Forrado Com Tiras Soldadas 1,20X0,70

Trava-Queda De Aço Inox P/ Corda De 12 Mm Extensor Corda

Botina De Microfibra Com Bico De Composite

Boné tipo árabe em brim. Cor: Azul marinho

Und	24	R\$ 8,60	R\$ 10,00	R\$ 8,90	R\$ 9,17	R\$ 220,00
Par	2	R\$ 63,99	R\$ 61,35	R\$ 68,82	R\$ 64,72	R\$ 129,44
Unidade	1	R\$ 18,33	R\$ 19,00	R\$ 20,48	R\$ 19,27	R\$ 19,27
Unidade	1	R\$ 171,02	R\$ 168,96	R\$ 197,00	R\$ 178,99	R\$ 178,99
Par	2	R\$ 97,00	R\$ 114,00	R\$ 87,77	R\$ 99,59	R\$ 199,18
Unidade	2	R\$ 31,57	R\$ 38,00	R\$ 35,00	R\$ 34,86	R\$ 69,71

Valor por postos - anual: R\$ 1.489,52
Valor por postos - mensal R\$ 124,13

Auxiliar de bonificação, amão (01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)

Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd./ano	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
Avental De Raspa De Couro 1,20 X 0,60	Unidade	1	R\$ 107,20	R\$ 83,00	R\$ 110,55	R\$ 100,25	R\$ 100,25
Luva De Segurança Tricotada 4 Fios Algodão Tamanho Único: Modelo Pigmentada PVC Na Palma	Par	4	R\$ 5,38	R\$ 6,29	R\$ 6,05	R\$ 5,91	R\$ 23,63
Óculos De Proteção Individual, Material Armação: Plástico Com Pino Central E Duas Fendas Nas Extremidades, Material Lente: Policarbonato Transparente, Incolor, Tipo Lente: Antiembaçante, Antirrisco. Tamanho: Tamanho Único	Unidade	2	R\$ 13,28	R\$ 16,02	R\$ 12,89	R\$ 14,06	R\$ 28,13

Botina De Microfibra Com Bico De Composite	Par	2	R\$97,00	R\$114,00	R\$87,77	R\$99,59	R\$199,18
Protetor Auricular Com Plug Em Silicone E Cordão Em Poliéster	Unidade	6	R\$5,20	R\$6,56	R\$5,59	R\$5,78	R\$34,70
Máscara Multiuso, Material: Manta Sintética, Tipo Uso: Descartável, Finalidade: Proteção: Química, Poeira, Névoa, Fumos, Metálicos, Tipo Correia: Elástico Ajuste Cabeça, Tira ModulávelAjusteNariz, Características Adicionais: Elemento Filtrante Pff1/Semifacial	Unidade	36	R\$8,60	R\$10,00	R\$8,90	R\$9,17	R\$330,00

Valor por postos - anual:

ANEXO M

LISTA DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS -INDIVIDUAL

Eletricistadeinstalações/AjudantedeEletricista/AuxiliardeBobinagem(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)								
Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço1	Preço2	Preço 3	Média	Total	
Bolsa Ferramenta, Material:Lona, Cor:Verde, Tipo:Impermeável, Material Fundo:Couro, Material Armação:Alumínio, Material Costura:Linha Náilon, medidas mínimas: Comprimento:450 Mm, Altura:300 Mm, Largura:170 Mm, Características Adicionais: 5 Cravos Niquelados E Divisão Interna	UND	1	R\$ 248,40	R\$ 198,90	R\$ 205,08	R\$ 217,46	R\$ 217,46	
Trena - Fita Em Aço Alto Carbono E Revestida Em Nylon, Corpo Em Aço Inox E Abs, Com Revestimento Em Borracha, Botão De Liberação Da Fita Em Polipropileno, Presilha Em Aço, Trava De Retrocesso Automática, Ponta Magnética, Graduação Da Fita Em Milímetros E Polegadas, Tamanho De 05 Metros	UND	1	R\$24,99	R\$19,99	R\$21,00	R\$21,99	R\$21,99	
Jogo De Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Philips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000v Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL, Bitola Ponta Philips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6)	UND	1	R\$126,14	R\$145,46	R\$145,54	R\$139,05	R\$139,05	
Alicate De Corte Diagonal Reforçado 8 para eletricista	UND	1	R\$139,47	R\$127,65	R\$94,90	R\$120,67	R\$120,67	
Alicate De Corte Diagonal; Material: aço. Tamanho: 6.1/2" Isolação: até 1.000V · Diâmetro máximo de corte Ø: 1,6 mm. Tipo: modelo sueco	UND	1	R\$ 30,00	R\$ 34,55	R\$ 39,76	R\$ 34,77	R\$ 34,77	

Alicate De Bico Reto 6.1/2" - Isolação 600V	UND	1	R\$ 36,27	R\$ 40,00	R\$ 45,34	R\$ 40,54	R\$ 40,54
Chave Canhão - kit com 12 chaves de 3 a 14	UND	1	R\$ 238,98	R\$ 197,32	R\$ 253,75	R\$ 230,02	R\$ 230,02
Arco de Serra 12 pol.	UND	1	R\$ 88,00	R\$ 83,47	R\$ 86,35	R\$ 85,94	R\$ 85,94
Chave Inglesa 10"	UND	1	R\$ 37,41	R\$ 31,00	R\$ 32,00	R\$ 33,47	R\$ 33,47
Chave combinada jogo de 6mm a 32mm, com no minimo 24 peças	UND	1	R\$ 707,82	R\$ 640,52	R\$ 646,30	R\$ 664,88	R\$ 664,88
Alicate Amperímetro Digital - Display Lcd/Contagem: 3.1/2 Dígitos/2000; Corrente Ac: 20/200//1000A; Tensão Dc: 200M/20/200/1000V; Tensão Ac: 200/750V; Resistência: 200/2K/20K/200K/2Mo; Teste De Continuidade/Diodo: Sim; PeakHold: Sim; Mudança De Faixa: Manual; Abertura De Garra: 51Mm; Diâmetro Do Condutor: 51Mm; Precisão Básica: 3%; Categoria: Catli 1000V; Alimentação: 1X9V; Dimensões: 248X70X38,5Mm.	UND	1	R\$337,06	R\$270,00	R\$343,82	R\$316,96	R\$316,96
Jogo De Tork , Quantidade minima de Peças: 09 UN, Aplicação: Consertos Em Geral , Componentes: T9 A T50 , Modelo: L	UND	1	R\$ 193,34	R\$ 195,89	R\$ 173,24	R\$ 187,49	R\$ 187,49
Valor por postos-anual:2.093,24							
Valor por postos -mensal 174,44							

ENCANADOR(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)							
Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço3	Média	Total
Bolsa Ferramenta, Material:Lona, Cor:Verde, Tipo:Impermeável, Material Fundo:Couro, Material Armação:Alumínio, Material Costura:Linha Náilon, medidas minimas: Comprimento:450 Mm, Altura:300 Mm, Largura:170 Mm, Características Adicionais: 5 Cravos Niquelados E Divisão Interna	UND	1	R\$ 248,40	R\$ 198,90	R\$ 205,08	R\$ 217,46	R\$ 217,46

Jogo De Chave Combinada Em Aço Cromo Vanádio - 12 Peças Dimensões: 6 A 22 Mm.	UND	1	R\$ 89, 93	R\$ 72,2 1	R\$ 89,90	R\$ 84,01	R\$ 84,01
Kit De Ferramentas Especiais Para Válvulas De Descarga - Chave Para Tampas Frontais Das Válvulas Docol, Hydra Luxo / Master E Hydra Max; Chave Para O Acionador E As Sedes Das Válvulas Hydra Luxo / Master; Chave Para As Sedes Das Válvulas Hydra Max; Chave Para Bucha Da Tampa Frontal Da Válvula Docol. Modelos: 2520- 2530, 2550 E 484- 676; Bitolas: 1.1/4" E 1.1/2".	UND	1	R\$ 298 ,98	R\$ 288 ,49	R\$ 248,94	R\$ 278,8 0	R\$ 278,80
Chave De Grifo 24 Polegadas Confeccionada Em Alto Carbono Forjado	UND	1	R\$ 346 ,90	R\$ 410 ,71	R\$ 332,77	R\$ 363,4 6	R\$ 363,46
Desentupidor Vaso Sanitário, Material: Borracha Flexível, Cor: Preta, Altura: 10Cm, Diâmetro: 16Cm, Material Cabo: Madeira, Comprimento Cabo minimo : 50Cm	UND	6	R\$ 45, 90	R\$ 36,5 4	R\$ 29,90	R\$ 37,45	R\$ 224,68
Valor por postos - anual: R\$ 1.168,42 Valor por postos - mensal R\$ 97,37							

Trabalhador da manutenção de edificações/Auxiliar de Manutenção Predial(01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)

Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Trena - Fita Em Aço Alto Carbono E Revestida Em Nylon, Corpo Em Aço Inox E Abs, Com Revestimento Em Borracha, Botão De Liberação Da Fita Em Polipropileno, Presilha Em Aço, Trava De Retrocesso Automática, Ponta Magnética, Graduação Da Fita Em Milímetros E Polegadas, Tamanho De 05 Metros	UND	1	R\$ 24,99	R\$ 19,99	R\$ 21,00	R\$ 21,99	R\$ 21,99
Alicate Universal Material: 8 polegada Aço Vanádio, Tipo: Profissional, Material Cabo: Plástico, Tipo Cabo: Isolado, Tipo Corte: Corte Temperado Por Indução, Comprimento: de 8" - 200 MM	UND	1	R\$ 46,02	R\$ 51,37	R\$ 56,00	R\$ 51,13	R\$ 51,13
Jogo De Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Philips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000v Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL, Bitola Ponta Philips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6)	UND	1	R\$ 126,14	R\$ 145,46	R\$ 145,54	R\$ 139,05	R\$ 139,05
Jogo De Chave Allen De 1,5 A 10 Mm Com 11 Peças Fabricada Em Cromo Vanádio; Acabamento Oxidado; Indicado Para Parafuso Com Sextavado Interno; Corpo Em L O Que Proporciona O Efeito De Alavanca Para Minimizar O Esforço Físico, Durante O Aperto Ou Desaperto De Parafusos; Dimensões: 1,5Mm - 2Mm - 2,5Mm - 3Mm - 4Mm - 5Mm - 6Mm - 7Mm - 8Mm - 9Mm - 10Mm. - aumentar para 4 eletricitista	UND	1	R\$ 60,00	R\$ 59,00	R\$ 47,50	R\$ 55,50	R\$ 55,50
Alicate De Corte Diagonal; Material: aço. Tamanho: 6.1/2" Isolação: até 1.000V · Diâmetro máximo de corte Ø: 1,6 mm. Tipo: modelo sueco	UND	1	R\$30,00	R\$34,55	R\$39,76	R\$34,77	R\$34,77

Alicate De Bico Reto 6.1/2" - Isolação 600V	UND	1	R\$36,27	R\$40,00	R\$45,34	R\$40,54	R\$40,54
Jogo De Chave Fixa Com 12 Peças Fabricada Em Aço Especial Niquelado E Cromado; Medidas Diferentes Em Cada Boca; Utilizada Para Aperto E Desaperto De Porcas, Parafusos Quadrados Ou Sextavados; Dimensões Das Peças: 6x7,8x9,10x11,12x13,14x15,16x17,18x19,20x22,21x23, MM	UND	1	R\$333,22	R\$398,51	R\$391,49	R\$374,41	R\$374,41
Colher De Pedreiro Em Aço Carbono, Com Cabo RETO De Madeira, 8".	UND	2	R\$19,35	R\$23,00	R\$21,89	R\$21,41	R\$42,83
Carrinho Mão, Material Caçamba: Chapa Aço Galvanizado, Quantidade Roda:1 Un, Tipo Roda:Pneu Com Câmara De 3,25 Cm, Capacidade Caçamba:60 Litros, Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Na Cor Cor Preta, Características Adicionais:Dimensões Aproximadas:610 X 1600 X 620Mm	UND	1	R\$198,50	R\$203,90	R\$208,00	R\$203,47	R\$203,47
Martelo De Unha 25 Mm - Cabeça Forjada E Temperada Em Aço, Acabamento Jateado E Cabeça Protegida Contra Oxidação Com Verniz Ou Pintura Eletrostática, Cabo Em Madeira Envernizada Fixado Com Epóxi.	UND	1	R\$35,00	R\$36,00	R\$34,00	R\$35,00	R\$35,00
Picareta Alvião Com Cabo De Madeira De 90Cm.	UND	1	R\$110,00	R\$91,20	R\$95,00	R\$98,73	R\$98,73
Pá De Bico Com Cabo 1,20M - Tamanho Do Cabo: 120 Cm - Largura Da Pá: 27 Cm.	UND	1	R\$54,86	R\$57,00	R\$45,00	R\$52,29	R\$52,29
Marreta Oitavada, De Ferro Fundido, 1Kg Com Cabo Em Madeira Envernizada.	UND	1	R\$33,30	R\$29,90	R\$26,00	R\$30,67	R\$30,67
Marreta Oitavada, De Ferro Fundido, 0,5 Kg Com Cabo Em Madeira Envernizada.	UND	1	R\$35,43	R\$34,70	R\$35,00	R\$35,04	R\$35,04
Marretas De Borracha 80Mm, 1000g Com Cabo Em Madeira Envernizada.	UND	1	R\$43,80	R\$53,95	R\$51,00	R\$49,58	R\$49,58
Talhadeira Manual Redondo 10 Pol. - Especificações: Corpo Em Aço Forjado; Ponta Temperada; Tamanho Da Ferramenta (Pol.): 10"; Haste (Pol.):3/4".	UND	1	R\$25,44	R\$23,99	R\$25,54	R\$24,99	R\$24,99

Ponteiro Manual Sextavado De 10 Pol. - Especificações: Fabricado Em Aço Forjado; Utilizada Em Trabalhos De Perfuração Em Pedras, Concreto E Tijolos. Dimensões: Largura: 5/8"; Comprimento (Pol.): 10" (Aproximadamente 25Cm).	UND	1	R\$39,90	R\$44,33	R\$44,00	R\$42,74	R\$42,74
Desempenadeiras Em Aço - Bordas Lisas 12X25Cm Com Cabo De Madeira. Aplicação argamassa	UND	2	R\$20,90	R\$20,71	R\$25,02	R\$22,21	R\$44,42
Desempenadeiras Em Aço - Bordas Dentadas 12X25Cm Com Cabo De Madeira.	UND	2	R\$26,85	R\$22,10	R\$24,33	R\$24,43	R\$48,85
Prumo Com Corpo Em Aço Especial; Calço Guia De Madeira; Cordão De Náilon 2M.	UND	1	R\$30,55	R\$28,90	R\$30,06	R\$29,84	R\$29,84
Enxada Canavieira Com Cabo Madeira De 150Cm - Dimensões Do Produto: 1505X296X206Mm - Tamanho Do Cabo: 150Cm.	UND	1	R\$57,33	R\$48,00	R\$56,03	R\$53,79	R\$53,79
Espátula Rígida 10 Cm De Metal, Com Cabo De Madeira. Tamanho: 10 CM, Aplicação: Massa E Raspagem , Características Adicionais: Laminado	UND	4	R\$17,50	R\$22,56	R\$17,03	R\$19,03	R\$76,12
Cabo Telescópio Para Rolo De Pintura 3 Metros - Estrutura Em Alumínio.	UND	1	R\$37,85	R\$34,00	R\$29,00	R\$33,62	R\$33,62
Bolsa Ferramenta, Material:Lona, Cor:Verde, Tipo:Impermeável, Material Fundo:Couro, Material Armação:Alumínio, Material Costura:Linha Náilon, medidas minimas: Comprimento:450 Mm, Altura:300 Mm, Largura:170 Mm, Características Adicionais: 5 Cravos Niquelados E Divisão Interna	UND	1	R\$248,40	R\$198,90	R\$205,08	R\$217,46	R\$217,46
Valorporpostos-anual:R\$1.836,82 Valor porpostos-mensalR\$153,07							

Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração/Auxiliar Mecânico de Refrigeração							
Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Alicate Amperímetro Digital - Display Lcd/Contagem: 3.1/2 Dígitos/2000; Corrente Ac: 20/200//1000A; Tensão Dc: 200M/20/200/1000V; Tensão Ac: 200/750V; Resistência: 200/2K/20K/200K/2Mo; Teste De Continuidade/Diodo: Sim; PeakHold: Sim; Mudança De Faixa: Manual; Abertura De Garra: 51Mm; Diâmetro Do Condutor: 51Mm; Precisão Básica: 3%; Categoria: Catli 1000V; Alimentação: 1X9V; Dimensões: 248X70X38,5Mm.	UND	1	R\$343,82	R\$270,00	R\$337,12	R\$ 316,98	R\$ 316,98
Trena - Fita Em Aço Alto Carbono E Revestida Em Nylon, Corpo Em Aço Inox E Abs, Com Revestimento Em Borracha, Botão De Liberação Da Fita Em Polipropileno, Presilha Em Aço, Trava De Retrocesso Automática, Ponta Magnética, Graduação Da Fita Em Milímetros E Polegadas, Tamanho De 05 Metros	UND	1	R\$24,99	R\$19,99	R\$21,00	R\$ 21,99	R\$ 21,99
Alicate Universal Material: 8 polegada Aço Vanádio, Tipo: Profissional, Material Cabo: Plástico, Tipo Cabo: Isolado, Tipo Corte: Corte Temperado Por Indução, Comprimento: de 8" - 200 MM	UND	1	R\$46,02	R\$51,37	R\$56,00	R\$ 51,13	R\$ 51,13

Conjunto De Manifold P/ Gás R410 E Gás R22 C/ Mangueira. Conjunto Manifold Componentes: Conjunto De Válvulas E 2 Manômetros , Aplicação: Gases R22 - R134a - R404a - R407c

Jogo De Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Philips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000v Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL, Bitola Ponta Philips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6)

Chave Inglesa Ajustável 8" 200Mm Fabricado Em Aço Forjado - Encontrado Aço Cromo Vanadio

Chave Inglesa Ajustável 12" Fabricado Em Aço Forjado - Encontrado Aço Cromo Vanadio

UND	1	R\$450,34	R\$409,75	R\$370,68	R\$410,26	R\$410,26
UND	1	R\$126,14	R\$145,46	R\$145,54	R\$139,05	R\$139,05
UND	1	R\$38,99	R\$31,55	R\$36,53	R\$35,69	R\$35,69
UND	1	R\$43,17	R\$54,58	R\$48,99	R\$48,91	R\$48,91

Chave Biela Tipo L 1/2 Pol. - Produzida Em Aço Especial Niquelado E Cromado; Medidas Iguais Dos Dois Lados De 1/2"; Possuem Cabeça De Perfil Cônico E Dois Lados Sextavados De Mesma Medida; Utilizado Para Aperto E Desaperto De Porcas E Parafusos Sextavados.	UND	1	R\$ 25,00	R\$ 24,91	R\$ 25,29	R\$ 25,07	R\$ 25,07
Chave Biela Tipo L 7/16 Pol. - Fabricado Em Aço Cromo Vanádio; 02 Bocas Com Medidas Iguais: 7/16"; Acabamento Cromado E Temperado; Possuem Cabeça De Perfil Cônico E Dois Lados Sextavados De Mesma Medida. Encontrado 8MM	UND	1	R\$ 23,80	R\$ 20,98	R\$ 21,55	R\$ 22,11	R\$ 22,11
Alicate Universal Material: 8 polegada Aço Vanádio, Tipo: Profissional, Material Cabo: Plástico, Tipo Cabo: Isolado, Tipo Corte: Corte Temperado Por Indução, Comprimento: de 8" - 200 MM"	UND	1	R\$ 54,00	55,54	49,99	R\$ 53,18	R\$ 53,18
Alicate De Corte Diagonal; Material: aço. Tamanho: 6.1/2" Isolação: até 1.000V · Diâmetro máximo de corte Ø: 1,6 mm. Tipo: modelo sueco	UND	1	R\$ 30,00	R\$ 34,55	R\$ 39,76	R\$ 34,77	R\$ 34,77
Alicate De Bico Reto 6.1/2" - Isolação 600V	UND	1	R\$ 36,27	R\$ 40,00	R\$ 45,34	R\$ 40,54	R\$ 40,54
Jogo De Chave Fixa Com 12 Peças Fabricada Em Aço Especial Niquelado E Cromado; Medidas Diferentes Em Cada Boca; Utilizada Para Aperto E Desaperto De Porcas, Parafusos Quadrados Ou Sextavados; Dimensões Das Peças: 6x7,8x9,10x11,12x13,14x15,16x17,18x19,20x22,21x23, MM	UND	1	R\$ 333,22	R\$ 398,51	R\$ 391,49	R\$ 374,41	R\$ 374,41
Jogo De Chave Estrela De 6 A 32 Mm Com 12 Peças - Produzida Em Aço Especial, Niquelado E Cromado; Medidas Diferentes De Cada Lado; Com 12 Peças: 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22, 21X23	UND	1	R\$ 227,00	R\$ 273,52	R\$ 265,61	R\$ 255,38	R\$ 255,38
Bolsa Ferramenta, Material:Lona, Cor:Verde, Tipo:Impermeável, Material Fundo:Couro, Material Armação:Alumínio, Material Costura:Linha Náilon, medidas mínimas: Comprimento:450 Mm, Altura:300 Mm, Largura:170 Mm, Características Adicionais: 5 Cravos Niquelados E Divisão Interna	UND	1	R\$ 248,40	R\$ 198,90	R\$ 205,08	R\$ 217,46	R\$ 217,46
Valor por postos - anual:							2.046,91

Serrote De Poda Curvado (14")	UND	1	R\$56,74	R\$48,90	R\$48,90	R\$51,51	R\$51,51
Facão Com Bainha, Material Lâmina:Aço Carbono, Material Cabo:Polietileno, Comprimento:18 Pol, Tipo:Para Mato	UND	5	R\$36,00	R\$30,00	R\$38,00	R\$34,67	R\$173,33
Kit Para Jardim Kit De Ferramentas Para Jardinagem Composto Por 3 Peças. Material Em Aço Carbono E Cabo De Madeira. Dimensões (Compr. X Larg. X Alt.): 290X85X65 Mm.	UND	1	R\$39,90	R\$49,99	R\$39,99	R\$43,29	R\$43,29

Valorporpostos-anual:R\$417,66

Valorporpostos-mensalR\$34,81

Mecânicodemanutençãodeautomóveis,motocicletaseveículossimilares(01CONJUNTOPORPROFISSIONAL)

Especificação(nome,tipo,embalagemetc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço3	Média	Total
Jogo De Chave Combinada Em Aço Cromo Vanádio - 12 Peças Dimensões: 6 A 22 Mm.	UND	1	R\$ 89,83	R\$ 72,21	R\$ 89,90	R\$ 83,98	R\$ 83,98
Jogo De Chave Estrela De 6 A 32 Mm Com 12 Peças - Produzida Em Aço Especial, Niquelado E Cromado; Medidas Diferentes De Cada Lado; Com 12 Peças: 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22, 21X23	UND	1	R\$ 227,00	R\$ 273,52	R\$ 265,61	R\$ 255,38	R\$ 255,38
Jogo De Chave Allen De 1,5 A 10 Mm Com 11 Peças Fabricada Em Cromo Vanádio; Acabamento Oxidado; Indicado Para Parafuso Com Sextavado Interno; Corpo Em L O Que Proporciona O Efeito De Alavanca Para Minimizar O Esforço Físico, Durante O Aperto Ou Desaperto De Parafusos; Dimensões: 1,5Mm - 2Mm - 2,5Mm - 3Mm - 4Mm - 5Mm - 6Mm - 7Mm - 8Mm - 9Mm - 10Mm. - aumentar para 4 eletricista	UND	1	R\$60,00	R\$59,00	R\$47,50	R\$55,50	R\$55,50
Jogo De Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Philips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000v Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL,	UND	1	R\$126,14	R\$145,46	R\$145,54	R\$139,05	R\$139,05

Bitola Ponta Philips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6)

JogoDeTork,QuantidademinimadePeças:09UN,Aplicação: Consertos Em Geral , Componentes: T9 A T50 , Modelo: L	UND	1	R\$193,34	R\$195,89	R\$173,24	R\$187,49	R\$187,49
ChavePhilipsToco1/4"X1.1/2	UND	1	R\$10,51	R\$9,58	R\$9,90	R\$10,00	R\$10,00
ChaveDeFendaToco3/16"X1.1/2"	UND	1	R\$10,73	R\$8,90	R\$8,53	R\$9,39	R\$9,39
AlicateUniversalMaterial:8polegadaAçoVanádio,Tipo: Profissional, MaterialCabo:Plástico,TipoCabo:Isolado,TipoCorte:Corte Temperado Por Indução, Comprimento:de8"-200MM	UND	1	R\$54,00	R\$55,54	R\$49,99	R\$53,18	R\$53,18
AlicateDeBicoLongoMeiaCana8'	UND	1	R\$51,41	R\$63,97	R\$69,00	R\$61,46	R\$61,46
AlicateDeCorteDiagonalReforçado8	UND	1	R\$139,47	R\$127,65	R\$94,90	R\$120,67	R\$120,67
JogoDeSoqueteEstriadoDe8A32MmEncaixeDe1/2"Com24 peças	UND	1	R\$290,00	R\$298,00	R\$368,21	R\$318,74	R\$318,74
TestadorDeBateriaAutomotivoTbv120012V	UND	1	R\$365,17	R\$398,96	R\$342,43	R\$368,85	R\$368,85
CanetaDePolaridadeFlexTestAdvancedMecânicaAvançada	UND	1	R\$287,10	R\$320,39	R\$319,37	R\$308,95	R\$308,95
Multmetro DigitalTensão750	UND	1	R\$502,75	R\$569,38	R\$551,28	R\$541,14	R\$541,14
AlicatedePressão10polegadas(Mecanico)	UND	1	R\$66,99	R\$64,90	R\$62,90	R\$64,93	R\$64,93
ChaveDeGrifo24PolegadasConfeccionadaEmAltoCarbonoForjado	UND	1	R\$346,90	R\$410,71	R\$332,77	R\$363,46	R\$363,46

Valorporpos tos-anual: R\$2.942,16

127/159

Valor por postos-mensal	R\$245,18
-------------------------	-----------

Lavador de veículos (01 CONJUNTO POR PROFISSIONAL)							
Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Aspirador De Pó E Água Profissional Com Potência Mínima De 1200 W, 220 Volts, Capacidade Mínima De 20 Litros, Com Bocais, Prolongador e Filtro de Papel.	UND	1	R\$ 380,00	R\$ 349,00	R\$ 340,99	R\$ 356,66	R\$ 356,66
Esfregão De Limpeza Com Espuma Com Cabo De 150Cm	UND	4	R\$ 79,90	R\$ 72,90	R\$ 73,69	R\$ 75,50	R\$ 301,99
Pano de limpeza em Algodão cru 70X42	UND	24	R\$ 5,70	R\$ 6,50	R\$ 7,50	R\$ 6,57	R\$ 157,60
Vassouras Piaçava	UND	12	R\$ 18,99	R\$ 19,99	R\$ 17,29	R\$ 18,76	R\$ 225,08
Mangueira De Ar De Alta Pressão > 1000 Psi 50M	UND	1	R\$ 1.078,62	R\$ 1.065,90	R\$ 1.018,37	R\$ 1.054,30	R\$ 1.054,30
					Valor por postos-anual: R\$2.095,63		
					Valor por postos-mensal R\$174,64		

ANEXO N
LISTA DE EQUIPAMENTO COLETIVOS

TODOS OS POSTOS

Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
1	Furadeira de Impacto Reversível Profissional 750W de 1/2 Pol. 220V.	UND	5	R\$ 860,00	R\$ 783,02	R\$ 811,06	R\$ 818,03	R\$ 4.090,13
2	Serra Circular, 7.1/4", 1800 watts.	UND	1	R\$ 811,00	R\$ 1.082,00	R\$ 920,00	R\$ 937,67	R\$ 937,67
3	Serra Mármore a Seco 110mm 220 V 4.3/8".Minima entre 1200 a 1500W.	UND	3	R\$ 442,84	R\$ 487,39	R\$ 504,50	R\$ 478,24	R\$ 1.434,73
4	Martelo Rompedor SDS Max 220v 1100w.	UND	2	R\$ 2.397,58	R\$ 3.015,80	R\$ 2.490,07	R\$ 2.634,48	R\$ 5.268,97
5	Parafusadeira, Tipo:Profissional, Velocidade:Reversível, Rotação:Mínima: 600 Rpm, Máxima: 1900 Rpm, Voltagem:9,6 V, Características Adicionais:Mandrill Entre 1/2" Controle Detorque, Componentes:Com Maleta, Acessórios, Bateria, Carregador Bivolt, Tipo Alimentação:Bateria	UND	2	R\$ 940,52	R\$ 717,75	R\$ 990,00	R\$ 882,76	R\$ 1.765,51
6	Lixadeira Angular 7 Pol. 2.200 W - 220 V - Especificações Técnicas: Potência: 2.200W - Capacidade: Disco de goma: 180, 230mm (7, 9") - Disco de Lixa: 180mm (7") - Rotações por min.: 6.600 RPM - Dimensões: 473 x 105 x 140 mm - (C x L x A): 18- 5/8" x 4-1/8" x 5-1/2") - Cabo de energia: 2,5m	UND	3	R\$ 715,00	R\$ 810,00	R\$ 835,00	R\$ 786,67	R\$ 2.360,00

Acompanha:

- Chave de Pino - Punho - Disco de borracha 170 mm.

7	Escada extensiva vazada 32 degraus uteís. Cor: Laranja.	UND	2	R\$ 1.327,35	R\$ 1.300,00	R\$ 1.335,51	R\$ 1.320,95	R\$ 2.641,91
8	Escada articulada 4x4 em alumínio 16 degraus.	UND	8	R\$ 906,43	R\$ 996,20	R\$ 779,69	R\$ 894,11	R\$ 7.152,85

9	Jogo de Brocas em Aço Rápido com 13 Peças - Acompanha estojo metálico com marcações de medidas, para armazenamento das ferramentas; Dimensões: - 1.5mm - 2mm - 2.5mm - 3mm - 3.2mm - 3.5mm - 4mm - 4.5mm - 4.8mm - 5mm - 5.5mm - 6mm - 6.5mm.	UND	12	R\$ 166,38	R\$ 162,24	R\$ 202,34	R\$ 176,99	R\$ 2.123,84
10	Jogo de Brocas Widea com 08 Peças - Contém 8 peças. Dimensões: - 3mm - 4mm - 5mm - 6mm - 7mm - 8mm - 9mm - 10mm.	UND	24	R\$ 38,00	R\$ 45,47	R\$ 45,02	R\$ 42,83	R\$ 1.027,92
11	Jogo de Brocas Aço Rápido com 25 peças de 1,0 à 13,0 mm - Jogo composto por 25 peças, sendo: :: 1,0 - 1,5 - 2,0 - 2,5 - 3,0 - 3,5 - 4,0 - 4,5 - 5,0 - 5,5 - 6,0 - 6,5 - 7,0 - 7,5 - 8,0 - 8,5 - 9,0 - 9,5 - 10,0 - 10,5 - 11,0 - 11,5 - 12,0 - 12,5 - 13,0 mm.	UND	24	R\$ 385,19	R\$ 449,33	R\$ 382,80	R\$ 405,77	R\$ 9.738,56
12	Conjunto de Brocas com Encaixe SDS Plus para Concreto com 05 Unidades - Destinadas ao uso profissional na perfuração de concreto, granitos, mármore, basalto, tijolos e materiais de alvenaria em geral; Contém 5 peças, sendo: - 6 mm - 6 mm - 8 mm - 8 mm - 10 mm.	UND	6	R\$ 43,50	R\$ 36,60	R\$ 39,90	R\$ 40,00	R\$ 240,00
13	Talhadeira para Martelo SDS Max 25 x 400 mm - fabricado em aço resistente - Ideal para serviços de reforma, na troca de pisos, azulejos, forros e rasgos em paredes.	UND	4	R\$ 64,43	R\$ 59,77	R\$ 57,29	R\$ 60,50	R\$ 241,99
14	Ponteiro para Martelos SDS Max 18 x 400 mm - Fabricado em aço especial. Utilizado para remoção de concreto ou para rasgos em paredes.	UND	4	R\$ 38,95	R\$ 40,95	R\$ 39,00	R\$ 39,63	R\$ 158,53

15	Discos para serra mármore - Disco diamantado segmentado; Pode ser usado para corte a seco sem risco de superaquecimento; Rotação em sentido horário; Aplicações em cortes de concretos, rebocos, tijolos, refratários e basalto e asfalto; Corte seco ou refrigerado; Diâmetro do disco: 110 mm - 4.3/8" - Diâmetro do furo central: 20 mm - 3/4".	UND	36	R\$ 33,22	R\$ 34,90	R\$ 29,17	R\$ 32,43	R\$ 1.167,48
----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	----	-----------	-----------	-----------	-----------	--------------

16	Discos para serra mármore - Disco diamantado contínuo; Aplicação: Pisos, azulejos, porcelanatos, mármore; Corte a seco ou refrigerado; Diâmetro do disco: 110 x 20 mm - Máx. RPM: 15000.	UND	36	R\$ 23,65	R\$ 26,80	R\$ 19,88	R\$ 23,44	R\$ 843,96
17	Discos para serra mármore - Para máquinas portáteis (4.3/8"); 24 Dentes alternados (ATB) permitem executar cortes transversais e longitudinais com excelente acabamento; Utilizadas para cortar madeiras, chapas laminadas, aglomerados, compensados, MDF, etc. Ø Externo (pol.): 4.3/8" - Dentes Tipo: ABT - Espessura Lâmina (mm): 1.4 - Largura Corte (mm): 2.4 - RPM Máxima: 13,000 - Ø Furo (mm): 20.	UND	24	R\$ 18,84	R\$ 17,50	R\$ 17,77	R\$ 18,04	R\$ 432,88
18	Relógio ponto com software de tratamento do controle de jornada, que deverá estar homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego conforme Portaria 1510/2009 com Leitor biométrico de digital, teclado numérico para identificação por senha e com capacidade de armazenamento de até 15.000 colaboradores na memória de trabalho (MT). O equipamento deverá possuir entrada USB para extração dos dados.	UND	2	R\$ 1.799,00	R\$ 1.990,00	R\$ 1.891,74	R\$ 1.893,58	R\$ 3.787,16
19	Bobina De Papel Características Mínimas: Bobina Térmica De Papel, Com 300 Metros De Comprimento E 57 Mm De Largura Ou Superior Sendo Compatível Com O Item Solicitado No Tr.	UND	78	R\$ 38,50	R\$ 31,22	R\$ 35,00	R\$ 34,91	R\$ 2.722,72

22	divisórias internas e sem sanitários. Cone 75cm laranja e branco PVC	UND	5	R\$ 62,40	R\$ 70,38	R\$ 73,60	R\$ 68,79	R\$ 343,97
23	Placa Amarela Cavalete Homens Trabalhando; Injetada em Plástico - PP; Medidas mínimas: placa aberta Alt.: 57cm X Larg.: 30cm X Profund.: 44cm; placa fechada Alt.: 61cm X Larg.: 30cm X Profund.: 2,2cm	UND	5	R\$ 49,70	R\$ 48,00	R\$ 46,99	R\$ 48,23	R\$ 241,15
24	Fita Demarcação De Área Zebrada 70mmx200m	UND	10	R\$ 75,65	R\$ 75,00	R\$ 69,60	R\$ 73,42	R\$ 734,17
Valor por postos - anual:								R\$ 50.505,51
Valor por postos - mensal:								4.208,79

Eletricidade instalações								
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
1	Bastão de manobra seccionável com 5 elementos, material: fibra de vidro / resina epóxi	UND	1	R\$ 1.674,47		R\$ 1.845,78	R\$ 1.760,13	R\$ 1.760,13
Valor por postos - anual:								R\$ 1.760,13
Valor por postos - mensal:								R\$ 146,68

Trabalhador da manutenção de edificações								
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
1	Esquadro Profissional 12" - Base de metal com resistência extra; Acabamento em verniz para resistir à corrosão; Comprimento: 12" (305 mm).	UND	3	R\$ 94,32	R\$ 95,34	R\$ 95,00	R\$ 94,89	R\$ 284,66
2	Alavanca Sextavada 1" - Dimensões: Bitola (Pol): 1" Comprimento: 1,5 metros.	UND	3	R\$ 210,00	R\$ 173,46	R\$ 188,10	R\$ 190,52	R\$ 571,56
3	Cavadeira articulada com cabo de madeira 1,50m	UND	3	R\$ 97,00	R\$ 113,29	R\$ 99,00	R\$ 103,10	R\$ 309,29
4	Arco de Serra Regulável 12" - Características: Lâmina de 12"; Acabamento cromado; Cabo ergonômico injetado em polipropileno. - Permite o uso de lâminas de 10" e 12"; Tamanho: 12" Dimensões: Comprimento: 437 mm - Largura: 24 mm - Altura: 128 mm	UND	3	R\$ 22,50	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,83	R\$ 62,50
5	Serrote profissional - 22"- Lâminas em aço alto carbono temperado e lixado - Cabo de madeira ergonômico e envernizado - Dentes travados - 7dentes por polegada - Superfície polida - Proteção plástica para os dentes - Tamanho: 22" (polegadas).	UND	3	R\$ 93,56	R\$ 90,80	R\$ 86,19	R\$ 90,18	R\$ 270,55

6	Nível Profissional de Alumínio de 300 mm - Fabricado em alumínio; Nível com 03 bolhas: 0º, 45º, 90º; Comprimento: 300 mm.	UND	3	R\$ 34,90	R\$ 34,96	R\$ 38,67	R\$ 36,18	R\$ 108,53
7	Régua p/ pedreiro alumínio 3 metros - Régua em alumínio. Comprimento: 300,00 cm; Seção: Altura: 3,00 cm; Largura: 5,00 cm.	UND	3	R\$ 70,62	R\$ 79,00	R\$ 71,00	R\$ 73,54	R\$ 220,62
8	Mangueira nível 5/16"x1 mm, cristal, 50 metros.	UND	3	R\$ 158,67	R\$ 147,67	R\$ 154,27	R\$ 153,54	R\$ 460,61
9	Cortador de Pisos e Azulejos 750 mm - Capacidade máxima de corte: 750 mm Espessura máxima de corte: 12mm.	UND	3	R\$ 493,11	R\$ 630,68	R\$ 627,15	R\$ 583,65	R\$ 1.750,94

Valor por postos - anual: R\$ 4.039,26
Valor por postos - mensal: R\$ 336,61

ENCANADOR

Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
1	Jogo de tarraxa manual 1/2" a 2" - Tarraxas reforçadas com base em ferro fundido com cossinete s em aço temperado; Porta tarraxas em ferro fundido com siste ma de catraca com botão de reversão e guia de posicionament o do cano; Cabo bipartido, com encaixes roscados, em estrutur a metálica tubular com empunhadura emborrachada.	UND	1,00	R\$ 4.247,16	R\$ 5.063,95	R\$ 3.968,43	R\$ 4.426,51	R\$ 4.426,51
2	Alicate Bomba D'agua 10".	UND	3,00	R\$ 98,00	R\$ 99,00	R\$ 81,41	R\$ 92,80	R\$ 278,41

3	Jogo de Serra Copo Bi Metal com 9 Peças de 3/4 pol. a 2.1/4 pol. - Especificações: Jogo de serra copo bi-metal com serra dentada; Profundidade de corte: 38mm; Utilizado para cortar madeira, aço e metais em geral. O Kit possui: - 6 Serras copo com diâmetros: 3/4" (19mm); 7/8" (22mm); 1.1/8" (29mm); 1.1/2" (38mm); 1.3/4" (44mm); 2.1/4" (57mm) - 1 Adaptador mandril - 1 Mandril 1/4" (9/16~1.3/16) - 1 Hexagonal 7/16" (1.1/4"~6") Acompanha maleta.	UND	1,00	R\$ 398,03	R\$ 380,45	R\$ 313,64	R\$ 364,04	R\$ 364,04
4	Talhadeira Manual Redondo 10 Pol. - Especificações: Corpo em aço forjado; Ponta temperada; Tamanho da ferramenta (Pol.): 10"; Haste (Pol.): 3/4".	UND	3,00	R\$ 25,54	R\$ 21,23	R\$ 21,85	R\$ 22,87	R\$ 68,62
5	Arco de Serra Regulável 12" - Características: Lâmina de 12"; Acabamento cromado; Cabo ergonômico injetado em polipropileno. - Permite o uso de lâminas de 10" e 12"; Tamanho: 12" Dimensões: Comprimento: 437 mm - Largura: 24 mm - Altura: 128 mm	UND	3,00	R\$ 22,50	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,83	R\$ 62,50

Valor por postos - anual:	R\$ 5.200,08
Valor por postos - mensal:	R\$ 433,34

Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração

Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
1	Kit Flangeador Excêntrico com Cortador de Tubos de Cobre e Escoriador com Mesa - O kit possui cortador de tubo + escoriador, com maleta. Medidas: 3/4, 5/8, 1/2, 3/8, 5/16, 1/4, E 3/16.	UND	2	R\$ 493,70	R\$ 538,58	R\$ 488,21	R\$ 506,83	R\$ 1.013,66

137/159

2	Curvador manual para Tubos de cobre e alumínio 180º de 1/2 Pol. - Tamanho: 1/2;	UND	2	R\$ 190,69	R\$ 221,60	R\$ 222,74	R\$ 211,68	R\$ 423,35
3	Curvador Manual para Tubos de 1/4 - 3/8 Pol. - Especificações: Curvador múltiplo até 180º de precisão; In corpora escala de curvas; Tamanho: 1/4" - 5/16" - 3/8".	UND	2	R\$ 76,29	R\$ 94,43	R\$ 86,25	R\$ 85,66	R\$ 171,31
4	Serra Copo Diamantadas P/ Vidro, Cerâmica, Etc. - 35Mm	UND	4	R\$ 89,90	R\$ 85,09	R\$ 85,72	R\$ 86,90	R\$ 347,61
5	Serra Copo Diamantadas P/ Vidro, Cerâmica, Etc. - 45Mm	UND	4	R\$ 160,37	R\$ 190,93	R\$ 191,24	R\$ 180,85	R\$ 723,39
6	Serra Copo Diamantadas P/ Vidro, Cerâmica, Etc. - 60Mm	UND	4	R\$ 178,35	R\$ 204,75	R\$ 186,00	R\$ 189,70	R\$ 758,80
7	Serra Copo Diamantadas P/ Vidro, Cerâmica, Etc. - 70Mm	UND	4	R\$ 203,32	R\$ 234,64	R\$ 247,97	R\$ 228,64	R\$ 914,57
8	Serra Copo Diamantadas P/ Vidro, Cerâmica, Etc. - 100Mm	UND	4	R\$ 485,65	R\$ 435,51	R\$ 453,71	R\$ 458,29	R\$ 1.833,16
9	Conjunto Caneta de Solda Maçarico 201 Oxigênio GLP com 3 Bicos e Válvulas Corta Chama Fogo, composto por: 1 maçarico de solda modelo 201, 3 extensões (201 GLP N° 2, 201 GLP N° 4, 201 GLP N° 6), e 1 par de válvulas corta chama (1 para GLP e 1 para oxigênio)	UND	10	R\$ 3.245,34	R\$ 4.029,07	R\$ 3.399,88	R\$ 3.558,10	R\$ 35.580,97

Valor por postos - anual: R\$ 41.766,83

Valor por postos - mensal: R\$ 3.480,57

Jardineiro e Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (CONSERVAÇÃO)

Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade	Qtd.	Preço1	Preço2	Preço3	Média	Total
-------	--------------------------------------------	---------	------	--------	--------	--------	-------	-------

138/159

1	Motosserra Industrial, Potência:4,20 Kw, Capacidade Tanque Combustível:0,90 L, Cilindrada Motor: 80,70 Cm3, Características Adicionais:Sabre De 30 A 45 Cm, Passo Da Corrente De 3/8 Pol	UND	2	R\$ 4.250,00	R\$ 3.595,25	R\$ 3.587,00	R\$ 3.810,75	R\$ 7.621,50
2	Corda Multifilamento Trançada 12Mm X 50 Metros, Material: Polipropileno	UND	4	R\$ 296,92	R\$ 277,77	R\$ 308,07	R\$ 294,25	R\$ 1.177,01
3	Roçadeira Manual Tipo Motor: Gasolina , Potência Motor: Entre 2 A 2,2 Hp, Tipo Cortador: Fio Náilon E/Ou Lâmina Aço , Rotação: 12.300 Rpm, Peso Aproxima Do: 7,30 Kg, Tipo Empunhadreira: Guidões Ajustáveis , Características Adicionais: Motor 2 Tempos, 40,2 Cilindradas,Tubo Em Alumínio.	UND	14	R\$ 755,00	R\$ 861,93	R\$ 938,87	R\$ 851,93	R\$ 11.927,07
4	Soprador, Tipo:Portátil, Acionamento:Gasolina, Potência:2.5 Hp, Volume Ar:29 M3/Min, Rotação: 2800-12500 Aplicação:Remoção De Folhas De Árvores, Características Adicionais:Antivibração, Motor 2 Tempos, Velocidade:7.200 Rpm	UND	3	R\$ 1.550,00	R\$ 1.640,00	R\$ 1.757,39	R\$ 1.649,13	R\$ 4.947,39
5	Motopoda Com Prologamento De Corte Mínimo De 3,9 Metros Com Sabre De 30Cm E Corrente, Cilindrada Mínima: 2,00Cc, Potência Mimima: 1,34Hp, Acionamento: Gasolina com extensão	UND	1	R\$ 3.821,11	R\$ 4.410,53	R\$ 3.197,00	R\$ 3.809,55	R\$ 3.809,55
6	Carriola Baleia Caçamba Em Polietileno, Chassi De Madeira, Pneumática Cap. Mínima De 200 Litros	UND	3	R\$ 800,00	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 733,33	R\$ 2.200,00
7	Carrinho Para Gari Pneumático Produzido Em Aço. Capacidade Mínima De 88 Kg	UND	5	R\$ 1.031,90	R\$ 1.265,28	R\$ 1.231,35	R\$ 1.176,18	R\$ 5.880,88

8	Carrinho De Ferro P/ Transporte De Carga Capacidade Mínima De 200 Kg	UND	1	R\$ 410,67	R\$ 415,56	R\$ 460,78	R\$ 429,00	R\$ 429,00
9	Carrinho De Lixo Com Tampa E Rodas De Borracha Maciça Cap. Min. 240 Litros (Mod. Container)	UND	5	R\$ 461,00	R\$ 459,90	R\$ 399,00	R\$ 439,97	R\$ 2.199,83
10	Carrinho De Carga Armazém 300Kg Pneu Com Câmara; Aro 8"	UND	2	R\$ 914,87	R\$ 811,00	R\$ 926,58	R\$ 884,15	R\$ 1.768,30
11	Tela De Nylon Verde Mosqueteiro De 1,5 Metros De Largura - Rolo De 50 Metros, Fio De Polietileno 0,24 Mm, Para Proteção Em Vias Públicas	UND	4	R\$ 295,99	R\$ 294,84	R\$ 337,10	R\$ 309,31	R\$ 1.237,24
12	Pulverizador Costal Manual Eletrico Com Bateria Bivolt Recarregável Com Autonomia Mínima De 5 Horas Nas Dimensões Mínimas Aproximadas 40X20X50Cm (Lxcxa) Peso Máximo De 10Kg, Capacidade De Carga 20 Litros. Garantia Mínima De 06 Meses.	UND	2	R\$ 574,20	R\$ 499,00	R\$ 513,32	R\$ 528,84	R\$ 1.057,68

13	Roçadeira Lateral Multifuncional Gasolina 2 Tempos, Com Podador De Galhos E Cerca Viva. Potencia Minima De 1,3 Hp, Cilindrada Minima De 30Cc. Incluso Roçadeira, Podador De Galhos E Podador De Cerca Viva.(01 Transmissão Do Poddor De Galhos C Tubo, 01 Transmissão Do Podador De Cerca Viva C/ Tubo, 01 Transmissão Da Roçadeira C/ Tufbo E 01 Motor Com Tubo Da Conexão). Multiuso	UND	1	R\$ 1.366,82	R\$ 1.766,16	R\$ 1.703,41	R\$ 1.612,13	R\$ 1.612,13
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Valor por postos - anual: R\$ 45.867,59

Valor por postos - mensal: R\$ 3.822,30

Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares

Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Unidade Física	Qtd.	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
1	Furadeira e Parafusadora (Mecanico) 12 ou 20v bivolt a bateria	UND	1	R\$ 680,68	R\$ 623,16	R\$ 638,62	R\$ 647,49	R\$ 647,49
2	Esmerilhadeira elétrica 4.1/2Pol 710W 220V (Mecanico)	UND	1	R\$ 510,70	R\$ 500,59	R\$ 522,46	R\$ 511,25	R\$ 511,25

Valor por postos - anual: R\$ 511,25

Valor por postos - mensal: R\$ 42,60

ANEXO O
LISTA DE UNIFORMES

Trabalhador da manutenção de edificações, Eletricista de instalações, Encanador, Auxiliar de Bobinagem à mão e Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração						
Descrição	Quantidade	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Calça comprida em brim, com bolsos frontais e com elástico na cintura. Cor: Azul Marinho	3	R\$ 75,00	R\$ 62,00	R\$ 63,90	R\$ 66,97	R\$ 200,91
Camiseta 100% algodão, manga curta. Cor: Branca.	3	R\$ 46,60	R\$ 46,00	R\$ 45,00	R\$ 45,87	R\$ 137,61
Colete com 04 bolsos frontais (fechamento com velcro). Cor: Azul Marinho.	3	R\$ 126,10	R\$ 139,00	R\$ 110,00	R\$ 125,03	R\$ 375,09
Par de meia predominantemente em algodão, cano longo, cor preta	3	R\$ 21,00	R\$ 23,90	R\$ 19,90	R\$ 21,60	R\$ 64,80
Valor por postos - anual:						R\$ 778,40
Valor por postos - mensal						R\$ 64,87

Ajudante de eletricista, Auxiliar mecânico de refrigeração, Auxiliar de manutenção predial e Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares, Lavador de veículos						
Descrição	Quantidade	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Calça comprida em brim, com bolsos frontais e com elástico na cintura. Cor: Azul Marinho	3	R\$ 75,00	R\$ 62,00	R\$ 63,90	R\$ 66,97	R\$ 200,91

Camiseta 100% algodão, manga curta. Cor: Azul Marinho.	3	R\$ 46,60	R\$ 46,00	R\$ 45,00	R\$ 45,87	R\$ 137,61
Par de meia predominantemente em algodão, cano longo, cor preta	3	R\$ 21,00	R\$ 23,90	R\$ 19,90	R\$ 21,60	R\$ 64,80
Valor por postos-anual: R\$ 403,32						
Valor por postos-mensal						R\$ 33,61

Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, Jardineiro e Operador de Retroescavadeira						
Descrição	Quantidade	Preço 1		Preço 3	Média	Total
Calça comprida em brim, com bolsos frontais e com elástico na cintura. Cor: Verde Escuro	3	R\$ 75,00	R\$ 62,00	R\$ 63,90	R\$ 66,97	R\$ 200,91
Camiseta manga longa para Jardinagem. Confeccionada em malha fria (68% poliéster 32% viscose). Modelo gola redonda. Cor: Verde Escuro	3	R\$ 43,90	R\$ 39,90	R\$ 44,00	R\$ 45,87	R\$ 137,60
Par de meia predominantemente em algodão, cano longo, cor preta	3	R\$ 21,00	R\$ 23,90	R\$ 19,90	R\$ 21,60	R\$ 64,80
Valor por postos - anual:						R\$ 403,31
Valor por postos - mensal						R\$ 33,61

Oficial de manutenção predial e Oficial Conservação

Descrição	Quantidade	Preço1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Calça comprida em brim, com bolsos frontais e com elástico na cintura. Cor: Verde Escuro	3	R\$ 75,00	R\$ 62,00	R\$ 63,90	R\$ 66,97	R\$ 200,91
Camiseta 100% algodão, manga curta. Impressão nas costas: OFICIAL DE SERVIÇO. Cor: Azul Marinho	3	R\$ 49,00	R\$ 39,00	R\$ 50,00	R\$ 45,87	R\$ 137,61
Par de meia predominantemente em algodão, cano longo, cor preta	3	R\$ 21,00	R\$ 23,90	R\$ 19,90	R\$ 21,60	R\$ 64,80
Valor por postos - anual:						R\$ 403,32
Valor por postos - mensal						R\$ 33,61

ANEXO P -
MATERIAL DE CONSUMO AUTOMOTIVO

MATERIAIS DCONSUMOAUTOMOTIVO							
Descrição	Unid.	Qtde. Estimada Anual	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Oleo 15W40 Veículos Pesados	Litros	80	R\$ 46,00	R\$ 41,90	R\$ 42,98	R\$ 43,63	R\$ 3.490,13
Oleo 10W40 Veículos Leves	Litros	60	R\$ 49,83	R\$ 47,90	R\$ 44,99	R\$ 47,57	R\$ 2.854,40
OleoAtf Direção	Litros	40	R\$ 56,22	R\$ 69,55	R\$ 65,00	R\$ 63,59	R\$ 2.543,60
Oleo Sae85W140(Diferencial)Frasco De 1 Litro	Litros	60	R\$ 59,99	R\$ 49,00	R\$ 49,99	R\$ 52,99	R\$ 3.179,60
Oleo 5W30 Caminhonetes Frasco De 1 Litro	Litros	60	R\$ 44,	R\$ 49,90	R\$ 37,90	R\$ 43,93	R\$ 2.636,00

			00				
Oleo 90 Para Sistema Transmissão Trator	Litros	40	R\$ 40,84	R\$ 36,27	R\$ 32,55	R\$ 36,55	R\$ 1.462,13
Frasco De 1 Litro							
Fluido De Freio Dot4 Frasco De 500MI	Frasco 500ml	60	R\$ 38,25	R\$ 33,60	R\$ 32,30	R\$ 34,72	R\$ 2.083,00
Aditivo Para Radiador	Litros	200	R\$ 37,67	R\$ 46,37	R\$ 43,00	R\$ 42,35	R\$ 8.469,33
Querosene Automotivo 1 Litro	Litros	10	R\$ 25,00	R\$ 24,57	R\$ 28,77	R\$ 26,11	R\$ 261,13
ArlaComGalão 20 Litros	Galão	12	R\$ 114,08	R\$ 95,00	R\$ 89,66	R\$ 99,58	R\$ 1.194,96
Estopa(Limpeza) Pct 1 Kg	Kg	40	R\$ 12,90	R\$ 13,20	R\$ 13,00	R\$ 13,03	R\$ 521,33
Fusível Tipo Lâmina Mini 10Ah	Und	100	R\$ 0,49	R\$ 0,40	R\$ 0,50	R\$ 0,46	R\$ 46,33
Fusível Tipo Lâmina Mini 15Ah	Und	100	R\$ 1,20	R\$ 1,12	R\$ 1,58	R\$ 1,30	R\$ 130,00
Fusível Tipo Lâmina Mini 20Ah unitário	Und	100	R\$ 1,00	R\$ 2,00	R\$ 1,09	R\$ 1,36	R\$ 136,33
Fusível Tipo Lâmina Mini 25Ah unitário	Und	100	R\$ 1,50	R\$ 0,90	R\$ 1,00	R\$ 1,13	R\$ 113,33
Fusível Tipo Lâmina Mini 30Ah unitário	Und	100	R\$ 1,01	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 100,33
Fusível Tipo Lâmina Médio 10Ah unitário	Und	100	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,90	R\$ 0,97	R\$ 96,67
Fusível Tipo Lâmina Médio 15Ah unitário	Und	100	R\$ 0,75	R\$ 0,79	R\$ 0,93	R\$ 0,82	R\$ 82,33
Fusível Tipo Lâmina Médio 20Ah unitário	Und	100	R\$ 0,60	R\$ 0,64	R\$ 0,60	R\$ 0,61	R\$ 61,33
Fusível Tipo Lâmina Médio 25Ah unitário	Und	100	R\$ 1,00	R\$ 0,90	R\$ 0,98	R\$ 0,96	R\$ 96,00
Fusível Tipo Lâmina Médio 30Ah unitário	Und	100	R\$ 1,50	R\$ 1,50	R\$ 1,20	R\$ 1,40	R\$ 140,00

Fusível Max 10Ah Grande unitário	Und	100	R\$ 2,0 0	R\$ 2,20	R\$ 1,75	R\$ 1,98	R\$ 198,33
Fusível Max 15Ah Grande unitário	Und	100	R\$ 2,2 0	R\$ 1,90	R\$ 2,00	R\$ 2,03	R\$ 203,33
Fusível Max 20Ah Grande unitário	Und	100	R\$ 3,2 9	R\$ 2,90	R\$ 2,76	R\$ 2,98	R\$ 298,33
Fusível Max 30Ah Grande unitário	Und	100	R\$ 4,0 0	R\$ 3,90	R\$ 4,65	R\$ 4,18	R\$ 418,33
Fusível Max 40Ah Grande unitário	Und	100	R\$ 4,0 0	R\$ 3,53	R\$ 3,26	R\$ 3,60	R\$ 359,67
Fusível Max 50Ah Grande unitário	Und	100	R\$ 4,0 0	R\$ 4,00	R\$ 3,29	R\$ 3,76	R\$ 376,33
Fusível De Louça 30 Ah Amarelo Caixa Com 10 unidades	Caixa	100	R\$ 15,00	R\$ 14,30	R\$ 15,50	R\$ 14,93	R\$ 1.493,33
Fusível De Vidro 20Ah Grande Kit Com 10 unidades	Caixa	100	R\$ 4,90	R\$ 5,00	R\$ 4,90	R\$ 4,93	R\$ 493,33
Relê De Pisca Setas 3 Pinos 12V	Und	10	R\$ 19,00	R\$ 19,45	R\$ 18,59	R\$ 19,01	R\$ 190,13
Relê De Pisca Setas 3 Pinos 24V	Und	10	R\$ 32,50	R\$ 42,00	R\$ 32,14	R\$ 35,55	R\$ 355,47
Relê De Pisca Setas 4 Pinos 12V	Und	10	R\$ 36,00	R\$ 38,50	R\$ 31,18	R\$ 35,23	R\$ 352,27
Relê De Pisca Setas 4 Pinos 24	Und	10	R\$ 38,72	R\$ 29,40	R\$ 38,28	R\$ 35,47	R\$ 354,67
Relê Auxiliar Universal 12V E 40A - Dni 4 pinos	Und	10	R\$ 17,30	R\$ 19,99	R\$ 18,81	R\$ 18,70	R\$ 187,00
Relê Auxiliar Universal 24V E 40A - Dni 4 pinos	Und	10	R\$ 22,90	R\$ 22,73	R\$ 17,10	R\$ 20,91	R\$ 209,10
Terminal De Bateria Terminal Para Bateria Sapão 16 A 120Mm	Und	20	R\$ 16,00	R\$ 16,38	R\$ 17,49	R\$ 16,62	R\$ 332,47
Fio 1,5 Milímetros Rolo Com 100Mts	Rolo	1	R\$ 145,70	R\$ 157,74	R\$ 142,99	R\$ 148,81	R\$ 148,81

Fio 2,5 Milímetros Rolo Com 100Mts	Rolo	1	R\$ 23 2,28	R\$ 197,38	R\$ 238,9 3	R\$ 222,86	R\$ 222,86
Lâmpada H-1 24V	Und	30	R\$ 30, 60	R\$ 25,90	R\$ 24,00	R\$ 26,83	R\$ 805,00
Lâmpada H-1 12V	Und	30	R\$ 24, 00	R\$ 29,27	R\$ 24,30	R\$ 25,86	R\$ 775,60
Lâmpada H-3 12V	Und	30	R\$ 19, 28	R\$ 17,40	R\$ 18,21	R\$ 18,30	R\$ 548,90
Lâmpada H-3 24V	Und	30	R\$ 20, 12	R\$ 20,37	R\$ 19,99	R\$ 20,16	R\$ 604,80
Lâmpada H-4 12V	Und	30	R\$ 17, 41	R\$ 19,75	R\$ 15,98	R\$ 17,71	R\$ 531,40
Lâmpada H-4 24V	Und	30	R\$ 25, 00	R\$ 24,89	R\$ 25,22	R\$ 25,04	R\$ 751,10
Lâmpada H-7 12V	Und	30	R\$ 21, 82	R\$ 21,00	R\$ 24,12	R\$ 22,31	R\$ 669,40
Lâmpada H-7 24V	Und	30	R\$ 29, 90	R\$ 32,01	R\$ 35,99	R\$ 32,63	R\$ 979,00
Lâmpada 67 12V Com 10 unidades para sinalização	Caixa	30	R\$ 26, 83	R\$36,42	R\$34,80	R\$ 32,68	R\$ 980,50
Lâmpada 67 24V Kit Com 10 Unidades para sinalização	Caixa	30	R\$ 40, 69	R\$ 32,40	R\$ 32,36	R\$ 35,15	R\$ 1.054,50
Lâmpada 69 12V Kit Com 10 Unidades	Caixa	30	R\$ 32, 20	R\$ 29,06	R\$ 37,63	R\$ 32,96	R\$ 988,90
Lâmpada 69 24V Kit Com 10 Unidades	Caixa	30	R\$ 45, 00	R\$ 42,84	R\$ 40,00	R\$ 42,61	R\$ 1.278,40
Lâmpada 1034 12V Kit Com 10 Unidades	Caixa	30	R\$ 23, 96	R\$ 24,05	R\$ 22,90	R\$ 23,64	R\$ 709,10
Lâmpada 1034 24V Kit Com 10 Unidades	Caixa	30	R\$ 53, 66	R\$ 42,87	R\$ 49,30	R\$ 48,61	R\$ 1.458,30
Lâmpada 1141 12V Caixa Com 10 unidades	Caixa	30	R\$ 21, 10	R\$ 19,87	R\$ 21,90	R\$ 20,96	R\$ 628,70

Lâmpada 1141 24V Caixa Com 10 unidades	Caixa	30	R\$ 27,30	R\$ 29,30	R\$ 34,60	R\$ 30,40	R\$ 912,00
Lâmpada 1176 12V Caixa Com 10 unidades	Caixa	30	R\$ 33,50	R\$ 30,00	R\$ 39,90	R\$ 34,47	R\$ 1.034,00
Lâmpada 1176 24V Kit Com 10 Unidades	Caixa	30	R\$ 44,50	R\$ 39,90	R\$ 37,32	R\$ 40,57	R\$ 1.217,20
Lâmpada Pingão 12V Com 10 unidades	Caixa	30	R\$ 39,90	R\$ 44,27	R\$ 50,00	R\$ 44,72	R\$ 1.341,70
Lâmpada Pingão 24V Com 10 Unidades	Caixa	30	R\$ 47,27	R\$ 45,70	R\$ 44,74	R\$ 45,90	R\$ 1.377,10
Abraçadeiras De Naylor (Rabo De Jacaré) Média 2,5 X 200Mm pct com 100 Peças	Pacote	100	R\$ 11,25	R\$ 10,45	R\$ 10,18	R\$ 10,63	R\$ 1.062,67
Abraçadeiras De Naylor (Rabo De Jacaré) Grande MedinasMinimas: 4,80X280Mm 100 Peças -	Pacote	100	R\$ 20,95	R\$ 23,22	R\$ 19,00	R\$ 21,06	R\$ 2.105,67
Fita Isolante Preta De 19Mm X 20 Metros	Rolo	10	R\$ 9,64	R\$ 9,89	R\$ 11,00	R\$ 10,18	R\$ 101,77
Abraçadeiras Metálicas Pequenas 1/2 A 3/4	Und	10	R\$ 2,00	R\$ 2,44	R\$ 2,00	R\$ 2,15	R\$ 21,47
Abraçadeiras Metálicas Médias 14Mm	Und	10	R\$ 4,38	R\$ 4,89	R\$ 4,30	R\$ 4,52	R\$ 45,23
Abraçadeiras Metálicas Grandes 19Mm	Und	10	R\$ 13,83	R\$ 15,90	R\$ 13,94	R\$ 14,56	R\$ 145,57
Limpa Contato 300MI	Frasco	2	R\$ 21,09	R\$ 24,48	R\$ 19,22	R\$ 21,60	R\$ 43,19
Descarbonizante Spray	Frasco	5	R\$ 27,55	R\$ 22,89	R\$ 26,50	R\$ 25,65	R\$ 128,23
Spray Desengripante Frasco de 300ML	Frasco	20	R\$ 22,95	R\$33,99	R\$ 30,91	R\$ 29,28	R\$ 585,67

Valor anual: 58.789,53

Valor por postos - mensal R\$ 4.899,13

Operador de Lava Jato							
Descrição	Unid.	Qtde. Estimada Anual	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Shampoo automotivo Galão De 5 Litros	Galão	50	35,00	30,00	35,00	33,33	1.666,67
Desengraxante Frasco De Um 1 Litro	Litros	50	37,90	41,40	39,00	39,43	1.971,67
Desincrustante ácido Galão Com 05 Litros	Galão	50	47,01	59,90	59,99	55,63	2.781,67
Pretinho Roda Galão Com 5 Litros	Galão	24	50,12	48,69	44,64	47,82	1.147,60
Valor anual:							

ANEXO Q
MATERIAL DE CONSUMO CONSERVAÇÃO

MATERIAIS DE CONSERVAÇÃO							
Descrição	Unid.	Qtde. Estimada Anual	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Total
Rolo (Bobina) De Fio De Nylon Minimo 3,0Mm Redondo Para Roçadeira A Gasolina - 2Kg	Unidade	13	R\$ 226,59	R\$ 248,72	R\$ 199,00	R\$ 224,77	R\$ 2.922,01
Carretel De Nylon Para Roçadeira A Gasolina	Unidade	08	R\$ 120,06	R\$ 73,00	R\$ 112,99	R\$ 102,02	R\$ 816,13
Lima Redonda De 4Mm Para Afiação De Corrente De Motosserras, 3/8 Polegadas	Unidade	10,00	R\$ 12,52	R\$ 9,99	R\$ 12,24	R\$ 11,58	R\$ 115,83
Lima Redonda Para Motosserra 150 X 3.2Mm (1,8").	Unidade	10,00	R\$ 12,56	R\$ 14,57	R\$ 14,00	R\$ 13,71	R\$ 137,10
Lubrificante Para Motores 2 Tempos - Garrafa De 500 ML.	Garrafa de 500ml	120,00	R\$ 35,47	R\$ 39,07	R\$ 39,00	R\$ 37,85	R\$ 4.541,60
Gasolina Comum - Ref. Anp Mar/2022 (Méd, Mín E Máximo)	Litro	2520,00	R\$6,36	R\$6,50	R\$7,36	R\$6,74	R\$16.984,80
Corrente 32 Dentes 3/8 X 1,5 Mm Motopoda	Unidade	05	R\$ 98,00	R\$ 117,00	R\$ 93,70	R\$ 102,90	R\$ 514,50
Saco Plastico Preto Biodegradável Para Mudas 20X30 Unid	1 kg	24	R\$ 31,92	R\$ 40,00	R\$ 45,00	R\$ 38,97	R\$ 935,36
Lâmina Faca 2 Pontas Para Roçadeira Em Aço, Com Tamanho Minimo De 30 Cm, Furo De 20Mm, Espessura 2,0Mm - VERIFICAR O TAMANHO - Aço Especial Temperado , Formato Ponta: Reta , Comprimento: 46 CM, Aplicação: Roçadeira Agrícola Mec-Rul , Características Adicionais: Referência 0408 Ab , Largura: 8,80 CM, Espessura: 2 C	Unidade	05	R\$27,00	R\$34,97	R\$29,77	R\$30,58	R\$152,90
Corrente Para Motosserra 34 Dentes 3/8X1,5Mm.	Unidade	10	R\$163,17	R\$188,61	R\$161,77	R\$171,18	R\$1.711,83

150/159

GramaEsmeraldaEmFormaDeTapete40X0,75M.	m²	1500	R\$18,05	R\$20,50	R\$16,00	R\$18,18	R\$40.003,33
Terra Preta - Composto Especial E Fertil, Rico Em Materia Orgânica E Macronutrientes.	Metro Cúbico	70	R\$ 357,00	R\$ 385,00	R\$ 230,00	R\$ 324,00	R\$ 29.160,00
Sibipiruna (CaesalpinaLeiotachyaBenth)	Unidade	15	R\$ 35,00	R\$ 39,90	R\$ 38,90	R\$ 37,93	R\$ 569,00
Pata De Vaca (BauhiniaBlankeanaDunn)	Unidade	15	R\$ 40,10	R\$ 47,46	R\$ 35,00	R\$ 40,85	R\$ 612,80
Jacarandá Mimoso (Jacarandá ImosaefoliaBenth)	Unidade	15	R\$ 34,78	R\$ 35,00	R\$ 34,44	R\$ 34,74	R\$ 521,10
Ipê Amarelo (Tabebuia Orchacea)	Unidade	15	R\$ 35,00	R\$ 40,00	R\$ 39,90	R\$ 38,30	R\$ 574,50
Ipê Roxo (Tabebuia Avellanedae)	Unidade	15	R\$ 39,90	R\$ 39,90	R\$ 35,00	R\$ 38,27	R\$ 574,00
Chorão (SchimusMolle) Aroeira Falsa	Unidade	15	R\$ 68,00	R\$ 64,93	R\$ 75,00	R\$ 69,31	R\$ 1.039,65
Quaresmeira (Tibouchina Granulosa)	Unidade	15	R\$ 35,00	R\$ 28,99	R\$ 30,55	R\$ 31,51	R\$ 472,70
Caliandra (CaliandraDysantha ou tweediei- vermelha)	Unidade	25	R\$ 28,00	R\$ 36,00	R\$ 35,00	R\$ 33,00	R\$ 825,00
Palmeira Cica (Cycas Revoluta)	Unidade	15	R\$ 100,00	R\$ 90,00	R\$ 85,00	R\$ 91,67	R\$ 1.375,00
Clorofito (ClorophytumComosum)	Unidade	100	R\$ 3,00	R\$ 1,90	R\$ 2,50	R\$ 2,47	R\$ 246,67
Setecrecea(TradiscantiaPallidaPurpurea) - Trapoeraba-Roxa	Unidade	100	R\$ 25,00	R\$ 00,00	R\$ 20,00	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
Pau Da Agua (DracaenaFragrans)	Unidade	15	R\$ 60,00	R\$ 57,00	R\$ 57,00	R\$ 58,00	R\$ 870,00
Aglaonema (AglaonemaSpp)	Unidade	15	R\$ 80,00	R\$ 99,98	R\$ 88,00	R\$ 89,33	R\$ 1.339,90
Zamioculca (ZamioculcasZamiifolia)	Unidade	15	R\$ 75,00	R\$ 64,90	R\$ 69,30	R\$ 69,73	R\$ 1.046,00
Palmeira Ráfis (Raphis Excelsa)	Unidade	15	R\$ 120,00	R\$ 94,90	R\$ 91,90	R\$ 102,27	R\$ 1.534,00
Palmeira Azul (BismarckiaNobilis)	Unidade	10	R\$ 250,0	R\$ 224,	R\$ 203,70	R\$ 226,20	R\$ 2.262,00

Vaso De Cimento, Circular Ou Quadrado, Com DimensoesMinimas De Base: 25Cm Boca: 40Cm Altura: 75Cm -	Unidade	25	0	90	R\$200,00	R\$220,00	R\$190,00	R\$ 203,33	R\$ 7.116,67
Vaso De Cimento, Circular Ou Quadrado, Com DimensoesMinimas De Base: 20Cm Boca: 35Cm Altura: 45Cm -	Unidade	65	R\$120,00	R\$100,00				R\$ 110,00	R\$ 8.250,00
Valor anual:		R\$106.897,22							
Valor mensal:		R\$8.908,10							

ANEXO R
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o **prazo de.....**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital**, no Termo de Referência, e em seus anexos, além do Estudo Técnico Preliminar, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo G).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, conforme observância do art. 3º do Decreto 10.193/19, bem como da condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1 Quando da prorrogação do contrato deverá ser observado a essencialidade do objeto e o relevante interesse público conforme determina o art. 3º do Decreto n. 8.540, de 2015.
- 2.2.2 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.5 Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.6 Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.7 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Comunicar a contratada para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

3.1.11 **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

3.1.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Não haverá necessidade que o preposto aceito pela Administração fique no local do serviço para representá-lo na execução contratual podendo a comunicação ser realizada mediante e-mail, ofício, telefone para as ocorrências. As ocorrências deverão ser formalizadas via e-mail a instituição.

4.1.2 A indicação ou a manutenção do preposto da contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a contratada designar outro para o exercício da atividade podendo este ser substituído.

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

4.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as

obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s)):

Unidade	Endereço
Campus Cuiabá	Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro Boa Esperança - Cuiabá - MT CEP: 78060-900
Casa do Estudante Universitário - Unidade Jardim Itália (CEU ITÁLIA)	Av. Érico Preza, 755 - Jardim Itália, Cuiabá - MT, CEP: 78068-600
Campus Cuiabá - Unidade 2 (esporadicamente)	MT-040 KM 12 - lado esquerdo da rodovia Cuiabá-Santo Antônio do Leverger
Campus Várzea Grande (esporadicamente)	Av. Projetada A, S/Nº, Bairro CEP: 78156-105 - Chapéu do Sol, Várzea Grande - MT, 78156-105
Unidade Avançada Pantanal (esporadicamente)	Rodovia Porto Cercado, Poconé - MT, CEP 78175- 000
Fazendo Experimental (esporadicamente)	Av. Leverger, 967 - Santo Antônio do Leverger, MT, 78180-000

4.1.29 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição da demandado e realizar a reparação ou avaliação dos serviços a serem realizados.

4.1.30 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova contratada que continuará a execução dos serviços;

4.1.31 Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado, quando for o caso..

4.1.32 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.33 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.34 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.35 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.36 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.37 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.38 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.39 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.40 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.41 Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.1.42 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.1.43 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.44 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.3. florestas plantadas; e

4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.45 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.46 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n° 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.47 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou

do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.48 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.49 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.50 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.51 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da contratada e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3 Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Cuiabá-MT, Seção Judiciária de Cuiabá- MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO S

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI MÁXIMO

ANEXO T

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPUS - SIC
COORDENAÇÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - CPOF

PERCENTUAL DE BDI DIFERENCIADO

Considerações:

Foram utilizados para os cálculos até duas casas decimais após a vírgula.

Foi adotada a modalidade de não desoneração sobre a folha de pagamentos.

CONSIDERAÇÃO DOS ACÓRDÃO 2.369/2011 E 2022/2013-TCU-PLÊNARIO.

FÓRMULA ADOPTADA PARA O CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA (de acordo com Acórdão Nº 2.369/2011-Plenário)

$$PV = CD \times (1 + BDI)$$

Onde:

PV = Preço de Venda;

CD = Custo Direto;

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, sendo que:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + SG + R)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)}$$

Onde:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

SG = taxa representativa de Seguros+Garantia;

R = taxa representativa de Riscos;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos.

Nota:

A taxa representativa da incidência de impostos constante do denominador da fração da fórmula de cálculo do BDI é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas que figuram no numerador são aplicadas sobre o custo.

PERCENTUAIS UTILIZADOS PARA O CÁLCULO DO BDI (de acordo com os Acórdãos 2369/2011 e Nº 2622/2013-TCU-Plenário)

INCIDÊNCIA	Percentual	JUSTIFICATIVA
AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;	3,45%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
S = taxa representativa de Seguros + Garantia;	0,48%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
R = taxa representativa de Riscos;	0,85%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;	0,85%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
L = taxa representativa do Lucro;	5,11%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
I = taxa representativa da incidência de Impostos, onde:	3,65%	Calculado conforme soma dos tributos abaixo:
COFINS	3,00%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2369/2011.
PIS	0,65%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2369/2011.
ISSQN	0,00%	Calculado conforme legislação do município.
CPRB	0,00%	Instituído pela Lei Federal 13.161/2015.
RESULTADO:	12,40%	

JUSTIFICATIVA DO BDI

O valor do BDI foi considerado zero por se tratar de compra de equipamentos, onde não há a incidência de BDI.

JUSTIFICATIVA DO BDI

Foram adotados os valores médios dos itens componentes do BDI, conforme Acórdão nº 2622/2013 do TCU. Dentre os tributos foram considerados PIS e COFINS.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Estudo Técnico Preliminar 18/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23108.002193/2025-05

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá, conta com imóveis em uma área total aproximada de 73,41 hectares e área edificada de, aproximadamente, 195.000 m², distribuída em mais de 130 edificações, as quais acomodam as instalações físicas necessárias para servidores e terceirizados realizarem as atividades administrativas e acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para cumprimento da missão institucional.

Nesse contexto, é imprescindível que as edificações e suas instalações prediais funcionem de forma ininterrupta e em adequadas condições de eficiência e segurança. Para isso, é essencial a contratação de mão de obra contínua, com fornecimento de material de consumo, para a manutenção preventiva e corretiva de todas as edificações do Campus Cuiabá. Os serviços envolvem manutenção diversos elementos da edificação como sistemas estruturais, sistemas de vedação, cobertura, divisórias, cercamentos, revestimentos de piso, parede e teto, pintura, esquadrias, instalações elétricas, sistemas hidráulicos, sanitários e de águas pluviais, impermeabilização, manutenção, instalação e limpeza de aparelhos de ar-condicionado, manutenção de fechaduras, paisagismo e mudança de mobiliários, manutenção e limpeza automotiva; além da aquisição dos materiais para a execução dos serviços.

Os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva visam preservar e/ou recuperar as condições ambientais adequadas ao uso previsto para a edificação. As manutenções, quando realizadas com periodicidade adequada, evitam que o desempenho esperado da edificação chegue a níveis inferiores ao mínimo recomendável para um uso saudável, higiênico ou seguro, sendo, portanto, imprescindível para o regular funcionamento.

As edificações, de forma geral, são construídas para atender seus usuários durante muitos anos e ao longo deste tempo devem apresentar condições adequadas ao uso a que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais. A contratação que se pretende irá prever a execução de serviços para prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos componentes da edificação, ou de atualizações nas necessidades dos seus usuários. Nesse sentido, a ABNT NBR 5674 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção dispõe:

“A manutenção de edificações é um tema cuja importância supera, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso.

As edificações são suporte físico para a realização direta ou indireta de todas as atividades produtivas e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender a seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso a que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

É inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando os requisitos de desempenho atingem níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15575 (Partes 1 a 6). Isto exige que a manutenção das edificações seja levada em conta tão logo elas sejam colocadas em uso.

A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (VUP), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecusto intensivo dos serviços de recuperação ou construção de novas edificações.

Significando custo relevante na fase de uso da edificação, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado, esporádico ou casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável e como um investimento na preservação do valor patrimonial.

A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.” (sublinhei)

Existe ainda a necessidade de realização de demandas eventuais relacionados aos diversos sistemas da edificação que não se tratam de serviços de manutenção propriamente ditos, mas adequações de layout, pequenas instalações de energia elétrica, pintura, hidráulica, entre outros. São trabalhos de natureza semelhante, mas com grande diversidade, e que não seriam viáveis de se contratar de forma individualizada, por não possuírem previsão para sua realização e ocorrerem conforme a necessidade. Podem ou não ser realizados, gerando influência nos sistemas descritos, visto que, normalmente são adequações destinadas ao melhor desempenho das instalações. Dessa forma, a sua execução será melhor realizada pela mão de obra contratada e responsável pela manutenção predial, o que evita problemas de interferência nos trabalhos já cobertos pela manutenção, possibilitando o gerenciamento dos pequenos serviços por uma menor quantidade de servidores e tornando-se economicamente mais viável.

Os serviços necessários são realizados tanto em áreas internas (compreendem todos os andares, varandas, salas, saguão, auditório, guarita, garagens e coberturas), quanto em áreas externas (compreendem as áreas não edificadas, mas integrantes do imóvel, como passeios, rampas, muros, estacionamento, circulação de veículos, jardim e acessos).

Diante do exposto, este Estudo Técnico Preliminar visa descrever as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas e resultados pretendidos para a contratação de solução que atenda à demanda da manutenção predial preventiva e corretiva, para o Campus Cuiabá da Universidade Federal de Mato Grosso, avaliando sua viabilidade. A contratação da mão de obra especializada na manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de material de consumo, é essencial para garantir a disponibilidade de infraestrutura adequada para promoção das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão realizadas em cada uma das unidades.

3. Área requisitante

ÁreaRequisitante	Responsável
Coordenação de Manutenção/Prefeitura do Campus Universitário de Cuiabá	Luzia Machado de Melo
Coordenação de Conservação, Segurança e Transporte/Prefeitura do Campus Universitário de Cuiabá	João Neto da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

São serviços comum de natureza continuada (com mão de obra) pelo fato de serem serviços necessários, visto que sua interrupção poderá causar prejuízo às atividades acadêmicas e administrativas realizada

Será celebrado Contrato com a empresa vencedora da licitação; este terá vigência de 36 (trinta e seis) meses de acordo com o que estabelece a Lei 14.133 /2021, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente.

Os serviços de manutenção predial devem ser executados de forma contínua e são essenciais para a adequada conservação de toda a infraestrutura das unidades. Neste formato de contratação, verifica-se que cabe à empresa contratada disponibilizar um grande número de ferramentas, equipamentos, EPI, exigindo investimentos iniciais consideráveis. Uma contratação já com período de vigência maior auxilia na diluição desses custos, fazendo com que a Administração possa obter uma proposta mais vantajosa. Ademais, a desnecessidade de realização de diversas prorrogações contratuais reduz o trabalho administrativo das unidades, já deficitárias em relação a recursos humanos na área de licitações e contratos. Cabe destacar ainda que, de acordo com o item III do art. 106 da Lei 14.133/2021, a Administração pode extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua pela sua essencialidade e já que visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, já que a sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público. Dada a caracterização contínua e ininterrupta da demanda pelos serviços de manutenção, o prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A empresa a ser contratada deverá possuir material, capacidade técnica, financeira e recursos humanos, capaz de atender às seguintes necessidades da Administração:

- manutenção corretiva: caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata, a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos, ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários;
- manutenção preventiva: caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência.

É esperado que o profissional/pessoa jurídica contratado tenha habilidade e competência, ferramentas, máquinas, instrumentos de medição, uniforme e equipamentos de proteção individual e coletivo para a plena e perfeita execução dos serviços de manutenção.

A prestação de serviços deverá ocorrer no âmbito das seguintes unidades da Universidade Federal de Mato Grosso:

Unidade	Endereço
Campus Cuiabá	Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro Boa Esperança - Cuiabá - MT CEP: 78060-900
Casa do Estudante Universitário - Unidade Jardim Itália (CEU ITÁLIA)	Av. Érico Preza, 755 - Jardim Itália, Cuiabá - MT, CEP: 78068-600
Campus Cuiabá - Unidade 2 (esporadicamente)	MT-040 KM 12 - lado esquerdo da rodovia Cuiabá-Santo Antonio do Leverger

Campus Várzea Grande (esporadicamente)	Av. Projetada A, S/Nº, Bairro CEP: 78156-105 - Chapéu do Sol, Várzea Grande - MT, 78156-105
Unidade Avançada Pantanal (esporadicamente)	Rodovia Porto Cercado, Poconé - MT, CEP 78175-000
Fazendo Experimental (esporadicamente)	Av. Leverger, 967 - Santo Antônio do Leverger, MT, 78180-000

A contratação dos serviços de manutenção predial deverá considerar a dificuldade em se determinar com exatidão as demandas necessárias, principalmente para as manutenções corretiva.

A empresa contratada deverá considerar, no planejamento de suas atividades, que durante o período em que estiver executando os serviços de manutenção predial, as edificações e demais espaços do campus estarão em uso por alunos, servidores e terceirizados. Deste modo, deve sempre prezar pela segurança destes usuários, sinalizando e protegendo os locais onde serão realizados os serviços, bem como procurar diminuir os transtornos e impactos que as atividades possam causar à comunidade acadêmica.

A empresa contratada deverá manter um preposto, aceito pela Administração, no local de prestação dos serviços (fixo na Universidade Federal de Mato Grosso), para representá-la na execução do contrato.

A empresa contratada garantirá a realização dos treinamentos necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

O prestador de serviços deverá manter seus empregados nos horários previamente determinados pela Universidade Federal de Mato Grosso, devidamente uniformizados.

Para execução dos serviços, a contratada deverá observar:

- Lei 13.589/2018 - Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;
- Resolução-RE no 9, de 16 de janeiro de 2016 - ANVISA;
- Portaria no 2.296 de 23 de julho de 1997 - Estabelecer as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, devidamente atualizadas, constantes do Anexo a esta Portaria, como exigências mínimas de aceitabilidade na construção, manutenção e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG;
- Portaria No 3.523, DE 28 DE AGOSTO DE 1998;
- Instrução Normativa no 1/2010 do Ministério da Economia;
- Normas das concessionárias locais de serviços;
- Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, que tratam da segurança e saúde do trabalhador, em especial, a NR-35, NR-10, NR-18, NR-12 e NR-33;
- Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, aplicáveis ao objeto, em especial:
 - Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, aplicáveis ao objeto, em especial:
 - ABNT NBR 5674 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de manutenção;
 - ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
 - ABNT NBR 14039 - Instalações elétricas de média tensão 1,0 kV a 36,2 kV;
 - ABNT NBR 16401 - Instalações de Ar Condicionado;

Deverão ser previstas, dentre as obrigações da contratada:

- Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS - devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;
- Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010;
- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução no 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010;
- Ainda, no fornecimento de materiais para execução dos serviços de manutenção, deverão ser priorizados aqueles que resultem em redução do consumo e aumento de eficiência.

A Contratada deverá adotar os seguintes critérios de sustentabilidade na execução dos serviços:

- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, adotando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova eficiência energética;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, refrigeração, dentre outros;
- Os materiais empregados deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

O regime de execução do contrato será misto: empreitada por preço unitário e empreitada por preço global. A justificativa para adoção do regime de execução do contrato é a que segue:

- Para a parcela relativa aos serviços de manutenção predial sob regime de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra (por posto de trabalho) será adotada a empreitada por preço global, já que esse regime é o mais adequado quando se contrata o serviço por preço certo e total e é possível prever com exatidão os quantitativos que serão executados;
- Para as parcelas de fornecimento de material de consumo, sob demanda, o regime adotado será o de empreitada por preço unitário já que esse regime é mais adequado quando se contrata a execução do serviço por preço certo de unidades determinadas. Esse é o regime que melhor se adequa à parcela contratada já que os serviços de manutenção predial, principalmente os que envolvem a manutenção corretiva, não podem ter seus quantitativos definidos com precisão.

O critério de julgamento das propostas deverá ser:

- Para a parcela relativa aos serviços de manutenção predial sob regime de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra (por posto de trabalho) - **MENOR PREÇO**;
- Para as parcelas de fornecimento de material de consumo - **MAIOR DESCONTO**. O desconto ofertado pela empresa vencedora será aplicado sobre todos os itens da planilha de custos unitários.
- Considerando a imensa dificuldade de se determinar os serviços diversos e manutenções corretivas que serão necessários, o desconto apresentado pela contratada será aplicado linearmente sobre os serviços/materiais listados na Tabela SINAPI/MT ou, em caso de inviabilidade de utilização deste sistema de referência de preços, no orçamento obtido nos termos do art. 6º do Decreto 7.983/2013.

Em conformidade com os princípios da moralidade e impessoalidade, bem como com o disposto no artigo 10, inciso II, da IN-MPOG/SLTI 2/2008 e na Lei 7.203/2010, é vedado o vínculo de parentesco (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores da Universidade Federal de Mato Grosso para todos os cargos.

5. Levantamento de Mercado

Quanto a escolha do regime de contratação da mão de obra

SOLUÇÃO 01: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra (postos de trabalho)

i) Contratações Similares:

- A maioria das contratações anteriores na Universidade Federal de Mato Grosso para o mesmo objeto foram feitos nessa solução.
- Pregão Eletrônico n.º 13/2011 - Tribunal de Contas da União - UASG 30001.

ii) Descrição sucinta da solução:

Neste modelo de contratação, os empregados da contratada ficam à disposição da contratante, nas dependências do órgão, para a prestação dos serviços. A contratada não compartilha os recursos humanos de uma contratação para execução simultânea de outros contratos. Normalmente é utilizado quando a demanda por serviços de manutenção é muito grande.

iii) Principais vantagens:

- Controle sobre a disponibilidade de funcionários;
- Maior facilidade e segurança para atendimento de demandas urgentes;
- Adequada para os serviços de rotina e que não exigem mão-de-obra qualificada.

iv) Principais desvantagens:

- Considerando que a demanda por manutenção predial, principalmente corretiva, é variável, torna-se difícil o dimensionamento da equipe o que pode gerar momentos de sobrecarga ou ociosidade;
- Maior risco de responsabilização subsidiária em causas trabalhistas;
- Alta demanda de trabalhos burocráticos para a equipe de fiscalização;
- Para a execução de serviços de manutenção predial mais específicos, que exigem qualificação da mão-de-obra, esse tipo de contratação pode não ser adequada, já que exigiria a alocação de uma variedade maior de profissionais que podem ficar ociosos, caso não haja demanda contínua por esse tipo de serviço.

SOLUÇÃO 02: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva sob demanda

i) Contratações Similares:

- RDC Eletrônico no 06/2019 - Reitoria do IF Sudeste MG - UASG 158123
- Pregão Eletrônico no 12/2020 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

ii) Descrição sucinta da solução:

Neste modelo, o quantitativo dos serviços a serem prestados é meramente estimado e será demandado e pago conforme necessidade da contratante. Normalmente, são abertas Ordens de Serviço pela contratante e a empresa contratada deve executar os serviços em um prazo pré-determinado. Não há dedicação exclusiva de mão de obra, ou seja, os funcionários não ficam alocados nas dependências do órgão, sendo disponibilizados somente quando demandados pela contratante. Somente são pagos os serviços efetivamente executados. A contratação é normalmente realizada sob o regime de empreitada por preço unitário.

iii) Principais vantagens:

- Menor demanda de trabalhos burocráticos para a equipe de fiscalização;
- Menor risco de responsabilização subsidiária em causas trabalhistas;
- Mão de obra mais qualificada para serviços especializados;
- O risco de ociosidade e sobrecarga da equipe passa a ser da contratada e não da contratante.

iv) Principais desvantagens:

- Maior tempo para atendimento de chamados técnicos, especialmente os urgentes, devido à necessidade de deslocamento de equipe.

SOLUÇÃO 03: Uso de mão de obra de funcionários pertencentes ao quadro de servidores da própria Universidade

i) Contratações Similares:

Sem necessidade

ii) Descrição sucinta da solução:

A manutenção predial preventiva e corretiva é realizada exclusivamente por servidores efetivos da universidade, alocados nas respectivas áreas de manutenção, como elétrica, hidráulica, alvenaria e climatização.

A solução se apresenta como inviável dada a insuficiência de servidores com as atribuições necessárias no rol de cargos da carreira de Técnico Administrativo em Educação do Poder Executivo, sendo tais atividades passíveis à terceirização segundo Decreto nº 9.507/2018.

iii) Principais vantagens:

- Redução de despesas com terceirização e contratos externos;
- Supervisão direta sobre os serviços, garantindo alinhamento com suas necessidades e prioridades;
- Servidores experientes possuem conhecimento histórico das instalações, facilitando diagnósticos e prevenções;
- Maior vínculo com a instituição.

iv) Principais desvantagens:

- O quadro de servidores não suficiente;
- Cargos extintos.

Quanto ao fornecimento de material:

SOLUÇÃO 01: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, incluindo o fornecimento de peças e material para manutenção

i) Contratações Similares:

- Pregão Eletrônico n. 08/2022 - Universidade Federal de Mato Grosso - UASG 154045
- Pregão Eletrônico n. 13/2011 - Tribunal de Contas da União - UASG 30001

- RDC Eletrônico n. 06/2019 - Reitoria do IF Sudeste MG - UASG 158123
- Pregão Eletrônico n. 12/2020 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

ii) Descrição sucinta da solução:

Neste modelo de contratação, a própria empresa que prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva, seja sob demanda ou por postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecerá os materiais e peças necessárias para execução dos serviços. Neste caso, a prática tem demonstrado que a melhor forma é o edital fornecer planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos de Índices de Construção Civil – SINAPI, ou em tabela própria ou outra adotada pelo órgão ou entidade contratante. Os materiais são adquiridos sob demanda, ou seja, o quantitativo a ser adquirido é meramente estimado e será demandado conforme necessidade da contratante.

iii) Principais vantagens:

- Procedimento licitatório único para prestação de serviços e aquisição de materiais;
- Compatibilização entre o fornecimento do material e a necessidade de execução do serviço, sendo menor a possibilidade de não prestação de serviço em razão da falta de material;
- Diminuição do estoque de materiais pela contratada;
- Aquisição de quantitativo de material realmente necessário para a execução dos serviços, sem necessidade de aquisição mínima;
- Redução de desperdícios pela compra de materiais com prazo de validade reduzido;
- Maior agilidade na entrega dos materiais solicitados;
- Gestão de um único contrato com um único fornecedor.

iv) Principais desvantagens:

- Redução da competitividade, já que uma única empresa fornecerá todos os materiais.

SOLUÇÃO 02: Aquisição de materiais com diversos fornecedores, via Sistema de Registro de Preços - SRP

i) Contratações Similares:

Em geral, as contratações da Universidade Federal de Mato Grosso adota esta solução de contratação.

ii) Descrição sucinta da solução:

Consiste na realização de um procedimento licitatório para registro formal de preços de produtos, para contratações futuras. Neste caso, em geral, a administração elabora uma lista extensa de materiais para manutenção que podem vir ou não a serem necessários para execução dos serviços. O valor a ser cobrado pelo bem ou serviço é assinalado na Ata de Registro de Preços (ARP), que simplifica o processo do SRP. A ARP representa o compromisso estabelecido entre os órgãos, os fornecedores e as condições da aquisição. Os interessados em fornecer para o setor público concordam em manter o preço inalterado por um período pré-estabelecido – normalmente, um ano. Os fornecedores concordam em disponibilizar as quantidades previamente acertadas. No entanto, o órgão público não é obrigado a efetuar a aquisição: o fornecedor somente realiza a entrega dos materiais quando solicitado pelo órgão.

iii) Principais vantagens:

- Possibilidade de realização de compras conjuntas;

iv) Principais desvantagens:

- Necessidade de realização de outro procedimento licitatório para aquisição dos materiais.
- Gestão de diversas atas de registro de preços com diversos fornecedores diferentes, o que aumenta a carga de trabalhos administrativos;
- Dificuldade para aquisição de materiais para realização dos serviços de manutenção com diversos fornecedores diferentes. Caso algum item da licitação restou fracassado ou deserto, a prestação do serviço de manutenção fica inviabilizada;
- Necessidade de aquisição mínima da quantidade de materiais.

Solução escolhida

O mercado, de modo geral, oferece soluções combinadas entre as alternativas de contratação mencionadas anteriormente. Exemplos disso são:

- Pregão Eletrônico n. 13/2011 (Tribunal de Contas da União - UASG 30001): combinação do regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais para manutenção sob demanda;
- Pregão 06/2021 (Superintendência Regional da Polícia Federal de Roraima): combinação do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de materiais para manutenção sob demanda e prestação de serviços eventuais ou por escopo;
- Pregão Eletrônico n. 08/2022 (Universidade Federal de Mato Grosso - UASG): combinação do regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais para manutenção sob demanda.

Para a escolha da solução que melhor atenda às necessidades da Universidade Federal de Mato Grosso, foi considerada esta possibilidade de combinação das soluções, ou seja, contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, incluindo o fornecimento de peças e material de consumo.

A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais atenderá as demandas de manutenção preventiva e corretiva e conservação, tanto rotineiras quanto emergenciais, resultantes do uso habitual dos espaços (pequenos reparos hidráulicos, elétricos, alvenaria, pintura etc.). O Campus Cuiabá, por exemplo, recebe aproximadamente 15.000 pessoas diariamente, o que exige intervenções rápidas para garantir o funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas.

Para melhorar a organização, controle e eficiência na gestão da manutenção, a Prefeitura do Campus possui uma política institucional de acompanhamento por meio do Sistema SigServ, permitindo que docentes e técnicos administrativos registrem e acompanhem chamados de manutenção. A análise do histórico de chamados e compras dos anos anteriores tem sido fundamental para definir o modelo de contratação adotado.

Embora a universidade tenha um bom conhecimento das necessidades do campus, não é possível prever com exatidão a quantidade de material necessária ou o momento exato da demanda. Por isso, a contratação de uma empresa que forneça os materiais necessários ajuda a reduzir desperdícios e evita estoques excessivos.

Manter a infraestrutura do campus em condições adequadas é essencial para garantir um serviço público de qualidade. A manutenção preventiva e corretiva prolonga a vida útil das edificações e assegura o pleno funcionamento das instalações, contribuindo para o cumprimento da missão institucional da UFMT.

Dessa forma, a solução mais adequada para atender às demandas atuais da UFMT é a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, incluindo o fornecimento de peças e materiais, sob demanda.

6. Descrição da solução como um todo

Gerais

Na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, sob demanda, a empresa contratada será responsável por:

- Executar serviços de manutenção predial e conservação com dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho;
- Fornecer os materiais de consumo para manutenção predial, sob demanda, por maior desconto sobre a tabela SINAPI – MT – DESONERADO;

Sobre o preço dos insumos de cada serviço listado no SINAPI incidirá linearmente o desconto ofertado pela Contratada na licitação. Ao valor de cada serviço será aplicado o percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).

Referências:

- EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021 - MINISTÉRIO DA DEFESA - Hospital das Forças Armadas (UASG: 112408)
- EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 - Universidade Federal de Mato Grosso (UASG: 154045)
- EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2014 - Tribunal de Contas da União TCU (UASG: 30001)
- EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2022 - Superintendência regional da Polícia Federal de Roraima

A contratação de empresa especializada no serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais de consumo é a melhor opção para a realidade do Campus Cuiabá, por se tratar de uma solução completa que possibilitará atender as demandas rotineiras e urgentes de forma tempestiva.

Dessa forma, com a escolha para solução, é possível realizar a execução dos serviços rotineiros e urgentes pelos colaboradores com dedicação exclusiva e possibilitará o planejamento de demais atividades de acordo com a disponibilidade orçamentária e de serviços que requerem equipamentos e/ou pessoal especializado para a realização.

O objeto da contratação será: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA e FORNECIMENTO DE MATERIAIS, SOB DEMANDA.

O contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário e preço global, segundo o disposto nos artigos 6º e 46 da Lei nº 14.133/21.

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de todos os materiais para execução dos serviços, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

O início da execução do objeto é prevista para ocorrer no dia 27/05/2025.

O faturamento será mensal, e a Contratante pagará somente pelos serviços efetivamente prestados. A Contratada deverá entregar à fiscalização do contrato toda a documentação necessária de uma só vez, dentro dos prazos estabelecidos, e o pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias corridos após o recebimento definitivo dos serviços, devidamente atestado pelo fiscal do contrato. A Contratante poderá definir a forma de organização e apresentação dessa documentação, bem como a configuração das planilhas de dados ou sistemas a serem utilizados.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução dos serviços, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante. Neste caso, a contratada deverá comprovar sua expertise na execução de serviço em objeto similar ou equivalente tido como um todo. (Acórdão TCU 2.992/2011 – Plenário). Cumpre destacar que para definição dos quantitativos mínimos foi observado o que dispõe o art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021, que menciona o patamar de 50% do quantitativo correspondente do objeto licitado como limite máximo da exigência.

Para o item “Serviço de manutenção predial sob regime de execução indireta com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA por posto de trabalho para atender as necessidades da manutenção das instalações”, deverá ser prevista a realização de repactuação dos preços do contrato administrativo, nas situações que se amoldem ao art. 12 do Decreto n. 9.507, de 2018, e aos arts. 54 a 60 da IN SEGES/MP n. 05/2017.

Para os itens “Fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO, SOB DEMANDA, por maior desconto sobre a tabela Sinapi para realização de serviços de manutenção”, deverá ser prevista a realização de reajuste em sentido estrito dos preços contratados, mediante a aplicação de índices oficiais. O índice mais adequado ao caso é o Índice Nacional da Construção Civil - INCC-DI.

A Contratada deverá designar um preposto fixo no campus, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e pela comunicação com os colaboradores da Contratada. A Contratada arcará com todas as despesas relacionadas ao preposto, como custos com telefone, internet, móveis, equipamentos e materiais de expediente necessários ao desempenho da função.

A Contratante disponibilizará um espaço físico para a instalação de escritório que será utilizado para o desempenho das atividades do preposto.

A Contratada deverá prestar garantia, nas modalidades previstas na lei.

Equipe de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

A prestação direta e cotidiana dos serviços será executada através de equipe técnica mínima exigida na presente especificação, constituída das funções relacionadas no Quadro 1, com sua respectiva carga horária semana

Os serviços deverão ser prestados à UFMT de SEGUNDA-FEIRA a SÁBADO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro) HORAS de acordo com os postos de trabalho, sendo que caberá à Contratante estabelecer o início e o término da jornada de cada profissional respeitados os limites de início e término de jornada.

- Os serviços nos postos de 40 horas semanais deverão ser prestados à UFMT de segunda a sexta-feira, com jornada diária de 8 (oito) horas e intervalo mínimo de 1 (uma) hora para almoço. O início e o término da jornada serão estabelecidos pela CONTRATANTE, respeitando o período compreendido entre 05h30min e 21h00min
- Os serviços nos postos de 44 horas semanais deverão ser prestados à UFMT de segunda-feira a sábado, conforme carga horária definida. A CONTRATANTE estabelecerá o início e o término da jornada em cada posto, respeitando os seguintes limites: de segunda a sexta-feira, jornada de 8 (oito) horas diárias, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para almoço, a ser cumprida entre 05h10min e 21h00min, totalizando 40 (quarenta) horas semanais; e aos sábados, jornada de 4 (quatro) horas, dentro do período de 05h10min às 18h00min.
- Excepcionalmente, a Administração poderá solicitar a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados para atender demandas inadiáveis, devendo a empresa ser previamente comunicada, dentro do possível, para o devido estabelecimento de tabelas de folgas e compensações, conforme a legislação vigente.

A critério da Contratante e respeitado o interesse público, poderão ser concedidas férias coletivas pela Contratada nos períodos de recesso acadêmico, férias acadêmicas ou outras paralisações das atividades da Contratante, desde que tenham duração mínima de 10 dias. Nestes períodos, deverá ser mantida uma escala mínima de trabalho para garantir a continuidade de atividades consideradas essenciais.

A jornada de trabalho da Contratada, não poderá ser excedida e não será permitida a realização de horas extras, nem o pagamento destas pela Contratante. Caso a Contratada não cumpra a jornada de trabalho estabelecida, as horas faltantes serão descontadas na medição realizada pela fiscalização do contrato.

A realização de horas extras será permitida exclusivamente para os cargos de Oficial de manutenção predial e Oficial de Serviços Gerais (Conservação), desde que haja autorização prévia da fiscalização, comprovada a necessidade inadiável do serviço, e que seja respeitado o valor anual máximo estabelecido no item referente a horas extras.

Quadro 1 - Equipe Técnica Permanente

A Equipe Técnica Permanente será lotada no Campus Cuiabá, localizado no seguinte endereço: R. Quarenta e Nove, 2367 - Boa Esperança, Cuiabá - MT, 78060-900.

Eventualmente, a equipe também poderá executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial nas localidades descritas no item 5 desse ETP

Categoria Profissional	CBO	Quantidade	Carga horária
Trabalhador da manutenção de edificações - 40h	5143-25	12	40 horas semanais
Auxiliar de manutenção predial - 40h	5143-10	15	40 horas semanais
Eletricista de instalações - 40h	7156-15	4	40 horas semanais
Eletricista de instalações - 44h	7156-15	2	44 horas semanais
Ajudante de Eletricista - 40h	7156-15	2	40 horas semanais
Ajudante de Eletricista - 44h	7156-15	2	44 horas semanais
Bobinador eletricista - 40h	7311-65	1	40 horas semanais
Encanador - 40h	7241-10	4	40 horas semanais
Encanador - 44h	7241-10	2	44 horas semanais
Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração - 40h	9112-05	10	40 horas semanais
Auxiliar mecânico de refrigeração - 40h	9112-05	4	40 horas semanais
Oficial de manutenção predial - 40h	5143-25	2	40 horas semanais
Oficial de Serviços Gerais (Conservação) - 40h	5143-25	1	40 horas semanais
Jardineiro - 40h	6220-10	14	40 horas semanais
Trabalhador de serviço de limpeza e conservação de áreas públicas - 40h	5142	10	40 horas semanais
Operador de Retroescavadeira - 40h	7151-15	1	40 horas semanais
Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares - 40h	9144-05	1	40 horas semanais
Lavador de veículos - 40h	5199-35	1	40 horas semanais
Encarregado (Preposto) - 40h	4101-05	1	40 horas semanais

A contratada prestará os serviços nos locais estabelecidos nesse Estudo Técnico Preliminar.

Toda a equipe técnica deverá ser constituída de pessoal qualificado, de modo a garantir permanentemente um serviço homogêneo de qualidade comprovada e observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos e Edital.

Os postos de Oficial de manutenção predial e Oficial de Serviços Gerais (Conservação) contratados poderão, de forma cumulativa, realizar a condução de veículos oficiais, desde que as atividades estejam diretamente relacionadas às funções para as quais foram contratados. A autorização para conduzir estará sempre vinculada ao veículo específico destinado ao setor demandante do transporte, não sendo extensível a outros veículos da Contratante. O deslocamento poderá ocorrer tanto dentro quanto fora das dependências da UFMT, conforme os locais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Em situações eventuais, os prestadores de serviço poderão ser deslocados para atividades externas. O deslocamento intermunicipal será autorizado apenas quando não houver possibilidade de atendimento por servidores da Contratante e deverá ser solicitado, preferencialmente, com no mínimo 72 horas de antecedência, por meio de requisição própria que deverá conter as informações necessárias, como nome do prestador, período do serviço, descrição das atividades, municípios envolvidos e justificativa da necessidade.

A Contratada deverá instalar, no prazo máximo de 30 dias corridos a partir da vigência do contrato, Relógio(s) de Ponto Eletrônico Biométrico com no-break, para controle da carga horária dos seus funcionários. A instalação será acompanhada pela fiscalização do contrato.

A prestação de serviços da Contratada não gerará vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante, sendo a Contratada inteiramente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A Contratante está isenta de qualquer responsabilidade a esse respeito, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Atribuições, qualificações e requisitos gerais dos profissionais:

Os profissionais que vierem a ser utilizados na prestação de serviços deverão atender aos requisitos básicos relativos aos CBOs específicos de cada posto.

Serão exigidas as seguintes qualificações e requisitos mínimos para os profissionais da equipe permanente de serviços:

- Para os cargos de Auxiliar de manutenção predial, Trabalhador da manutenção de edificações, Mecânico de manutenção de automóveis, Oficial de manutenção predial, Oficial de Serviços Gerais (Conservação), Ajudante de Eletricista, Auxiliar mecânico de refrigeração, Jardineiro, Trabalhador de serviço de limpeza e conservação de áreas públicas, é exigido diploma de ensino fundamental completo;

- Para o cargo de Eletricista e Bobinador Eletricista, é necessário possuir diploma de ensino fundamental completo, bem como qualificação básica de 200 horas-aula em Eletricista de Instalações, com conteúdo que aborde os temas de média e alta tensão;
- Para o cargo de Encanador, não é necessário possuir o ensino fundamental completo, porém se exige a prática profissional mínima de 6 (seis) meses;
- Para o cargo de Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração, é necessário possuir diploma de ensino fundamental completo, bem como qualificação básica de 160 horas-aula em Mecânico de Refrigeração;
- Para o cargo de Lavador de veículos, não é necessário possuir o ensino fundamental completo;
- Para o cargo de Operador de Retroescavadeira, é necessário, no mínimo, ter completado a quarta série do ensino fundamental, possuir experiência mínima de 06 meses na função e apresentar carteira de habilitação nas categorias C, D ou E;
- Para a função cumulativa, o ocupante do posto deverá possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “B”.

Uniforme

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nas tabelas a seguir:

Trabalhador da manutenção de edificações, Eletricista de Instalações, Encanador e Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração	
Descrição	Quantidade Anual
Calça comprida em brim, com bolsos frontais e com elástico na cintura. Cor: Azul Marinho	04 peças
Camiseta 100% algodão, manga curta. Cor: Branca.	04 peças
Colete com 04 bolsos frontais (fechamento com velcro). Cor: Azul Marinho.	04 peças
Par de meia predominantemente em algodão, cano longo, cor preta	04 pares

Demais Postos (Auxiliar de manutenção predial, Ajudante de Eletricista, Auxiliar mecânico de refrigeração, Servente Braçal, Oficial de manutenção predial, Oficial de Serviços Gerais (Conservação), Jardineiro, Trabalhador de serviço de limpeza e conservação de áreas públicas, Operador de Retroescavadeira, Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares, Lavador de Veículos e Encarregado (Preposto)	
Descrição	Quantidade anual
Calça comprida em brim, com bolsos frontais e com elástico na cintura. Cor: Azul Marinho (para manutenção) ou Verde Escuro (para área verde)	04 peças
Camiseta 100% algodão, manga curta. Cor: Azul Marinho (para manutenção) ou Verde Escuro (para área verde). Impressão nas costas: OFICIAL DE SERVIÇO	04 peças
Par de meia predominantemente em algodão, cano longo, cor preta.	04 peças

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

- 01 (um) conjunto completo (como descrito no quadro acima) ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído por 01 (um) novo conjunto completo a cada a cada 06 (seis) meses ou no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atenderem as condições mínimas de apresentação.

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização administrativa do contrato.

Equipamentos de Proteção Individual

Além dos uniformes, a contratada será responsável pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para todos os funcionários, compatíveis com as atividades que serão desenvolvidas.

Para a que compõe o serviço com dedicação exclusiva, são necessários os equipamentos de proteção individual (EPI) descritos no Anexo I, bem como aqueles identificados no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), quando não previstos no referido anexo. Neste último caso, será necessário aditivo contratual.

Os Equipamentos de Proteção Individual devem ser trocados após qualquer tipo de acidente, uma vez que ele pode sofrer avarias que comprometam seu desempenho como dispositivo de segurança.

Materiais sob demanda

A Contratada será responsável por fornecer os materiais de consumo necessários para a execução dos serviços de manutenção predial, que serão pagos pela Contratante. A Contratante designará um servidor responsável por levantar, quantificar e descrever os materiais necessários, com base na TABELA SINAPI/MT - DESONERADA, vigente no mês da execução do serviço.

A aquisição de materiais e peças, objeto do presente contrato, deverão, sempre que possível, atender os critérios de sustentabilidade, dentre eles, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros, conforme os termos do art. 144 da lei nº 14.133/2021, de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Na aquisição dos materiais e peças deverão ser adotadas especificações que atendam aos requisitos inerentes à eficiência energética, na forma do Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002.

A responsabilidade com relação à aquisição e integridade dos materiais fornecidos será única e exclusivamente da Contratada.

A Contratada será responsável pelo fornecimento e substituição de toda e qualquer peça ou material necessário ao perfeito funcionamento das instalações, na quantidade e qualidade determinada pela fiscalização.

A Contratada fornecerá os materiais/peças nos padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência e determinados pela fiscalização, independentemente do desconto percentual ofertado.

Não será permitida a substituição de materiais/peças por outros de qualidade inferior aos previamente instalados, ou em desacordo com a determinação da fiscalização.

Prazos de Entrega dos materiais

A Contratada, por meio de seu preposto, deverá formalizar, junto aos representantes da fiscalização, a necessidade de aquisição de materiais sempre que necessários para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

A entrega e aquisição dos materiais ficará condicionada à avaliação e aprovação prévia pela fiscalização.

A Contratante também poderá solicitar à Contratada, via e-mail, a entrega de materiais ou peças para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

A Contratada deverá realizar a entrega, nas dependências da Contratante, de todo o material solicitado através da Requisição de Material, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento desta.

- O prazo para entrega dos materiais poderá ser ampliado, a critério da fiscalização.

Caso os materiais entregues não estejam em conformidade com o estabelecido no documento de Requisição de Material ou nas especificações deste Termo de Referência ou seus anexos, a Contratada deverá substituí-los, em um prazo de até 1 (um) dia útil, contado da notificação da fiscalização.

Para os insumos necessários à execução de serviços considerados emergenciais, ou seja, aqueles que possam ocasionar prejuízo, danos ao patrimônio público ou comprometer a utilização da edificação ou segurança de pessoas, o prazo máximo para entrega dos materiais será de 2 (duas) horas, após o recebimento da solicitação por e-mail.

Determinação do valor dos materiais

O custo unitário de cada material ou peça será obtido por meio dos custos unitários estabelecidos na tabela SINAPI – PREÇOS DE INSUMOS – MT - Ref. mês do serviço.

Sobre o preço dos insumos listados no SINAPI incidirá o desconto ofertado pela Contratada na licitação e o percentual de Bonificação e Despesas Indiretas Diferenciado (BDI - Diferenciado) apresentado em sua proposta.

No caso de inviabilidade da definição dos custos dos materiais através da tabela SINAPI, nos termos do art. 6º do Decreto 7.983/2013, a definição será realizada através de tabelas de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

- A pesquisa de mercado será realizada pela Contratante, e atenderá aos requisitos a seguir:
 - A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:
 - identificação do agente responsável pela cotação;
 - caracterização das fontes consultadas;
 - série de preços coletados;
 - A pesquisa será realizada diretamente com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação.
 - Será adotado o menor valor dentre os preços coletados para aquisição do material.
 - Sobre o preço destes materiais também incidirá o desconto ofertado pela Contratada na licitação e o percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) apresentado em sua proposta.

Na proposta da licitante vencedora, o que inclui também o dimensionamento e formulação do BDI, de responsabilidade da licitante, deverão estar considerados e previstos os custos inerentes ao fornecimento dos materiais e peças ora tratados, englobando: gestão, logística e supervisão, dentre outros

Critérios de aceitação dos materiais

Os materiais a serem fornecidos pela Contratada na forma deste Termo de Referência e empregados nas instalações e equipamentos da Contratante, deverão ser obrigatoriamente novos, e quando for o caso, dentro do prazo de validade ou garantia estabelecido pelo fabricante.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Não será admitido em hipótese alguma a entrega de materiais/peças de reposição recondicionados e/ou reaproveitados de outras instalações /equipamentos, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) item(s), sem qualquer ônus para a Contratante.

Os bens fornecidos deverão ser produzidos por empresa legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela análise da embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica.

Os materiais deverão atender às Normas Brasileiras (NBR's) aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Sempre que aplicável, os materiais utilizados devem possuir aprovação do INMETRO.

Os materiais somente poderão ser fornecidos com a aprovação da fiscalização. Caso algum material seja fornecido sem o conhecimento desta, o mesmo não será considerado para efeito de pagamento.

A entrega dos materiais deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e no recebimento dos mesmos será observado pela fiscalização se estão de acordo com as especificações.

Juntamente com os materiais e peças entregues deverão constar as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Quando aplicável, os materiais devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Garantia dos materiais

Contratada prestará garantia dos materiais entregues, por prazo não inferior àquele determinado pelo fabricante, contados da data da entrega.

Equipamentos, instrumentos e ferramentas

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

As ferramentas, materiais e equipamentos fornecidos pela contratada deverão estar em conformidade com as Normas do INMETRO e/ou outras certificações exigidas na legislação.

A listagem de equipamentos/instrumentos de uso individual e coletivos, para cada posto fixo, a serem disponibilizados pela contratada é indicada no anexos II, III, IV e V.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

De modo geral, é uma dificuldade inerente aos serviços de manutenção predial o levantamento exato das quantidades dos serviços que serão necessárias anualmente, principalmente no que tange à manutenção corretiva, já que esta somente é executada quando há falha de um elemento da edificação. Neste sentido, principalmente considerando que a contratação irá prever também a execução de serviços sob demanda, foi realizada uma estimativa baseada no porte da edificação e nos elementos que a compõem, bem como na literatura especializada na área.

Pesquisas apontam que o Custo de Manutenção sobre o Valor de Reposição (CPMV) anual médio que deveria ser previsto para as manutenções prediais varia entre 0,7% e 3,4%⁽¹⁾ do custo de reposição do edifício (o valor do mesmo prédio construído), entretanto, este percentual não se distribui uniformemente durante a vida útil do edifício, aumentando com a sua idade. Partindo dessa informação, calcularemos o valor estimado que seria gasto, atualmente, para a construção das edificações a serem mantidas. Tal estimativa será realizada através do custo por metro quadrado de construção divulgado pelo SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - e disponibilizado no sítio eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9270-sistema-nacional-de-pesquisa-de-custos-e-indices-da-construcao-civil.html?=&t=destaques>.

O valor do mZ de construção médio na base de referência do SINAPI, para o mês de janeiro de 2025, é de R\$ 1.849,13 (mil oitocentos e quarenta e nove reais e treze centavos). Considerando a diversidade das edificações que compõem a estrutura do Campus Cuiabá, principalmente em relação à data de construção, determinou-se qual o valor percentual que seria aplicado ao custo de construção das edificações, dentro dos limites previstos na literatura. Deste modo, foi possível obter o custo total estimado que seria gasto anualmente com os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva das edificações, sendo este considerado o consumo total provável para estes serviços.

A contratação irá prever dois itens, para os quais é necessária a determinação de quantidades: serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de materiais de manutenção predial sob demanda.

Para os serviços a serem executados pela equipe fixa (dedicação exclusiva de mão de obra), o Campus Cuiabá já possuía contratos nessa modalidade e a quantidade de postos têm como base a configuração da força de trabalho contratada em pregões anteriores.

- Atualmente a UFMT dispõe do sistema SIGSERV, onde as unidades podem solicitar serviços de manutenção através de Ordens de Serviços - OS. No ano de 2023 foram atendidas 12.639 OS, já no ano de 2024 foram atendidas 11.424 solicitações, ou seja, houve uma diminuição de 1.21511 atendimentos comparado ao ano de 2023, o que representa 9,61%.
- Em 2023 os atendimentos se concentraram nas seguintes categorias de chamados: Bobinagem 47; Chaveiro 839; Civil / zeladoria 2274; Dedetização 137; Elétrica 3038; Elevador 70; Hidráulica 2090; Limpeza predial 181; Paisagismo 538; Refrigeração 3276; Diversos 149.
- Em 2023 os atendimentos se concentraram nas seguintes categorias de chamados: Bobinagem 79; Chaveiro 797; Civil / zeladoria 2118; Dedetização 238; Elétrica 2917; Elevador 77; Hidráulica 1665; Limpeza predial 176; Paisagismo 510; Refrigeração 2846; Serralheria 1; Diversos 0.

Em relação ao fornecimento de materiais, não é possível determinar previamente quais materiais ou peças serão necessários para execução dos serviços de manutenção predial, principalmente para manutenções corretivas (executadas mediante a falha de algum elemento da edificação). É notória a enorme variedade de materiais construtivos que compõem uma edificação e que podem ser necessários para a realização de qualquer reparo. No caso de unidades de porte considerável como o Campus Cuiabá, compostos por diversas edificações, a determinação precisa de todos os materiais que serão necessários, bem como suas quantidades, é inviável. Nesse sentido, a contratação irá prever um valor estimativo máximo anual a ser gasto com o fornecimento de materiais. O tipo de material e as suas quantidades serão determinadas durante a fase de contratação, mediante a necessidade real de execução dos serviços. O valor anual a ser gasto foi estimado a partir dos históricos de compra de materiais de manutenção predial adquiridos em pregões anteriores. No cálculo, foi considerado os grandes aumentos de custos de materiais de construção nos últimos anos, conforme indica o Índice Nacional da Construção Civil-INCC.

O cálculo da estimativa de postos a serem contratadas adotará o pior cenário (3,4%), visto a idade dos prédios e a atual situação de conservação das edificações. A área construída nos Campus Cuiabá é de 195.550,33 m2, por isso a estimativa partirá do valor de R\$ 13.379.125,32 (treze milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) e depois serão feitos ajustes para adequar os postos a realidade orçamentária.

A demanda estimada para atendimento, considerará o pior cenário (3,4%), o porte e o estado de conservação das edificações, bem como o planejamento para um período de 12 meses, baseando os custos totais na planilha do SINAPI e na área total construída de 195.550,33 mZ. A estimativa limitará ao valor de R\$ 13.379.125,32 (treze milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos). Posteriormente, serão realizados ajustes para adequar os postos à realidade orçamentária.

Tabela 2

Categoria Profissional	CBO	Quantidade	Carga horária
Trabalhador da manutenção de edificações	5143-25	30	40 horas semanais
Auxiliar de manutenção predial	5143-10	25	40 horas semanais
Eletricista de instalações	7156-15	8	44 horas semanais
Ajudante de Eletricista	7156-15	8	44 horas semanais
Bobinador eletricista	7311-65	2	40 horas semanais
Encanador	7241-10	8	44 horas semanais

Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração	9112-05	20	40 horas semanais
Auxiliar mecânico de refrigeração	9112-05	8	40 horas semanais
Oficial de manutenção predial	5143-25	2	40 horas semanais
Oficial de Serviços Gerais (Conservação)	5143-25	1	40 horas semanais
Jardineiro	6220-10	20	40 horas semanais
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	5142	18	40 horas semanais
Operador de Retroescavadeira	7151-15	1	40 horas semanais
Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares	9144-05	1	40 horas semanais
Lavador de veículos	5199-35	1	40 horas semanais
Encarregado (Preposto)	4101-05	1	40 horas semanais

O valor ideal estimado para a aquisição de materiais é de R\$ 2.165.318,88 (dois milhões cento e sessenta e cinco mil reais trezentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos).

Tabela 3

Descrição	Valor anual
Fornecimento de materiais de Consumo de Manutenção Predial	R\$ 2.124.118,32
Diárias	R\$ 41.318,88
Horas extras (oficial de serviços gerais)	R\$ 22.000,00

Esses quantitativos representam o mínimo necessário para a execução dos serviços de manutenção e conservação, considerando o estado atual das edificações da UFMT.

No entanto, as restrições orçamentárias impossibilitam a contratação integral desses quantitativos. Para 2025, o orçamento disponível é de R\$ 6.962.181,60 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos). Diante dessa limitação orçamentária, os quantitativos estimados e ajustados para atendimento são os seguintes:

Tabela 4

Categoria Profissional	CBO	Quantidade	Carga horária
Trabalhador da manutenção de edificações - 40h	5143-25	10	40 horas semanais
Auxiliar de manutenção predial - 40h	5143-10	10	40 horas semanais
Eletricista de instalações - 40h	7156-15	2	40 horas semanais
Eletricista de instalações - 44h	7156-15	2	44 horas semanais
Ajudante de Eletricista - 40h	7156-15	2	40 horas semanais
Ajudante de Eletricista - 44h	7156-15	2	44 horas semanais
Bobinador Eletricista - 40h	7311-65	1	40 horas semanais
Encanador - 40h	7241-10	2	40 horas semanais
Encanador - 44h	7241-10	2	44 horas semanais
Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração - 40h	9112-05	10	40 horas semanais
Auxiliar mecânico de refrigeração - 40h	9112-05	7	40 horas semanais
Oficial de manutenção predial - 40h	5143-25	2	40 horas semanais
Oficial de Serviços Gerais (Conservação) - 44h	5143-25	1	40 horas semanais
Jardineiro - 40h	6220-10	14	40 horas semanais
Trabalhador de serviço de limpeza e conservação de áreas públicas - 40h	5142	8	40 horas semanais
Operador de Retroescavadeira - 40h	7151-15	1	40 horas semanais
Mecânico de manutenção de automóveis, motocicletas e veículos similares - 40h	9144-05	1	40 horas semanais

Lavador de veículos - 40h	5199-35	1	40 horas semanais
Encarregado (Preposto) - 40h	4101-05	1	40 horas semanais

Tabela 5

Descrição	Valor anual
Fornecimento de materiais: Consumo, Conservação e Automotivo	R\$ 1.086.750,55
Diárias	R\$ 30.281,72
Horas extras (oficial de serviços gerais)	R\$ 4.591,70

1. https://poli-integra.poli.usp.br/wp-content/uploads/2022/11/2003_Antonio-Abdul-Nour.pdf

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.962.181,60

Dedicação exclusiva de mão de obra

Para o levantamento dos valores de referência de salários e benefícios e elaboração da planilha de formação de custos inicial foi utilizado como parâmetro inicial a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão de Obra de Mato Grosso, CNPJ n. 26.566.471/0001-55 e o Sindicato dos Empregados de Empresas Terceirizadas, de Asseio, Conservação e Locação de Mão de Obra de Mato Grosso, CNPJ n. 26.562.918/0001-18, registrada no MTE com o número MR010747/2024.

Para o levantamento dos valores referentes a seguro de vida, uniformes, custos indiretos e lucro foram realizados levantamentos em outras licitações, utilizando o CATSER 1627 - Manutenção / Reforma Predial de acordo com o inciso I do art. 5 da IN 65/2021, com consultas realizadas no sistema Pesquisa de Preços do Portal de Compras Governamentais. A partir dos dados obtidos, foi feita a análise crítica das contratações, mantendo-se somente

as informações que guardam similaridade com a contratação pretendida. Foram obtidas as planilhas de custos das propostas vencedoras, das quais extraíram-se os dados supracitados.

Como nos serviços constam ferramentas EPIs e os relógios de ponto, foram realizadas pesquisas no painel de preços para cada um dos itens necessários, bem como pesquisas complementares em portais especializados, conforme comprovados nos autos do processo.

Fornecimento de materiais

O custo de referência dos materiais a serem fornecidos sob demanda será obtido a partir das tabelas de custo de insumos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi. Em caso de inviabilidade da definição dos custos por meio do Sinapi, a estimativa de custo global será apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado, nos termos do art. 6 do Decreto 7.983/2013.

Sobre os custos unitários dos materiais incidirá o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI reduzido, conforme determina o § 1, art. 9 do Decreto 7.983/2013.

Considerando a impossibilidade de se determinar previamente os materiais que serão necessários para execução dos serviços de manutenção predial, principalmente para manutenções corretivas (executadas mediante a falha de algum elemento da edificação), o desconto ofertado pela contratada em sua proposta será aplicado linearmente sobre os materiais listados nas tabelas de referência. O tipo de material e as suas quantidades serão determinadas durante a fase de contratação, mediante a necessidade real de execução dos serviços.

A própria ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção reconhece a dificuldade em se determinar os recursos financeiros necessários para realização de manutenções corretivas e orienta:

“As previsões orçamentárias devem incluir uma reserva de recursos destinada à realização de serviços de manutenção corretiva. As previsões orçamentárias devem ser flexíveis, de modo a assimilar uma margem de erro em estimativas físicas, de custos.”

Diárias

As diárias são previstas para eventuais deslocamentos da mão obra, nos últimos anos por exemplo houve a necessidade de realização de diversos serviços na base avançada do pantanal em Poconé-MT;

Adicional por acúmulo de função

Foram acrescentados o adicional para acúmulo de função dos oficiais de serviços gerais para permitir que os mesmos possam dirigir carro oficial para aumentar a fiscalização dos serviços executados, visando maior produtividade da mão de obra

Valor total estimado da contratação

Item	Postos de trabalho	Valor por posto	Quantidade	Valor Mensal
1	Técnico de manutenção (Pedreiro)	R\$ 9.685,56	10	R\$ 96.855,64
2	Servente Braçal (Ajudante pedreiro)	R\$ 7.409,57	10	R\$ 74.095,69
3	Eletricista	R\$ 10.134,12	2	R\$ 20.268,24
4	Auxiliar de Eletricista	R\$ 6.877,91	2	R\$ 13.755,82
5	Bobinador eletricista	R\$ 9.712,30	1	R\$ 9.712,30
6	Encanador	R\$ 7.914,30	4	R\$ 29.465,03
7	Técnico em Manutenção de Máquinas	R\$ 7.244,16	10	R\$ 72.244,16
8	Servente Braçal (Ajudante Técnico em Manutenção de Máquinas)	R\$ 5.570,30	7	R\$ 38.992,08
9	Oficial de Serviços Gerais (manutenção de edificações)	R\$ 10.311,27	2	R\$ 20.622,55
10	Oficial de Serviços Gerais (área verde))	R\$ 10.311,51	1	R\$ 10.311,51
11	Jardineiro	R\$ 5.548,98	14	R\$ 77.685,69
12	Servente Braçal (Área Verde)	R\$ 5.548,98	8	R\$ 42.107,44
13	Operador de Retroescavadeira	R\$ 8.381,76	1	R\$ 8.381,76
14	Mecânico de manutenção de automóveis	R\$ 8.381,76	1	R\$ 8.381,76
15	Operador de lavador de veículos	R\$ 5.553,14	1	R\$ 5.553,14
16	Encarregado (Preposto)	R\$ 7.556,61	1	R\$ 7.556,61
A) VALOR TOTAL POSTOS				R\$535.989,38
17	Fornecimento de materiais de Consumo		1	R\$ 90.562,65
18	Diárias		72	R\$ 2.298,41
19	Horas extras (somente para oficial de serviços gerais)		50	R\$ 382,64
B) VALOR TOTAL OUTROS				R\$ 93.243,70
A + B				R\$ 629.233,08

O valor anual total estimado da contratação é de R\$ 6.962.181,60 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos). Considerando a vigência total do contrato de 12 (doze) meses.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução que melhor atende aos interesses da Administração prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços em todas as instalações.

É imprescindível salientar que os serviços a serem contratados guardam interdependência entre si (muitas vezes a execução de um dependendo da execução de outro), e que a contratação em separado gera perda de sinergia, em razão da necessidade de dimensionamento de estruturas redundantes (administração central, deslocamento, profissionais), resultando em perda de economicidade. Além disso, a contratação unificada permite a potencialização de ganhos de escala e a resolução mais ágil de problemas, já que demanda a mobilização de apenas uma equipe e não mais a mobilização de várias equipes, cada qual atrelada a um contrato diverso. A contratação de diversos serviços de manutenção predial e externa, a serem prestados por uma única empresa, traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos.

Ainda, a imputação de responsabilidade por danos causados às instalações das unidades na contratação unificada se torna mais simples, uma vez que há apenas um contratado (considerando a usual dificuldade de identificação do responsável ou dos responsáveis pelos danos, quando estes são identificados).

Ademais, esse formato de contratação reduz a necessidade de realização de diverso materiais de manutenção, via sistema de registro de preço. É notória a dificuldade da Administração em prever os tipos e quantidades de materiais para manutenção predial, principalmente no que tange à manutenção corretiva. Isso gera listas extremamente extensas de materiais a terem seu preço registrado e, muitas vezes, tais materiais nem chegam a ser utilizados. Ainda, na maioria dos casos, os serviços de manutenção predial dependem do emprego de diversos materiais diferentes. Nesse sentido, na licitação por registro de preço, caso um dos materiais listados tenha sua licitação fracassada, inviabilizaria a execução de todo o serviço.

A jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão nº 929/2017-Plenário, admite a contratação de serviços de conservação e manutenção de infraestrutura predial, com a inclusão de serviços variados:

“...compreendendo todas as atividades de apoio administrativo; conservação e limpeza; manutenção de instalações civis, elétricas, hidráulicas, instalações de combate a incêndio, cabeamento estruturado, sistemas de climatização e ventilação, e equipamentos de transporte vertical; incluindo todos os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, com o objetivo de garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de forma integrada e conjunta...”

Por isso, opta-se pelo não parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações Correlatas e/ou Interdependentes ao objeto a ser contratado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação não está prevista no Plano Anual de Contratação 2025 da UASG 154045 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com esta contratação possibilitar a realização de manutenção e consequente preservação das estruturas físicas e vias de circulação do Campus Cuiabá da UFMT, de modo a assegurar infraestrutura física básica necessária ao funcionamento da instituição, garantir segurança, conforto aos servidores e comunidade externa atendida, assegurar a integridade da infraestrutura das edificações, contribuir para a eficácia e eficiência na realização da atividade precípua da Instituição com a melhor adequação dos espaços acadêmicos para realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, identificadas por essa comissão, foram as que listadas a seguir:

- Adequações Estruturais: não foram identificadas alterações estruturais necessárias às unidades.
- Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico: um espaço para instalação de um relógio ponto. A UFMT cederá apenas a utilização da rede elétrica para o funcionamento do Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico, onde a empresa Contratada ficará responsável pela instalação de todo equipamento/dispositivo necessário para o seu efetivo funcionamento, desde o quadro elétrico (ou dispositivo equivalente) até o Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico.
- Escritório : um espaço para instalação de escritório.
- Fiscalização: com a pactuação do contrato, será necessária a nomeação de servidores para atuarem como fiscais técnicos, administrativos e setoriais, bem como na gestão dos contratos. Há a necessidade de capacitação dos servidores que farão a fiscalização e gestão do contrato, de modo a permitir maior controle de processos e minimizar falhas na execução contratual, em especial sobre as cláusulas que dizem respeito às leis trabalhistas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As atividades que serão realizadas não utilizam recursos naturais ou são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, portanto, conforme Resolução CONAMA 237 de 1997 e Deliberação Normativa Copam no 217, não é exigido o licenciamento ambiental.

Nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, a atividade não é classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, motivo pelo qual não deve ser exigido o Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

Visando minimizar os impactos ambientais da execução do empreendimento, deverão ser previstas, dentre as obrigações da contratada:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução no 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Observância Normativa e Justificativas

contratada deverá manter atualizados os comprovantes de conformidade ambiental e técnica dos produtos e serviços fornecidos;

A não adoção de determinada prática deverá ser formalmente justificada com base em critérios técnicos, econômicos ou legais, nos termos do Parecer CNS/CGU 01/2021.

Requisitos Legais e Normativos Aplicáveis, a contratação observará as normas e dispositivos a seguir:

- Lei nº 14.133/2021, art. 11, IV– Sustentabilidade nas contratações públicas;
- Lei nº 12.305/2010– Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decretos nº 10.936/2022, nº 11.043/2022, nº 11.792/2023;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª ed./2024)– CGU;
- Decreto nº 7.746/2012– Diretrizes para compras sustentáveis;
- Normas da ABNT (ex.: NBR 9050, NBR 10004, NBR 16149, entre outras);
- Resoluções CONAMA e Portarias da ANVISA e INMETRO aplicáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os estudos realizados, não se verificou impedimento técnico que inviabilize o prosseguimento da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEFFERSON LEONE E SILVA

Coordenador de Manutenção e Pequenas Reformas



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 18:30:33.

THIAGO MAGALHAES MORAES DE SOUZA

Engenheiro/área



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 18:24:24.

VINICIUS AMADOR IVOGLO

Administrador

EDVAN CICERO ALVES

Gerente de Administração de Contratos